



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)**

ELAINE DA SILVA SOUSA

**PROTAGONISTAS DE SUA HISTÓRIA: TERRITORIALIDADES FEMININAS DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO**

Porto Nacional - TO
2021

ELAINE DA SILVA SOUSA

**PROTAGONISTAS DE SUA HISTÓRIA: TERRITORIALIDADES FEMININAS DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Marciléia Oliveira Bispo

Linha de Pesquisa: Estudos Geo-Territoriais

Porto Nacional - TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725p Sousa, Elaine da Silva.
 Protagonistas de sua história: territorialidades femininas da
 Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. / Elaine
 da Silva Sousa. – Porto Nacional, TO, 2021.
 141 f.

 Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
 Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-
 Graduação (Mestrado) em Geografia, 2021.
 Orientador: Mariléia Oliveira Bispo

 1. Protagonistas Femininas. 2. Territorialidades. 3. Quilombo. 4.
 Muricilândia-TO. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELAINE DA SILVA SOUSA

**PROTAGONISTAS DE SUA HISTÓRIA: TERRITORIALIDADES FEMININAS DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 07/05/2021

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marciléia Oliveira Bispo (Orientadora), UFT

Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, UFT

Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa, UFNT

Porto Nacional – TO
2021

A minha mãe, Irenice Moisés, mulher sábia e protetora.

A minha irmã, Adriana (Drika) Sousa, exemplo de perseverança e aconchego.

A minha sobrinha, Ágatha Sophia, meu fôlego de vida.

A matriarca, Lucelina Gomes dos Santos, e as mulheres do Quilombo Dona Juscelina.

AGRADECIMENTOS

A minha família. Aos meus pais, Irenice Moisés e Sandro Sousa, que apesar da resistência me apoiaram em mais essa batalha. Aos meus irmãos e suas famílias, Alexandro Moisés e Adriana Sousa, pelos espaços e instantes de renovações das forças. Aos meus sobrinhos, Ágatha Sophia e Benício, por sempre me lembrarem do valor e o porquê da luta por uma sociedade melhor.

Ao meu avô, Miguel Antônio, que mesmo sem compreender esse título afirma que “tem que estudar” e sempre me apoiou desde o primeiro “sair de casa”, e que em sua simplicidade, pergunta se estou estudando para ser doutora.

Aos amigos, Alisson Santos e Deslimar Costa, por toda receptividade e acolhida em Porto Nacional durante o processo seletivo e também pelo apoio e incentivo durante o mesmo.

A Fernanda Araújo, por todas as vivências e aventuras compartilhadas, por todos os instantes de cumplicidade e companheirismo durante o tempo em que moramos juntas, como também depois. Obrigada por toda ajuda em Porto Nacional. É bom ter uma irmã de outra mãe.

A secretária da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFT de Porto Nacional, Poliana Damacena, que sempre atendeu com atenção e cuidado cada dúvida, sempre acolhedora e com um sorriso lindo nos lábios. Obrigada por todos os momentos compartilhados.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que, sem dúvidas, foi de imensa contribuição para a realização desta pesquisa.

As mulheres da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, na pessoa da matriarca Dona Juscelina – sempre acolhedora e afetiva nos momentos de conversas – e à Ludimila Carvalho dos Santos, jovem protagonista de um grande saber e lindas palavras, sempre atendendo e sanando minhas dúvidas. Grata por todo carinho e ajuda recebida.

Aos colegas da turma anterior, Sandra Pereira – por todos os instantes vividos, pelas histórias contadas e pelas memórias adquiridas – e a Robson Santos, pelas várias conversas regadas a café, pelo companheirismo na sala dos discentes e em todos os outros dias.

Ao colega e amigo Luiz Marques, por toda paciência e sabedoria vivenciada nos nossos encontros, por tudo que aprendemos e desvendamos.

Aos amigos, Jorge Marinho e Simoni Santos, por sempre colocarem leveza nos momentos mais difíceis, pelas palavras de ânimo e pelo cuidado que sempre tiveram comigo. Tenho saudades das nossas semanas de aula concentradas - não das aulas, mas da nossa convivência/companhia.

Com muito carinho, a Lucas Ribeiro da Silva, por sempre me fazer companhia em Porto Nacional, por se preocupar e por estar comigo, pelas longas conversas e trocas de saberes.

A minha amiga desde os tempos de graduação, Raquel Almeida Mendes, que nessas circunstâncias já é Mestra pelo IESA/UFG. Mulher de coração gigantesco e que sempre esteve presente na minha vida acadêmica. Grata por toda ajuda e colaboração na construção do projeto de mestrado, por todas as histórias construídas, por todas as memórias e por tudo que ainda está por vir.

A banca de defesa, Prof. Dr. Roberto de Souza Santos por todos os apontamentos e a Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa, por toda trajetória que vem sendo construída desde a graduação. Obrigada à todas/os pelas valiosas e significativas contribuições.

A minha orientadora, Profa. Dra. Mariléia Oliveira Bispo, mulher de grande sabedoria. Grata por todo tempo disponibilizado, pelo carinho com as palavras, pela acolhida no mestrado e na cidade, pela paciência nos dias de crise e de isolamento social, pelo poema “Mãos Dadas” de Carlos Drummond de Andrade – naquele dia e naquela hora, salvou-me. Obrigada!

A “minha pessoa”, Marcos Antonio Pereira Neto (Markim), que é bem mais que um amigo. Grata pelas ligações e conversas que me traziam/traz calma nos momentos mais difíceis, por todo companheirismo na vida e na trajetória acadêmica, principalmente no mestrado, um caminho solitário. Grata por todos os abraços, os que já vieram e os que estão por vir.

Por fim, a mim, por não desistir e sempre re-existir, por contrariar as expectativas e por vencer lutas internas e externas. Sou grata as minhas cicatrizes e as dores que elas causaram, com certeza já não sou a mesma mulher de dois anos atrás.

*“Quilombo é união, é todo mundo se unir”.
Betânia Vieira da Silva (Mulher negra e
quilombola da Comunidade Dona
Juscelina).*

*“Pode ficar a vontade, eu falo para os
pessoal aqui: “vocês aproveita um
bucadim da Dona Cícera que ela vive
doente”.”*

*Griô Cícera Vieira de Almeida (in
memorian).*

RESUMO

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina que se encontra localizada na cidade de Muricilândia-TO, sempre teve as mulheres presentes ativamente nas atividades e decisões na/da comunidade, tendo Dona Juscelina como mulher e matriarca da comunidade. Outras mulheres do quilombo encontraram em Dona Juscelina um incentivo para se colocarem em papéis de liderança e lutarem contra as barreiras invisíveis da sociedade. Assim, esta pesquisa tem como estudo as protagonistas femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, localizada nas margens da rodovia TO – 222 que se encontra na região norte do país como também em perímetro urbano da cidade de Muricilândia-TO. Teve-se como objetivo geral compreender o processo de construção identitária e as territorialidades das protagonistas femininas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO, e como objetivos específicos: identificar as protagonistas femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina; conhecer as territorialidades e identidades construídas pelas protagonistas femininas no Quilombo Dona Juscelina; refletir sobre o processo de construção da identidade da mulher quilombola e suas territorialidades; e caracterizar e espacializar as atividades das protagonistas femininas do Quilombo Dona Juscelina. Para cumprir com os objetivos propostos, utilizou-se de uma metodologia qualitativa, com os seguintes procedimentos: pesquisas bibliográficas (livros, revistas, periódicos, teses e dissertações), observação participante, história oral, depoimentos pessoais com gravações de áudios em entrevistas individuais autorizadas pelas protagonistas, a partir do uso de recursos e plataformas digitais (Google Meet) respeitando as normas de distanciamento em razão da pandemia da COVID-19. O referencial teórico utilizado buscou dialogar com três elementos que são chave na dissertação: territorialidade, protagonismo feminino e comunidade quilombola. As análises realizadas demonstram que as identidades das protagonistas do Quilombo Dona Juscelina estão em constante construção e reconstrução, suas territorialidades estão presentes em cada ação desempenhada dentro e fora da sua comunidade e, ainda, lutam diariamente pelo seu território ancestral e contra as barreiras in-visíveis do patriarcado.

Palavras-chave: Protagonistas Femininas; Territorialidades; Quilombo; Muricilândia-TO.

ABSTRACT

The Quilombola Community Dona Juscelina, which is located in the city of Muricilândia-TO, has always had women actively present in the activities and decisions in and of the community, with Dona Juscelina as a woman and matriarch of the community. Other women from the quilombo found in Dona Juscelina an incentive to put themselves in leadership roles and fight against the invisible barriers of society. Thus, this research has as study the female protagonists of the Quilombola Community Dona Juscelina, located on the margins of the TO - 222 highway that is in the northern region of the country as well as in the urban perimeter of the city of Muricilândia-TO. The general objective was to understand the process of identity construction and the territorialities of the female protagonists in the Quilombola Community Dona Juscelina in Muricilândia-TO, and as specific objectives: to identify the female protagonists of the Quilombola Community Dona Juscelina; to know the territorialities and identities built by the female protagonists in Quilombo Dona Juscelina; reflect on the process of building the identity of quilombola women and their territorialities; and to characterize and specialize the activities of the female protagonists of Quilombo Dona Juscelina. To comply with the proposed objectives, a qualitative methodology was used, with the following procedures: bibliographic research (books, magazines, periodicals, theses and dissertations), participant observation, oral history, personal testimonies with audio recordings in authorized individual interviews by the protagonists, from the use of digital resources and platforms (Google Meet) respecting the rules of distance due to the pandemic of COVID-19. The theoretical framework used sought to dialogue with three elements that are key in the dissertation: territoriality, female protagonism and quilombola community. The analyses carried out show that the identities of the protagonists of Quilombo Dona Juscelina are in constant construction and reconstruction, their territorialities are present in every action performed inside and outside their community and, yet, they struggle daily for their ancestral territory and against internal barriers. visible from the patriarchy.

Keywords: Female Protagonists; Territorialities; Quilombo; Muricilândia-TO.

LISTA DE SIGLAS

ACQDJ - Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina
Acquilerj - Associação das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro
BA - Bahia
CE - Ceará
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
Coeqto – Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins
Conaq - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CQDJ – Comunidade Quilombola Dona Juscelina.
ES – Espírito Santo
EUA – Estados Unidos da América
FCP - Fundação Cultural Palmares
GO - Goiás
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEPG - Laboratório de Ensino e Práticas em Geografia
LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MA – Maranhão
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MG – Minas Gerais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE – Nordeste
NEAQ - Núcleo de Estudos Afro-Quilombolas
Neuza – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas
OMS - Organização Mundial da Saúde
PA – Pará
PCF – Projeto Criança Feliz
PE - Pernambuco
PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência
PIVIC - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
PPGCult - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território
PPGG - Programa de Pós-Graduação em Geografia

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

Seciju - Secretária de Cidadania e Justiça

Sefaz – Secretaria de Estado da Fazenda

SP – São Paulo

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDR - Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

TO - Tocantins

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNIP – Universidade Paulista

LISTA DE ABREVIações

Art. - Artigo

Dr. - Doutor

Dra. - Doutora

Ed. - Edição

H - Hora

In - Contido em

Km – Quilômetros

Nº - Número

Orgs - Organizadores

P. - Página

Prof. - Professor

Profa. – Professora

Sr. – Senhor

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Mapa 01: Localização geográfica da cidade de Muricilândia-TO	16
Figura 01 – Processo de TDR no Quilombo Dona Juscelina.	42
Figura 02 – Conselho de Griôs na UFT - Campus Araguaína em maio de 2019.	48
Figura 03 – Matriarca Dona Juscelina na realização do 46º Festejo da Abolição em maio de 2019.	49
Figura 04 – Casa da matriarca Dona Juscelina em Muricilândia-TO.	50
Mapa 02: Localização da sede da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina	52
Figura 05 – Cartaz de lançamento do livro “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas”.	67
Quadro 01: Localização geográfica de cada autora da obra “Mulheres Quilombolas”.	72
Quadro 02: Mulheres: protagonistas de suas histórias.	76
Figura 06 - Teatro a céu aberto.	92
Figura 07 – Família Real durante o Teatro a céu aberto – 46º Festejo.	94
Figura 08 – Evento para a escolha da rainha da CQDJ.	95
Figura 09 – <i>Live</i> realizada pela matriarca no dia 13 de maio de 2020.	97
Figura 10 – <i>Lives</i> realizadas pela jovem quilombola Ludimila Carvalho dos Santos.	98
Figura 11 – <i>Live</i> realizado pela griô Dona Cícera no dia 14 de setembro de 2020.	99
Figura 12 - Espacialização das atividades femininas do/no Quilombo Dona Juscelina.	116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I. O PERCURSO TERRITORIAL DAS MULHERES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO	24
1.1 Mulher e território: uma construção pelas Bandeiras Verdes	24
1.2 Território como produção de espacialidades	34
1.3 Da construção feminina à Comunidade Quilombola Dona Juscelina	44
CAPÍTULO II. DO ONTEM AO AMANHÃ: FEMINILIDADE QUILOMBOLA	56
2.1 Geografias femininas e mulheres quilombolas	56
2.2 Mulheres: protagonistas de suas histórias.....	65
2.2.1 A luta contínua: mulheres da Comunidade Dona Juscelina.....	73
2.3 Memória e identidade: re-construção.....	77
CAPÍTULO III. O MOVIMENTO FEMININO QUILOMBOLA E SUAS TERRITORIALIDADES	87
3.1 Trajetórias e territorialidades das protagonistas femininas do/no Quilombo Dona Juscelina.....	87
3.2 Território ancestral e a luta feminina.....	100
3.3 Existência e resistência: re-existências	106
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	131
ANEXO	137

1 INTRODUÇÃO

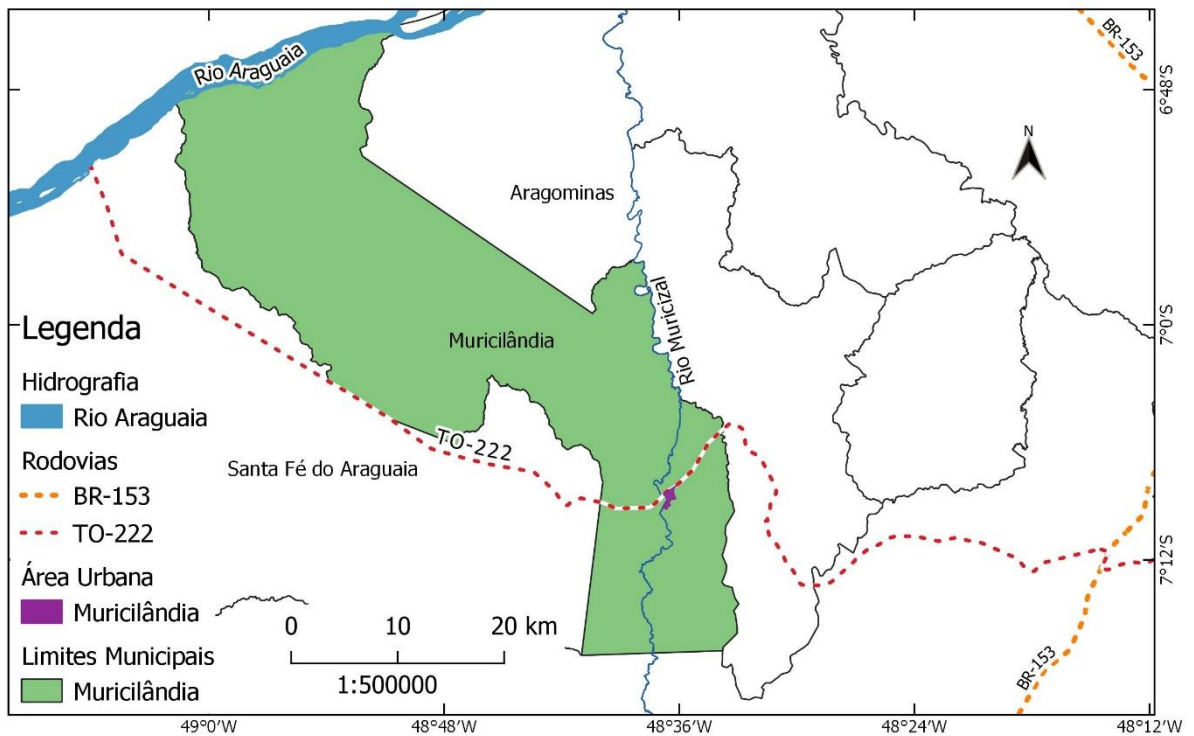
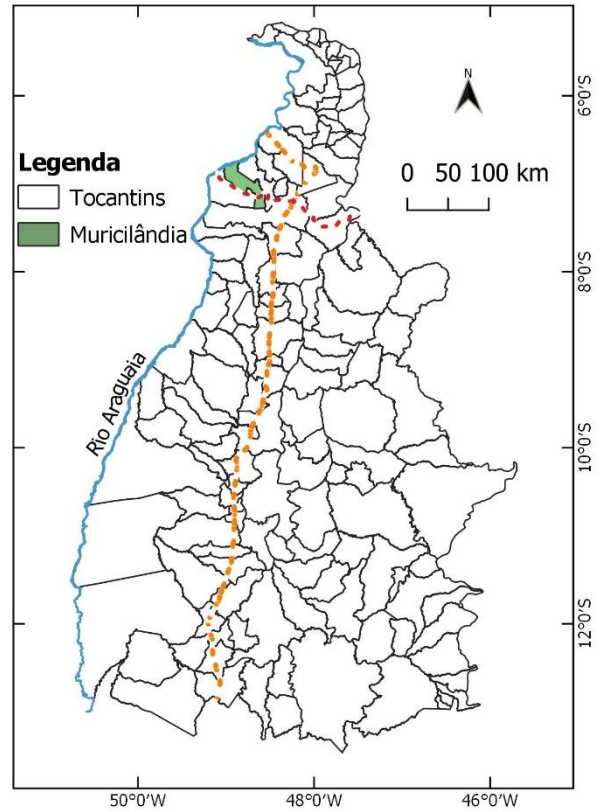
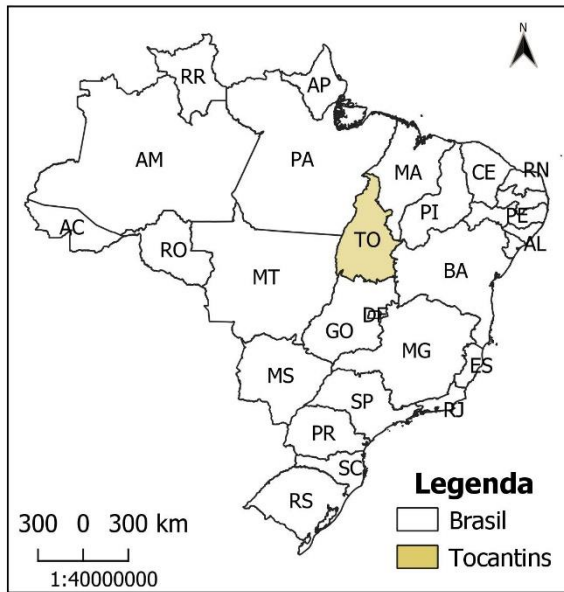
O Brasil conta com um amplo território em que distintas formas de poder são (re)estabelecidas a todo instante, e dentre as formas de poder os múltiplos grupos raciais, de gênero e classes estão em constante transformação, e fazem do país um amplo espaço, quando se pretende enxergar de desigualdades acompanhadas de preconceitos refletidos de décadas passadas. Dentro dessa diversidade de gênero, raça e classe, a Geografia brasileira se faz de constantes mudanças que permitem em suas entrelinhas as mais diferentes e intrigantes leituras revelando mundos desconhecidos dentro de um presente que nunca fora vivenciado, de fato, pela classe dominante. Ela, a Geografia brasileira, denuncia uma realidade que coloca a mulher, o negro, o pobre em posições desconfortáveis a margem de uma sociedade capitalista com discursos enganosos.

O fato de não se ter muitos referenciais e estudos sobre a história das mulheres não implica dizer que estas não têm uma história, pelo contrário, evidencia mais uma vez que estas foram colocadas em posições inexistentes durante muito tempo pela sociedade patriarcal (TEDESCHI, 2012).

Sendo assim, o protagonismo das mulheres sempre existiu e ao observar o papel que as mulheres ocupam na sociedade, quais lugares elas estão presentes e o quanto são importantes, observamos que por diversas vezes estas são invisibilizadas. É notório que as mulheres têm conquistado cada vez mais patamares até então ocupados pelo público masculino, Saffioti (2015) menciona que estas tem batalhado para não serem excluídas dos processos sociais, econômicos e culturais, sobretudo para se emanciparem de estereótipos femininos mantidos pelo patriarcalismo. Não se trata de um elementar discurso de rebeldia ou vitimização da mulher no âmbito das opressões históricas, trata-se de um grande desafio cotidiano de compreender o gênero feminino e as desigualdades mantidas tempos a fio.

Surge dessa maneira, a importância de pesquisar sobre essa temática tendo como objeto de pesquisa, as protagonistas femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, localizada nas margens da rodovia TO – 222 que se encontra na região norte do país como também em perímetro urbano da cidade de Muricilândia – TO (Mapa 01), enfatizando que ela não é, mas se encontra urbanizada.

Mapa 01: Localização geográfica da cidade de Muricilândia-TO



Fonte: Sefaz-TO 2018; Projeção Cartográfica: Sirgas 2000; Elaboração Cartográfica: Pereira Neto, M. A. (08/2020)

Fonte: SEFAZ/TO. Organização: Pereira Neto, M. A. (2020).

O nome que referenda o quilombo é o de Dona Juscelina, cujo nome de registro de nascimento é Lucelina Gomes dos Santos, mulher negra e quilombola, a matriarca da comunidade. A comunidade quilombola se encontra em perímetro urbano e em luta constante pelo território ancestral. A matriarca, maior liderança da comunidade enuncia outra forma de organização frente às batalhas que são travadas no seu espaço.

Ocupando cargo de matriarca da sua comunidade, Dona Juscelina abre caminho para que muitas outras mulheres possam trilhar os mesmos passos e exercer funções de destaque e liderança dentro e fora da sua comunidade.

O quilombo que se apresenta nesta pesquisa, conta em sua gestão com várias mulheres ocupando cargos e funções de liderança na Associação da Comunidade, no Conselho de Griôs e no Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes. O que chama atenção, pois numa sociedade patriarcal, dificilmente as mulheres ocupam estas posições por encontrarem em seus percursos diversos enfrentamentos.

A motivação em realizar esta pesquisa que aqui se traduziu na dissertação apresentada ocorreu a partir de um trabalho de campo realizado no Quilombo Dona Juscelina, decorrente inicialmente de atividades do PIBID – Programa Institucional de Iniciação à Docência do qual fiz parte durante a graduação entre os anos de 2016 e 2018. Na ocasião, pude vivenciar neste e em muitos outros momentos, a presença ativa de mulheres na organização e na liderança quilombola da comunidade. Também durante ainda a graduação, trabalhando com as trajetórias acadêmicas das mulheres do curso de Geografia no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC, se desdobrando posteriormente como o Trabalho de Conclusão de Curso, e estando sempre presente nas discussões e atividades do Laboratório de Ensino e Práticas em Geografia – LEPG, surge a necessidade de compreender o protagonismo das mulheres no Quilombo Dona Juscelina.

Desta forma, a compreensão da relação das protagonistas femininas com o território e sua identidade, incluindo seus múltiplos enfrentamentos e dificuldades para que estas ocupem e permaneçam em tais posições perante as barreiras de uma sociedade patriarcal, e tendo em vista que as raízes históricas e a constituição desse quilombo se dão a partir de uma figura feminina, é uma possibilidade de recorte de gênero ocorrido na realização desta pesquisa.

Assim, a presente pesquisa busca responder as seguintes questões: Quem são as protagonistas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e como se formaram? Quais as trajetórias das protagonistas femininas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina? De que maneira as identidades e territorialidades das mulheres líderes na Comunidade Dona Juscelina é construída? Como se apresentam as lideranças das mulheres quilombolas na Comunidade Dona Juscelina nas atividades da comunidade?

Com base no exposto, apresentamos nossos objetivos quanto à pesquisa: o geral, se concentra em compreender o processo de construção identitária e as territorialidades das protagonistas femininas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Trazemos como objetivos específicos:

- ✓ Identificar as protagonistas femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina;
- ✓ Conhecer as territorialidades e identidades construídas pelas protagonistas femininas no Quilombo Dona Juscelina;
- ✓ Refletir sobre o processo de construção da identidade da mulher quilombola e suas territorialidades;
- ✓ Caracterizar e espacializar as atividades das protagonistas femininas do Quilombo Dona Juscelina.

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina dentro de suas peculiaridades, apresenta no decorrer do ano inúmeras programações que vão desde o envolvimento com a cidade de Muricilândia-TO e a própria comunidade. Dentro destas programações podemos citar o Festejo da Abolição, que ocorre anualmente no dia 13 de maio, acontecendo em 2019 a sua 46ª edição e sendo também o VIII Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola tendo como tema: Protagonistas de sua História.

Estando na comunidade neste e em outros momentos, a mulher sempre esteve presente nos momentos de liderança e organização dos eventos, ressaltando também a presença da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína-TO na realização do festejo, estando neste momento e espaço como instituição convidada pelas lideranças da comunidade, trazendo debates com enfoques acadêmicos e científicos.

Toda pesquisa científica consiste na adoção de procedimentos e técnicas que venham contribuir para a sua realização. Deste modo, metodologicamente adotamos uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (1994, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Logo, a comunidade quilombola apresenta uma série de vivências particulares que possibilitam uma série de informações subjetivas, que podem e devem ser observados no intuito de ter uma pesquisa pautada em descrições, investigações e interpretações, de modo que, segundo Flick (2009, p. 25) “[...] os pontos de vista subjetivos constituem o primeiro ponto de partida” e assim “[...] a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p. 37).

E assim a pesquisa aqui realizada fez-se qualitativa, tendo o Quilombo Dona Juscelina na cidade de Muricilândia-TO como recorte espacial, as protagonistas femininas como participantes da pesquisa objetivando por meio de suas experiências e pelo espaço que estas ocupam, compreender por meio das observações as suas lutas e as suas conquistas nesse espaço de conflito.

Quando o primeiro grupo de moradores chegou a Muricilândia liderados por seu João Paulino, junto deles estavam suas famílias e, conseqüentemente, suas esposas. Até então a liderança nesse local era masculina. Dona Juscelina e sua família chegaram em 1962 e desde então passou a lutar por melhorias e conquistas junto de seu João Paulino. Dona Juscelina logo se destacou pelos objetivos alcançados e se firmou como matriarca e maior liderança dentro da comunidade, dando assim, oportunidade e exemplo para que outras mulheres também pudessem trilhar os caminhos das tomadas de decisões e ocupar novos/outros espaços. Nesse sentido, o recorte temporal desta pesquisa se faz a partir da representatividade que essas mulheres encontraram e encontram na matriarca desde sua chegada até o ano de 2020.

Utilizamos assim, como procedimentos metodológicos a história oral, que de acordo com Chiapetti (2010, p. 146) “pensar a história oral como possibilidade de entender o vivido de cada sujeito faz dela uma estratégia muito usada em pesquisas de percepção do meio ambiente”. Logo,

[...] a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meadas do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p. 155).

Por conseguinte, se torna possível ter uma aproximação da vivência de cada participante desta pesquisa como nos é firmado ao dizer que:

Desse modo, através de entrevistas da história oral, as narrativas possibilitam compreender a sobrevivência, a visão de mundo, a memória individual e social, abrindo espaço para que pessoas mais velhas compartilhem experiências e mantenham vivas suas culturas, que muitas vezes os mais jovens – por viverem em outros mundos de sentidos e significados – não possuem o interesse em aprender (STANISK; FLORIANI; SILVA, 2015, p. 120).

Nesse sentido, de acordo com os objetivos propostos e seus correspondentes instrumentos de pesquisa, pretende-se utilizar de procedimentos a partir de pesquisas bibliográficas em livros, revistas, periódicos, teses, dissertações, de autores que trabalham na perspectiva do quilombo, identidade, territorialidades, gênero.

Prosseguindo, temos a pesquisa de campo através de uma observação participante no intuito de identificar e conhecer as lideranças femininas da comunidade quilombola supracitada, construídas a partir das questões da pesquisa, ressaltando que de acordo com Gonsalves (2001, p. 67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Para tanto, as programações presentes na comunidade no decorrer do ano, como o Festejo da Abolição e também em outros momentos, permitem essa

interação com as lideranças possibilitando identificar, a partir de depoimentos pessoais que:

[...] se constituem em um relato da experiência individual que revele as ações do indivíduo como agente humano e como um participante da vida social [...]. Através desta técnica, segundo Aracy Nogueira, procura-se descobrir a concepção que o indivíduo tem de si mesmo, como a que os demais têm dele (KOSMINSKY, 1986, p. 32).

Compreendendo assim como se dá o processo de construção das identidades e territorialidades das mulheres.

No primeiro ano de pesquisa – 2019, foi possível realizar visitas a comunidade e participar de algumas atividades que são ali desenvolvidas, realizando como proposto anteriormente pesquisa de campo, coletando dados por meio de observação participante e estabelecendo relações com as mulheres da comunidade.

No entanto, no ano seguinte, 2020, em razão da pandemia da Covid-19¹, os procedimentos metodológicos como observação participante e pesquisa de campo que são apresentados anteriormente, não foram realizados em detrimento da quarentena que implica no distanciamento social. Nesse sentido, o contato com as participantes desta pesquisa que se encontram na comunidade foram realizadas por meio de plataformas digitais, a saber a plataforma “Google Meet”, em que através do contato prévio com cada mulher foi marcado dia e horário de acordo com sua disponibilidade para uma reunião online em que cada uma teve liberdade de fala e autonomia sobre as questões levantadas durante cada conversa.

Nesse sentido, perante as dificuldades e limitações da comunidade e das mulheres, relacionadas ao acesso tecnológico e a internet, foram realizadas sete entrevistas pré-agendadas com cada mulher, seguindo o roteiro de entrevistas do apêndice A.

¹ “A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que vivemos uma pandemia do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2”. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

“A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves”. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

As protagonistas entrevistadas: Lucelina Gomes dos Santos, Cícera Vieira Almeida, Betânia Vieira da Silva, Lucilene Gomes Nascimento, Monaliza Borges de Almeida, Maria Idelvânia Ferreira Tupinambá e Ludimila Carvalho dos Santos. Os nomes apresentados em seguida também fazem parte desta pesquisa, mas não foi possível a realização de entrevista: Rosa Mirtes Pereira de Souza, Francisca Gomes dos Santos Silva, Ana de Jesus Brito de Abreu, Silvânia Gomes Ferreira, Mayra Chaves Borges, Amária Campos de Sousa.

Todas as mulheres participantes expressaram suas concordâncias no início de cada entrevista, evidenciando que cada participante poderia/pode desistir de sua participação nesta pesquisa, cada uma teve liberdade para estar ou não presente/disponível em cada momento. As mulheres foram informadas de seus direitos e do compromisso que esta pesquisa tem para com o Quilombo Dona Juscelina a fim de respeitar quaisquer opiniões e visão.

As mulheres assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (apêndice B) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (apêndice C). Documentos esses aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP (anexo A) juntamente com o projeto de pesquisa.

A pesquisa está organizada da seguinte forma: O primeiro capítulo tem como título **O Percurso Territorial das Mulheres na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO**, neste capítulo são apresentadas as formas de ocupação e formação territorial do norte goiano, evidenciando as romarias em busca das Bandeiras Verdes e os projetos de crescimento econômico rumo a Amazônia Legal por parte do governo e as implicações desse avanço, contextualizando as várias visões e conceitos acerca do território, e por fim, como se deu a formação do Quilombo Dona Juscelina a partir da protagonista Lucelina Gomes dos Santos.

No capítulo II intitulado, **Do Ontem ao Amanhã: feminilidade quilombola** traz-se reflexões referentes à Ciência Geográfica e a mulher, destacando a pouca existência e a importância de pesquisas relacionadas aos grupos minoritários e marginalizados. Ampliando as questões para as formações dos espaços de lutas de mulheres negras e quilombolas apresentando em diversos contextos, do internacional ao local, mulheres que têm se colocado em espaços de maior embate e conflitos construindo e reconstruindo suas memórias e identidades.

Por fim, o capítulo III tem como título **O Movimento Feminino Quilombola e suas Territorialidades** evidencia que a luta feminina negra e quilombola tem papel

relevante na construção e manutenção das territorialidades, que cada protagonista tem papel significativo no processo de luta pelo território ancestral e que cada enfrentamento, cada espaço ocupado e território conquistado permite um complexo e necessário movimento de resistir e existir. Nessa amplitude, é em cada gestora e ato de resistência que as mulheres protagonistas da comunidade Dona Juscelina e o Quilombo existem.

CAPÍTULO I. O PERCURSO TERRITORIAL DAS MULHERES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO

A formação territorial do Estado do Tocantins e também do país, tem como característica principal a migração de homens e mulheres que se deslocam pelas mais variadas necessidades. Estão numa constante transformação e ressignificação de valores que mudam de acordo com cada localidade que se estabelecem e com a diversidade pela qual o grupo é formado.

Nesta perspectiva, uma abordagem da formação territorial da região do Bico do Papagaio é necessária, desde os tempos do norte goiano até a emancipação enquanto Estado do Tocantins em 1989 com intuito de compreender como aconteceu a produção desse espaço, buscando identificar seus processos de formação numa diversidade de acontecimentos e mudanças por meio de políticas expansionistas, ressaltando o papel da mulher durante esse desenvolvimento.

A seguir construímos um entendimento de como se deu a formação/construção do norte goiano compreendida também como a região do Bico do Papagaio. Observaremos que a migração feminina pelo viés religioso traz uma característica singular para a região.

1.1 Mulher e território: uma construção pelas Bandeiras Verdes

Na década de 1950 o atual estado do Tocantins ainda fazia parte do estado do Goiás e era conhecido como o norte goiano. Tocantins, um estado de grandes riquezas e pequenos investimentos, muitas histórias e inúmeras memórias. Naquela época, poucas pessoas, mas estas carregavam consigo grandes sonhos, desejos, profecias.

A busca por melhores condições de vida, de saúde, de trabalho, entre outras necessidades indispensáveis à vida sempre levou e trouxe pessoas para diferentes localidades e regiões do mundo, dos continentes, dos países, dos estados. Como também liberdade e autonomia dentro de suas próprias perspectivas conduzem grupos de pessoas, famílias inteiras para outras realidades.

O território concebido para muitos como lugar e localização passa por ressignificações que lhes são atribuídas no decorrer da caminhada. O trajeto como

sendo deslocamento se faz carregado de mudanças que ocorrem dentro de um espaço e de uma temporalidade. Nele, a velha realidade é deixada para trás e uma nova é adquirida. No entanto, as características formadoras de um povo, um grupo e/ou uma comunidade nunca é perdida ou deixada, ela é transformada e reforçada.

Nesta perspectiva de trajetões e trajetórias, de acordo com Vieira (2001) e dentro das necessidades que as especifica:

Na década de 50 formou-se em Filadelfia, na divisa do Maranhão com o Goiás o grupo de *Romeiros de Padre Cícero* [...] de aproximadamente cem pessoas, lideradas por uma mulher, Júlia, que se dirigiu para uma região próxima de Araguaína, em Tocantins, local que atualmente ainda vivem remanescentes (VIEIRA, 2001, p. 97-98).

Um deslocamento realizado por meio da romaria trouxe para o despovoado norte goiano pessoas pelo viés religioso. São pessoas que buscam para si um local para que possam exercer sua liberdade e seu conhecimento tanto no viés religioso quanto nas atividades do campesinato. Esse grupo chega em 1952 em um local chamado Pé do Morro (VIEIRA, 2001) que é conhecido atualmente como sendo a cidade de Aragominas-TO.

Dentro das várias versões da história do norte goiano, encontramos nos escritos de Oliveira (2018, p. 36) que o grupo que chega nesta região fora conduzido por uma beata de nome “[...] Antonia Barros Paranaguá, que surge na década de 50 na região de Filadélfia-TO recebe a missão por meio de visões de Padre Cícero de levar romeiros para as bandeiras verdes próximo a um morro [...]”. Santos (2018, p. 64) menciona uma outra versão em que:

[...] a senhora Antonia Parnaguá, beata e líder do grupo de migrantes, mas que seu verdadeiro nome é Antonia Barros de Sousa, sob – inspiração divina – iniciou a romaria no final da década de 1940 que culminou com a fundação de dois municípios, Aragominas e Muricilândia (TO).

Temos três nomes diferentes para uma mesma liderança, que sendo romeiros de Padre Cícero, procuram pelo Morro da Velha² de acordo com Vieira (2001), Oliveira (2018) e Santos (2018). Durante a realização da disciplina “Seminário Avançado: Entre conhecimentos e epistemologias negras e indígenas” ministrada

² Localizado no município de Aragominas, distante de Palmas 408 km. “Local de peregrinação e forte demonstração de fé e laços culturais”. Disponível em: <https://naturatins.to.gov.br/noticia/2017/11/29/naturatins-auxilia-na-criacao-de-unidade-de-conservacao-/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

pelo Prof. Dr. Alex Ratts e pela Profa. Dr^a. Kênia Costa, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins-Campus Araguaína, foi realizada uma aula campo na atual cidade de Aragominas-TO no mês de outubro de 2019, da qual participei. Lá encontramos remanescentes deste grupo e ouvimos nas falas dos mais antigos o nome de Antonia Barros de Sousa como sendo a primeira mulher e romeira a chegar neste lugar.

Como se trata de um conhecimento do passado que vem sendo transmitido pela oralidade, em cada localidade encontra-se uma versão que assume papel de veracidade diante daquele lugar e nos permite assim, chegarmos a várias versões.

A liderança do grupo é feita por uma mulher, segundo os relatos. Um grupo que se desloca pelo viés religioso da romaria de Padre Cícero. Procura pelas Bandeiras Verdes. Ou seja, temos uma mulher conduzindo um grupo de pessoas que estão em busca das bandeiras verdes de acordo com as profecias de Padre Cícero.

De acordo com Vieira (2001, p. 143), “a profecia das *Bandeiras Verdes* é atribuída ao Padre Cícero. Ele teria dito a seus fiéis que no *fim dos tempos* deveriam procurar as *Bandeiras Verdes*, que foram identificadas com as *matas* amazônicas”. Atribuído a elas, temos a ocupação territorial e o aspecto religioso no norte goiano, no qual um possibilita a existência do outro, dando um direcionamento para a localidade em que o grupo deveria se dirigir, ou seja, “[...] as *Bandeiras Verdes* são definidas por uma localização espacial, são um *lugar*, [...] uma direção [...]. As bandeiras ficam para oeste, portanto, com a região da fronteira inexploradas, onde só existem as *matas*” (VIEIRA, 2001, p. 150).

Esse deslocamento é feito para as matas que são entendidas como as bandeiras verdes deixando para trás um mundo em crise em que:

A alternativa encontrada pelos romeiros para escapar dele e de suas consequências catastróficas não é a de decretar uma guerra opondo-se a ele, mas a de refunda-lo num espaço além da fronteira, ou seja, no mundo considerado como o da natureza virgem, o das *Bandeiras Verdes*. Caminhando mais para frente, como *romaria* e *missão*, torna-se possível fazer a *passagem* e encontrar um *lugar*: espacial, social e sagrado (VIEIRA, 2001, p. 103).

E esse lugar encontrado por Antonia Barros de Sousa é o Pé do Morro ou Morro Santo do Santo Cruzeiro, também conhecido como Morro da Velha sendo

considerada como a Nova Juazeiro (SANTOS, 2018) ou terceira Juazeiro³ (OLIVEIRA, 2018), evidenciando que a influência de um Padre nordestino não ficou restrita apenas a esta região.

Se a profecia das *Bandeiras Verdes* resgata para os migrantes a tradição popular do Padre Cícero do Juazeiro, a presença de *Meu Padrinho* dá um passo além. Composto pelo padre nordestino e pela figura de missionários itinerantes do sertão, *Meu Padrinho* vem realizar a profecia, trazendo para a fundação dos novos espaços amazônicos a certeza do desígnio sobrenatural (VIEIRA, 2001, p. 215-216).

Dessa forma, “a Amazônia Oriental tem se constituído em lugar de projeção de sonhos e esperanças para migrantes vindos de todos os lados, especialmente os nordestinos” (VIEIRA, 2001, p. 111)

A Amazônia Legal é compreendida como área de matas virgens, de grandes riquezas, um território livre para que se possa exercer liberdade, uma fronteira a ser alcançada e ultrapassada. O ponto final de caminhada. Lugar de paz. Território sem delimitações, e são estas características que os romeiros nordestinos encontram ao chegar nesta região.

Nordestinos veem na Amazônia Legal uma nova oportunidade da autonomia que fora perdida em seus locais de origem, a citar a falta de solos férteis para a manutenção do campesinato no nordeste (VIEIRA, 2001). No entanto, em relação ao mito religioso das Bandeiras Verdes dos romeiros de Padre Cícero, Sader (1986, p. 106) nos relata que: “percebi que nenhum cearense conhece o mito, como tão pouco os que são nascidos no sul do Maranhão, ou em Goiás. Os piauienses e seus descendentes e/ou maranhenses do NE e centro do Estado é que falam dele”.

Vieira (2001, p. 61), sustenta em seus escritos sobre o grupo que chegara em 1952 no Pé do Morro: “o grupo tinha contato permanente com Juazeiro, sendo que alguns viajavam anualmente em romaria para lá. Tinham nas casas imagens do Padre Cícero que chegavam a medir um metro e meio de altura”. Mesmo que os cearenses não conheçam o processo religioso da romaria que caminha para o norte

³ Juazeiro – BA: “Em 15 de julho de 1878, a vila de Juazeiro foi elevada à categoria de cidade por força de Lei n.º 1.814”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/juazeiro/historico>. Acesso em 13 de abril de 2020.

Juazeiro do Norte – CE: “Elevado à condição de cidade com a denominação de Juazeiro, pela Lei Estadual n.º 1.178, de 23-07-1914”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/historico>. Acesso em 13 de abril de 2020.

Terceira Juazeiro: expressão encontrada em trecho de entrevista realizada por Oliveira, I.S. (2018) em sua dissertação.

goiano em busca das bandeiras verdes, os que compõem esta localidade conhecem o Padre Cícero de Juazeiro do Norte – CE⁴ e é para lá que vão por meio de sua religiosidade pois “[...] se tratava de um *Padre Cícero* nordestino” (VIEIRA, 2001, p. 61).

Nesta perspectiva:

Dois pontos chamam a atenção [...]. O primeiro, diz respeito à liderança, quase sempre feminina e o segundo, ao fato dos grupos⁵ deslocarem-se em direção à mata, ainda que com frequência e intensidades diferentes.

O que levaria as mulheres a assumirem a liderança? Observa-se que todas elas faziam *curas* e, à exceção de Júlia, dos *Romeiros do Pé do Morro*, realizavam algum tipo de *trabalho espírita*.

[...] O segundo ponto recorrente refere-se ao fato de existir, em todos os grupos observados, uma determinação de deixar o lugar onde surge o movimento. Todos recebem a *ordem de viajar*, vão para algum lugar, e a direção da maioria é a mata virgem, o mundo supostamente desabitado [...].

Ana, assim como Júlia, consideravam que haviam chegado no *ponto final* [...] (VIEIRA, 2001, p. 242).

Ponto final. O fim de um caminho. Um novo parágrafo para uma nova realidade, a construção de uma nova história. Um ponto, uma pausa para recuperar o fôlego e analisar todas as possibilidades que o verde das matas oferece. É tempo, hora e lugar de novas construções e concepções para a formação de um novo espaço. Mas junto destas inúmeras possibilidades surgem também inquietações que

⁴ “Em 1827, o padre Pedro Ribeiro de Carvalho construiu uma capela num local denominado Tabuleiro Grande, localizado na estrada real que ligava Crato a Missão Velha, à margem direita do rio Batateira. Essa capela foi erguida em frente a um frondoso juazeiro. Esta a origem do nome Juazeiro do Norte. Juazeiro é palavra tupi-portuguêsa: jua ou iu-à e “fruto de espinho” (em virtude da grande quantidade de espinhos que defendem os ramos da árvore), mais o sufixo eiro. A pequena capela foi consagrada a Nossa Senhora das Dores, padroeira do município, a quem o padre doou as suas terras e onze escravos. O povoado não teve grande desenvolvimento até que a 11 de abril de 1872 lá chegou o padre Cícero Romão Batista, como sucessor do padre Pedro Ferreira de Melo. A cidade tem na figura do Padre Cícero Romão Batista um marco na construção da religiosidade, da cultura do seu povo e acontecimentos políticos do Cariri.

Recentemente, Juazeiro comemorou a passagem de 100 anos da sua emancipação política como a terceira cidade do Ceará após deixar de ser um mero povoado pertencente ao Crato. Tudo começou durante uma missa em março de 1889 quando Padre Cícero ministrava a comunhão aos fiéis. Ao colocar a hóstia na boca da beata Maria de Araújo, esta se transformou em sangue. O fato se repetiu por diversas vezes durante cerca de dois anos, sendo logo atribuído pelos fiéis como um milagre. Levas de católicos passaram a visitar o povoado em busca dos conselhos e da benção do “Padim Ciço”. O vilarejo foi crescendo com a abertura de novas ruas e a construção de casas tudo no entorno da fé popular. Surgiam os pequenos negócios com melhores perspectivas e o Padre Cícero sempre aconselhando: “em cada casa um santuário e em cada quintal uma oficina”. Os espaços sagrado e econômico se entrelaçaram com o trabalho e a fé caminhando juntos a ponto de servir como alicerce para o desenvolvimento de Juazeiro”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/historico>. Acesso em 13 de abril de 2020.

⁵ Missão e Romaria. “[...] a *Romaria* [...] **buscando o sagrado** – a *Missão* [...] **levando o sagrado** [...]. A *Missão* **avança**, a *Romaria* **acompanha**. No entanto, nos dois casos existe um tema comum que é prioritário: o caminho, a *viagem*, a peregrinação” (VIEIRA, 2001, p. 238).

buscam por uma construção por meio da exploração econômica da região amazônica. Esta é tratada como uma área de fronteira econômica em detrimento de várias mudanças que ocorrem no país.

O Presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961) em 1º de outubro de 1957, sanciona a Lei Nº 3.273 que fixa a data da mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para o novo Distrito Federal, no dia 21 de abril de 1960 (BRASIL, 1957). Agora a capital se encontra presente em uma região central do país.

Junto dela também novos planos de desenvolvimento para esta região e, conseqüentemente, para a região norte. Colocando assim, a área amazônica como a nova fronteira econômica. Projetos e recursos são disponibilizados para a mudança dessa região. Uma nova rota é criada pela necessidade de ligar o centro do país que tem ligações sólidas com o sul e sudeste, com o norte, ou seja, é preciso com a vinda da capital, ocupar novas áreas e desenvolvê-las de acordo com as visões do governo e as necessidades do capital.

Em 25 de outubro de 1961 por meio da Lei Nº 3.974, o Presidente da República João Goulart (1961-1964) autoriza o Poder executivo abrir crédito especial para a complementação das obras de implantação, construção e pavimentação da Rodovia Belém-Brasília (BRASIL, 1961). Nestas condições de expansão, uma nova estrutura é criada no intuito de atender as demandas da capital e do capital para o cumprimento das políticas econômicas de crescimento.

Observamos que a data de chegada dos romeiros de Padre Cícero ao norte goiano, grupo este que funda tanto a cidade de Aragominas quanto a de Muricilândia no atual Tocantins pelo viés religioso em busca das bandeiras verdes, e as datas de mudança da capital e dos investimentos pela construção da Belém-Brasília são próximas.

As políticas governamentais de expansão são bem maiores e contam com grandes investimentos para esta área do Goiás, sendo também a área do Bico do Papagaio fazendo divisa com os estados do Maranhão e Pará. São criadas superintendências, projetos de desenvolvimento, fundos de investimentos entre outras diversas ações em que colocam instituições federais, estaduais e municipais num plano de desenvolvimento que caminha rumo à Amazônia Legal.

As mudanças refletidas ou direcionadas pelo capital chegam com o nome de progresso. Trazem em suas bagagens, modos diferentes e diversificados de

realidade. A corrida para oeste não é só um investimento nacional, a Amazônia Legal é também uma grande área de fascínio pelo capital estrangeiro (SADER, 1986).

Quando estas ações com maior poder aquisitivo chegam pelo norte goiano, trazem consigo a certeza de mudanças, sejam elas boas ou ruins, deixam no seu rastro uma nova espacialidade, modificações estas que são destacadas por Sader (1986, p. 28) quando diz que a “[...] integração da Amazônia aos interesses baseado no Centro Sul. [...] que já havia se iniciados de forma mais efetiva com a construção de Belém-Brasília, será ampliada a partir dos governos militares”.

Para os romeiros, as Bandeiras Verdes. Para o governo federal, a Amazônia. Para os primeiros, paz, sonhos, encanto, liberdade. Aos segundos, fronteira econômica-agrícola-agropecuária. Os romeiros de Padre Cícero encontram terras livres, mas estas tendem a se tornar cativas. Ou seja, “[...] quando o homem passou a ser livre, a terra passou a ser cativa [...]” (OLIVEIRA, 2018, p. 35).

Conquistas e perdas passaram a fazer parte da paisagem do norte goiano. O território materializado nas áreas verdes da mata começou a ser disputado com voracidade. Medo revestido de obediência, violência no uso da “lei”, vida trocada em nome da resistência, o desejo da terra livre como sinônimo de autonomia. Por um tempo para os romeiros, as terras eram uma certeza de lugar enquanto local e localização ao anoitecer e ao amanhecer, com o passar do tempo e a chegada do progresso, o lugar se transformou em local de dúvidas ao anoitecer e incertezas ao amanhecer. Para alguns, o ir e vir do sol se tornou carregado de medos. Uma vez que “o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro” (TUAN, 2013, p. 11).

Nesse desejo, o grupo se organiza e reorganiza de acordo com suas necessidades em face daquilo que fora alcançado. Nesse caso, assim fazem defronte as bandeiras verdes, e Weil (1943a, p. 411) comenta que:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.

Assim, o norte goiano permite que este enraizamento seja compreendido sendo que “é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se

formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos que lhes dão sentidos” (MARTINS, 2016, p. 10). Neste direcionamento, Vieira (2001, p. 110) assinala que:

Do ponto de vista simbólico, a fronteira se coloca para diferentes agentes sociais como espaço de natureza que acena com a possibilidade de um mundo novo, por fazer, e que por isso mesmo se presta à elaboração de sonhos e a busca de utopias.

Nesta perspectiva:

Seria não voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. A oposição entre futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. **De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado** (WEIL, 1943, p. 418, grifo nosso).

Ou seja, um passado que serve como inspiração para iniciativas agora relacionadas ao presente, passado esse que quando “[...] narrado carrega uma opinião: uma lembrança é uma perspectiva sobre o vivido. Por meio dela o memorialista aparece aos demais (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 372).

Dentro dessas memórias, o passado que o norte goiano, atual Tocantins, carrega é cheio de histórias, e nem todas são relatadas com boas entonações de vozes, uma vez que “a arte de narrar envolve coordenação motora da alma, da voz, do olhar e das mãos. É como que uma performance em que a palavra, associada à ação, permite ao homem mostrar quem ele é” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 372).

Nessa tentativa, os que chegaram neste espaço e formaram seus territórios livres, falam de perdas nas batalhas de desapropriações com suas vozes embargadas e corpos que transpassam o preço de cada luta. São goianos, paulistas e mineiros que chegam por estas terras e às ocupam como se não tivessem donos (OLIVEIRA, 2018). No discurso, são terras devolutas e estão sem produtividade e partindo sempre da necessidade de produzir e produzir com grande excedente, estes impõem aos que ali estavam outras barreiras, numa articulação que o capital permite.

Na década de 1960, existe a formação de vários agrupamentos que trazem uma nova significação para o campesinato pelo viés religioso (VIEIRA, 2001). Sader

(1986, p. 08) salienta que “eram pequenos lavradores produzindo roças de subsistência, vendendo o pouco excedente que obtinham, vivendo miseravelmente de sua agricultura atrasada e rudimentar”, mas eram nestas condições que viviam todos juntos em um sistema de solidariedade produzindo um espaço vivido. Esses agrupamentos eram os povoados, estes:

[...] são a expressão espacial das solidariedades que unem seus habitantes na luta pela sua manutenção enquanto produtores independentes, lavradores que tentam trabalhar como “homem liberto”.

Eles desaparecem quando o campesinato perde a terra. Por toda a área há testemunhos eloquentes das expulsões: são as cicatrizes deixadas na paisagem pelos povoados destruídos (SADER, 1986, p. 134).

Antes de ser expropriados de suas terras, o campesinato é expropriado de seu trabalho, a partir de um sistema complexo de comercialização que o subordina a outras formas de produção capitalista, notadamente ao capital mercantil [...] (SADER, 1986, p. 141).

A falta de recursos que possam atender de maneira efetiva ao campesinato e suas demandas, o coloca como sendo um grupo frágil perante as mudanças provocadas tanto pela construção da Belém-Brasília quanto pelas políticas de crescimento econômico, mas enquanto estas não chegam, é a sua falta que retarda a privatização deste solo permitindo o sistema de cultivo tradicional que é realizado pelo campesinato (SADER, 1986), sendo que estes, visto pelo outro lado da ocupação deste espaço que já não é mais despovoado no seu sentido literal, permitem um desmatamento gratuito.

“A lei que colocou em 1964 a faixa de 100 km ao longo das rodovias federais sob administração da União [...]” (SADER, 1986, p. 52) permite a proliferação de outros problemas. Nesta descrição, as cidades de Aragominas-TO e Muricilândia-TO, que estão à 43 e 63 quilômetros, respectivamente, da BR-153 entram no território da disputa. São terras devolutas, tituladas ou que podem ser apropriadas. Independentemente, se tornaram mercadorias e agora, todos os meios de as fazerem privadas são usados e para isso “o mecanismo de grilagem foi o caminho escolhido para a apropriação privada das terras devolutas que já haviam sido incorporadas ao processo de produção pelo campesinato” (SADER, 1986, p. 156), e assim entendemos e sabemos que estas terras não eram devolutas, na visão dos romeiros elas eram livres e continuavam assim para que os homens também fossem.

Para cada história contada, um memorialista que traz com sua fala e gestos, uma protagonista. Nos primeiros enredos aqui traçados é uma mulher que caminha com seu povo pelo viés religioso das romarias de Padre Cícero. Mas existe um outro lado que traz um outro enredo para esta região. Existem agora os grileiros que não são insetos, são “[...] arquitetos, advogados, jornalistas, e, cúmulo da ironia, juízes de direito” (SADER, 1986, p. 160).

Pela descrição, o norte goiano parece mais com um espaço que permite várias encenações de um mundo pouco provável, mas ele é real. Para tanto:

A memória oral resiste a esse saber que mais se aproxima da verdade por necessidade. O direito à narração alarga o debate sobre o vivido e conserva um mundo acolhedor de olhares geralmente impedidos de ascender à condição política (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 373).

Assim, no que é dito e no que não é dito, um novo mundo de acordo com suas próprias versões e concepções políticas, culturais e sociais é compreendido e entendido, mas nem sempre é aceito. São criadas, pelo grupo seletivo já mencionado, formas de expropriação da terra – grilagem, sendo de acordo com Sader (1986, p. 166):

[...] as mais sofisticadas são aquelas em que são necessários especialistas para falsificarem documentos [...], apoio de várias outras instituições públicas, como cartórios, organismos oficiais – como o INCRA e a SUDAM – apoio de juízes, advogados, escritórios de planejamento, força policial, enfim toda uma rede complexa que passa a girar em torno da grilagem.

E é por meio dessa rede complexa que os grupos que viviam pelo cultivo tradicional de subsistência são derrotados pela força de desenvolvimento econômico que veio do Centro Sul do país.

O espaço que abrigou a liderança de uma mulher e de seu grupo, se transforma agora num território de conflitos permeados pela violência do poder. Nessa hora, o ponto final indica outro fim, o da liberdade. O ponto anuncia uma nova batalha: a luta pela terra que lhes foi tirada. Com toda compreensão que nos é possível, podemos dizer que a forma de ocupação deste espaço revela de forma escancarada às várias roupagens que o capital nos permite enxergar. A perversidade e cumplicidade dos fatos são catastróficas, longe de serem naturais, mas tratados como sendo.

Nesta realidade, com trajetórias realizadas pelo viés da fé, um povoado não desiste, ele resiste, reinventa-se. Trazem em suas memórias a veracidade dos fatos

que os tornam donos de uma espacialidade que foi construída pelo seu grupo, e juntos lutam por direitos que lhes foram tirados. Nesse meio, a construção da cidade de Muricilândia-TO junto da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, ou, da Comunidade junto da cidade acontece.

A chegada do progresso para a região do Bico do Papagaio implica na perda de território dos povos e/ou comunidades tradicionais. No tópico seguinte, o território é abordado com intuito de explicar as diversas leituras sociais que o engloba de acordo com o interesse de cada grupo.

1.2 Território como produção de espacialidades

Nos caminhos trilhados pelos romeiros a resistência sempre foi a forma encontrada para existir, numa caminhada de ressignificações essas pessoas buscam e trazem uma nova forma de ser. Quando observamos o processo de construção que engloba o norte goiano, romeiros de Padre Cícero e as políticas de expansão econômica rumo a Amazônia Legal, entendemos que construção abrange uma variedade de sentidos.

O território é convidado a assumir as suas variadas significações, dentre elas, o poder. E junto desse poder, vem à questão financeira que é também atrelada ao capital e assim temos num processo de implantação, a perversidade do capital como sinônimo de progresso, desenvolvimento. De certo modo, não se pode negar, por exemplo, que a construção da Belém-Brasília⁶ acarretou melhorias para a região, mas junto dela outras mudanças ocorreram.

Diante destas questões se torna indispensável uma melhor abordagem sobre o território. Neste primeiro momento,

O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um *novo* significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social (SAQUET, 2007, p. 34).

⁶ “A rodovia recebeu os nomes de Belém e de Brasília pelo fato de estes se referirem a duas cidades que constituem os seus extremos. Porém, é apenas um nome popular, pois, oficialmente, nos mapas das rodovias tocantinenses consta a BR 153, rodovia Transbrasiliiana, o que consideramos como um equívoco, uma vez que ela é a maior referência para os tocantinenses” (BRITO, 2016, p. 138).

Os romeiros produziram espaço geográfico em uma perspectiva que difere do de apropriação, e sim numa coletividade. Cenário que mudou com a chegada do progresso. Saquet (2007, p. 77) cita que “[...] o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis”. Uma variedade de significados é encontrada nos relatos de quem permanece nestes locais. Um valor de uso e um valor de troca são estabelecidos de acordo com as vivências de cada grupo.

Nesta diversidade de possibilidades do uso do território, a sua definição

[...] não pode ser classificado como *físico* ou fenômeno *inanimado*, mas como uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou sobre o uso de um lugar (SAQUET, 2007, p. 68).

Podemos inferir que as cidades de Aragominas-TO e Muricilândia-TO se iniciaram nesta construção que Saquet (2007) evidencia sobre o uso do território, ambas trazem em seus primórdios uma figura de autoridade, ou melhor, uma figura de liderança, sendo a beata romeira de Padre Cícero que chega no Pé do Morro e parte de seu grupo parte para as margens do rio Muricizal em 20 de agosto de 1952, para fundarem então a cidade de Muricilândia-To com a chegada, posteriormente, de Lucelina Gomes dos Santos⁷ (SANTOS, 2018). Sendo assim:

O território envolve, ao mesmo tempo as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente; compreende os ambientes natural e construído em *sistema*, a partir dos pressupostos filosóficos da fenomenologia. Assim, estuda os grupos, as *comunidades* e suas percepções/sentimentos de território, sua organização, seus signos (SAQUET, 2007, p. 111).

Neste sentido, o território permite aqui uma abordagem e um entendimento da formação e configuração da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, que tem em seu âmago um território ancestral vivido e neste sentido sua construção teve início (MEDEIROS, 2009).

Para Bonnemaïson (2000, p. 128),

⁷ Matriarca da Comunidade Quilombola Dona Juscelina tendo como nome social Dona Juscelina. Nesta perspectiva, será usado seu nome social nestes escritos.

O território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira viável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos.

De fato, as marcas estão no território e também na memória da comunidade e neste sentido, este assume significações e é possível várias interpretações como aponta Haesbaert (1997, p. 41):

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Para o autor:

Esta distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas e multiculturalistas (defensores do respeito às diferenças culturais) (HAESBAERT, 1997, p. 37).

O território amplo, nesta perspectiva, permite a criação de novas espacialidades e territorialidades no norte goiano. Perante todos os enfrentamentos que cada grupo desempenha em um determinado espaço geográfico, o mais difícil e complexo é o estabelecimento de sua identidade cultural por meio de uma territorialidade, mas é também o elo que permite permanência e luta por aquele determinado espaço que também é território.

Para Claval (2001, p. 142):

A cultura é o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas. Ela inclui a imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permitem tirar partido dele. Ela comporta um arsenal de métodos para se orientar [...].

Nessa amplitude de conhecimentos que é transmitida de geração a geração, a necessidade e a certeza da preservação de uma identidade perpetua. Para Santos (2017, p. 3):

A identidade é marcada pela representação dos símbolos e assim a representação atuaria simbolicamente para classificar o mundo e nossas

relações em seu interior. [...] Essas representações perpassam o sentimento de pertencimento ao território, tendo em vista que o sentimento a determinada terra é a maneira de expressar a identidade, construída através da confrontação de grupos.

Com essa construção da identidade no espaço geográfico por meio de um território, salientamos que existe um processo que permite a criação de uma territorialidade por parte dos grupos sociais e nela há, segundo Saquet (2009, p. 88) “continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar”.

É certo que cada grupo social carrega consigo uma cultura, uma maneira de ser e de estar no espaço, uma forma de construir e/ou reconstruir seus saberes em detrimento do bem comum de acordo com as condições que lhe são expostas. Os romeiros fizeram e fazem isso ao se estabelecerem nas regiões do Pé do Morro e do rio Muricizal.

Existe com esse grupo desde que deixaram a cidade de Filadélfia-GO na década de 1950, uma história e uma geografia, uma identidade e um território, uma existência e uma resistência. Os romeiros, dentro de suas especificidades, se fizeram e se fazem presentes nestes espaços desde o seu início, podemos por assim dizer, que através das bandeiras verdes são desbravadores destes territórios. Segundo Almeida (2010, p. 126), “o território é, pois, dotado de uma historicidade caracterizada pelos seus ritmos específicos”.

Nesta compreensão, Haesbaert (1999, p. 78) considera que:

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...], uma identidade em que um dos aspectos básicos para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto mais concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial, quando o referente simbólico central da construção dessa identidade parte ou transpassa o território.

Se cada pessoa é portadora de uma vivência cultural, um grupo de pessoas será portador de uma amplitude. Quando o deslocamento interfere nessas vivências, simultaneamente, outras são criadas. Um processo que ocorre por meio da migração acaba por permitir também outra (des)construção, a desterritorialização. Para Almeida (2009, p. 185):

O processo de desterritorialização, para o imigrante começa na terra natal, quando ele começa a sonhar com o sair daquela situação que o incomoda. A fratura do pertencimento acontece com a decisão de desfazer-se dos bens materiais, culturais e afetivos, para empreender a busca de refazer a vida em melhores condições.

No tópico anterior “Mulher e território: uma construção pelas Bandeiras Verdes” apontamos que a busca pelas bandeiras verdes estava atrelada a um lugar de prosperidade, para alguns esse seria o ponto final, um espaço que permitiria a realização de que outrora não tiveram em outras localidades. De certo modo, os trabalhadores que vieram com a construção da rodovia Belém-Brasília também encontram outra realidade e também procuravam por ela e juntos deles, vários outros grupos com intenções distintas.

Com os primeiros grupos, temos uma correspondência notável entre o homem e o lugar carregada de afetividade (BONNEMAISON, 2002), e também um viés religioso. Logo, “a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira” (BONNEMAISON, 2002, p. 287).

Para Little (2004, p. 256), “o território de um grupo social determinado, incluindo as condutas territoriais que os sustentam, pode mudar ao longo do tempo dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele”. Sendo assim, o território tem uma função tanto social quanto simbólica segundo Bonnemaïson (2002).

Toda expressão de territorialidade que um grupo vivencia está constituído pela soma de valores religiosos e morais que produzem uma cultura a partir de sua organização. Construção essa que pode e deve ser observada na Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Bonnemaïson (2002, p. 290-291) enfatiza que:

Assim como o espaço cultural é uma realidade histórica, ele é uma realidade inscrita na terra pela soma de seus territórios. Espaço vivido por meio de certa visão e sensibilidade cultural, o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo. Um sistema porque se organiza e se hierarquiza para responder às necessidades e funções assumidas pelo grupo que o constitui. Um símbolo porque se forma em torno de polos geográficos representantes dos valores políticos e religiosos que comandam a visão de mundo. [...] O território [...] ele é, ao mesmo tempo, raiz e cultura.

E dentro dessa estruturação de cultura e território temos os geossímbolos, que “pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certos grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade” como afirma Bonnemaïson (2002, p. 292), sendo a identidade um componente indispensável para a formação de um território (SAQUET, 2007).

Na compreensão de Vieira (2001, p. 78) referente ao simbólico, “toda ação humana é significativa, ou seja, que a prática se constrói e ganha sentido de acordo com um esquema simbólico definido, com uma estrutura de significação”, que para além de um esquema, é um poder invisível no qual é exercido por meio da cumplicidade de um grupo, um poder simbólico que quem o exerce pode até mesmo negar a sua existência (BOURDIEU, 1989).

Território e espaço geográfico são indissociáveis assim como identidade e cultura. A existência de todas essas dimensões permite a criação de um único espaço/território. Quando observadas em suas particularidades não permite a leitura de um todo, mas na sua amplitude revela muito mais daquilo que os olhos podem ver.

A migração é parte constituinte da formação do território nacional e também do estado do Tocantins. Quando ainda norte goiano, recebe os romeiros que caminham pelo viés da fé, os trabalhadores para a construção de estradas/rodovias que vem pelo discurso do progresso e, os grileiros de terras que trazem em suas mãos documentos que permitem uma apropriação de terras que tem em seu bojo, a Amazônia Legal como nova área de expansão econômica do país.

Tocantins⁸ é o estado mais novo do país, mas as questões que estão presentes na realidade do mesmo não são. As pessoas que o formam são carregadas de outras realidades, valores, costumes e assim possibilitam uma diversidade de conhecimentos. Para Little (2004, p. 265):

A maneira específica como cada grupo constrói sua memória coletiva dependeria em parte da história de migrações que o grupo realizou no passado. A memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial

⁸ Pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, é criado o estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_08.09.2016/art_13_.asp. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

de origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos.

De certo modo, como Little aponta, essa é a estrutura formativa tanto da cidade de Aragominas-TO quanto da cidade de Muricilândia-TO. Nas oportunidades adquiridas de estar presente em momentos em que os primeiros habitantes, Dona Juscelina e Dona Cícera⁹ em Muricilândia-TO e Seu Raimundo Benício e Maria Mendes da Silva em Aragominas-TO relatam suas vivências, uns descrevem acontecimentos de estarem presente no grupo pela fé, outros o acompanham pela necessidade de melhorias, alguns chegam depois e, posteriormente, formam uma coletividade com o passar do tempo como reforça Little (2004, p. 265):

Os territórios dos povos tradicionais fundamentam-se em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação afetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficarem fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa em uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural.

Uma comunidade tradicional é repleta de tradições. Quando o grupo se forma vão unindo seus conhecimentos e oralmente vão transmitindo saberes de geração a geração, numa escala de tempo que a pressa se torna inimiga da perfeição. Os saberes que carregam consigo não entram na questão da urgência, eles são necessários, eles formam lugares e pessoas, formam uma comunidade. O tempo não é o mesmo para cada um, mas todos se constroem em um território e a perda deste, para muitas comunidades, é catastrófica.

As políticas econômicas de crescimento causam essa desestruturação pelos locais que passam. Elas não são pioneiras, não na região da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, são na verdade, parte de um sistema que desestrutura os povos tradicionais que vivem no então antigo norte goiano.

A tradição é repassada no ser, fazer e falar. Tradição que permite uma ligação das pessoas com a terra. E nesta perspectiva, Frochtengarten (2005, p. 374) ressalta que “a memória oral é condição promotora de enraizamento” e assim, “[...] uma vida é vivida quando narrada” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 374).

⁹ Com tristeza, enquanto esta pesquisa ainda estava em curso, a Griô Cícera Vieira Almeida faleceu em 04 de março de 2021 na cidade de Araguaína-TO.

O ato de narrar requer tempo, maestria, dedicação e conhecimento. É o momento que aquele que o faz proporciona para aqueles que o escutam por meio da imaginação, uma visão do real, da realidade que tinham e que podem ter. Nas narrações da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, a narrativa é iniciada a partir da migração. Posteriormente, um território alcançado, terras devolutas. No continuar de suas falas, um território tomado por técnicas ilegais realizadas por vias legais. Dessa maneira, a comunidade tradicional se torna refém de um processo de desterritorialização no anseio de, num futuro próximo, conseguir sua reterritorialização.

Saquet (2003[2001], p. 218) aponta que:

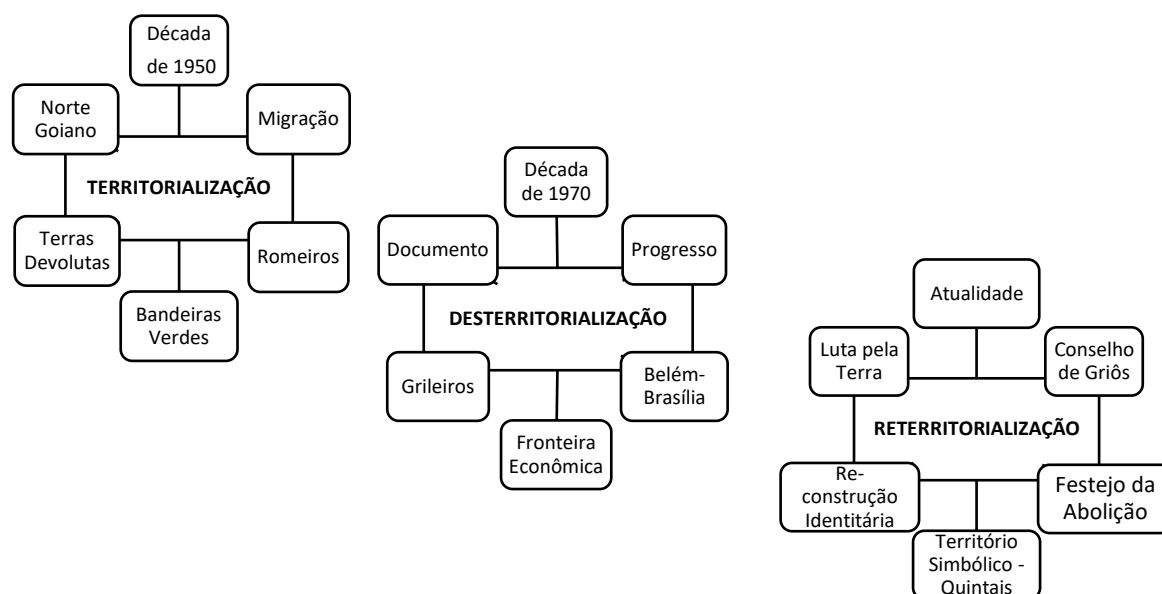
A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC¹⁰, sendo que as redes *estão* e *atuam* em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa a re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território.

Economia, política e cultura promovem processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização - TDR em um processo de continuidade em que a ocorrência de um leva ao outro. No entanto, não é sempre nessa ordem. Em alguns casos as características estão expressas nas entrelinhas de cada grupo/comunidade de acordo com suas dimensões simbólica, identitária e afetiva.

Nesta perspectiva, a comunidade quilombola em questão re-vive esse processo de TDR. No esquema seguinte (figura 01) podemos observar algumas especificidades que formam o espaço geográfico/território da comunidade.

¹⁰ EPC – Economia; Política; Cultura (SAQUET, 2007).

Figura 01 – Processo de TDR no Quilombo Dona Juscelina.



Fonte: SOUSA, E. 2020. (Dados organizados pela autora).

O primeiro processo que aparece no esquema é o de territorialização e esta é uma abordagem descrita a partir da realidade e das características que formam o norte goiano e posteriormente a Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Como dito, é uma continuidade e os migrantes que vieram do nordeste na década de 1950 em busca das Bandeiras Verdes seguindo as profecias de Padre Cícero foram, no início dessa viagem, desterritorializados de seus antigos lugares/territórios.

A caminhada que os migrantes fazem possibilita uma nova territorialização. A cultura em partes é deixada e em partes levada, mas nunca é esquecida ou substituída, ela é ressignificada. As terras devolutas proporcionam ao migrante romeiro a vivência da liberdade e do sonho de prosperidade. Nessa ocasião, a formação de um povoado as margens de um rio se inicia num processo que antecede outro e que, para suprir as necessidades de outros grupos, culmina noutro – a desterritorialização.

O segundo processo é a desterritorialização que traz em seu âmago a perda, a ruptura, a descontinuidade de um processo, uma formação, uma luta. Mas a descontinuidade não deve ser aqui entendida como o fim de uma luta e/ou processo. Anteriormente foi mencionado que as políticas usadas para suprir os desejos do capital dispõem de várias roupagens. Pois bem, a luta e a resistência dessa comunidade quilombola da qual essa pesquisa se trata também apresenta muitas

roupagens, e ela se faz em uma coletividade que parte da vivência e busca da valorização de seus direitos em uma luta comum para benefício de todos.

Na década de 1970, com a chegada do chamado progresso que percorre a rodovia Belém-Brasília com inúmeros projetos de desenvolvimento econômico tendo a Amazônia Legal como foco, inicia o processo de desterritorialização de povos e comunidades da região do Bico do Papagaio. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina perde seu território para grupos originários de outras regiões do país que contam com ajuda de órgãos públicos e dispõem de documentos falsos, e alegam serem donos legalmente de determinados lotes. Sendo assim denominados de grileiros.

Território e espaço geográfico são indissociáveis, um possibilita o outro. O espaço geográfico permite as inúmeras e diversificadas manifestações que compõem o território e a sua perda não ocasiona, totalmente, no extermínio destas manifestações.

Reterritorialização, o terceiro e último processo que é apresentado no esquema anteriormente, conta com uma variedade de lutas que são travadas cotidianamente pela comunidade. Em um processo imbricado, ocorre a formação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e da cidade de Muricilândia-TO. Quando a terra foi devorada para atender os anseios da capital, conseqüentemente, tiveram que se concentrar no povoado que se encontrava/encontra as margens do rio Murici. Além do espaço geográfico que permite o território, outras dimensões condicionam sua existência/permanência: simbólica, identitária, afetiva.

Dentro dessas dimensões podemos observar e identificar a existência da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina - ACQDJ e o Festejo da Abolição como exemplificações da resistência desta comunidade. O estar em limite urbano não silencia ou impede suas lutas e manifestações culturais.

É nesse espaço/território que a comunidade quilombola constrói suas identidades, travam suas batalhas, realizam suas festividades culturais com grande diversidade geossimbólica, e quando as entrelinhas são observadas em sua essência, encontramos dentro dos seus quintais¹¹ características adquiridas do tempo que eram proprietários de seus lotes, sendo essa uma grande expressão do território simbólico, uma expressão de micro reterritorialização.

¹¹ Oliveira (2018, p. 91) traz “quadro 04: tipos de ervas medicinais cultivadas em quintais quilombolas”.

Todas as manifestações que compõem a comunidade e que são vivenciadas por cada quilombola têm em sua significação a luta pela terra. Embora tenham inúmeros traços de comunidade dentro do espaço urbano e tenham instituído ali um território, a reterritorialização desejada e sonhada pela comunidade é ter seu território ancestral titulado como sendo da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

No tópico seguinte, será possível compreender como se deu a formação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina a partir de uma figura feminina negra, nordestina e romeira. Possibilitando assim uma melhor compreensão do esquema que foi exposto anteriormente a respeito do TDR.

1.3 Da construção feminina à Comunidade Quilombola Dona Juscelina

No dia 20 de agosto de 1952 um grupo de sete homens liderados por João Paulino¹² se deslocam de Aragominas/Pé do Morro para a área que hoje é a cidade de Muricilândia-TO (SANTOS, 2018). “Na colheita das roças o grupo de homens levou consigo seus familiares, sendo ao todo sete famílias e trinta e três pessoas, então se estabelecem definitivamente na localidade” (SANTOS, 2018, p. 76).

Com o passar dos anos, Antonia Paranaguá¹³, mulher que liderou o grupo de romeiros de Padre Cícero, visita as famílias que estão as margens do Rio Muricizal, também referenciada pelo nome de Murici da Velha sendo relacionada com o Morro da Velha/Pé do Morro. Sua primeira visita foi em 1954, posteriormente, mudou-se e faleceu em Muricilândia-TO (SANTOS, 2018).

Uma década depois, mais especificamente em 1962, Lucelina Gomes dos Santos chega a Muricilândia-TO com sua família por meio de uma trajetória iniciada

¹² João Francisco de Sousa popularmente conhecido como João Paulino, nome que herdara da mãe que se chamava Paulina Conceição de Sousa, migrante nordestino, natural de Bertolina no Piauí, nascido no ano de 1920, exímio tocador de sanfona (SANTOS, 2018).

¹³ Nestes escritos são mencionados três nomes diferentes para a beata nordestina romeira de padre Cícero que se desloca com seu povo para o norte goiano em busca das Bandeiras Verdes. Respectivamente são:

- Júlia - década de 1950 (VIEIRA, 2001);
- Antonia Barros Paranaguá - década de 1950 (OLIVEIRA, 2018);
- Antonia Barros de Sousa - década de 1940 (SANTOS, 2018).

em “Nova Iorque-MA¹⁴ e Pastos Bons-MA passando por Cristalândia-TO, Araguaína-TO e enfim ao Murici da Velha (Muricilândia-TO) (OLIVEIRA, 2018, p. 37).

Nas narrações de Dona Juscelina:

No caso quando eu cheguei eu comecei a amansar o pessoal era muito brabo num tinha... Muricilândia começou crescer quando Lucelina chegou em pé com o João Paulino, daqui a Araguaína nois trabalhava com os prefeitos, o derradeiro que eu cuidei foi o Zeca Barros foi o pedido que eu trouxe pra essa estrada que tem hoje a estrada foi pedido meu. Então quer dizer que eu comecei amansar. A igreja católica foi eu e o pai dele (pai de Manoel Filho) que mais esforcemos.

Eu caía dentro dessas matas até a beira rio, pedindo, quando eu subia nesse igarapé com três canoas cheias de tudo.

Vinha pessoal de Araguaína pra poder rematar, a consideração já era nossa. (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020)¹⁵.

Os relatos descrevem uma realidade com inúmeras dificuldades. Evidencia uma liderança que possibilita crescimento e desenvolvimento para a cidade em uma parceria com aqueles que já se encontravam ali. Dona Juscelina carrega consigo uma ancestralidade do cativo, em muitas de suas falas em espaços públicos, enfatiza com orgulho que sua avó era cativa.

No dia 13 de maio de cada ano é realizado na Comunidade Dona Juscelina o Festejo da Abolição, que segundo Santos (2018, p. 100) “esse foi o principal rito que proporcionou a certificação da comunidade como remanescentes quilombolas”. Sendo remanescentes quilombolas compreendidos pelo decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, Art. 2º como:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, p. 01).

A matriarca desta comunidade traz consigo, sendo neta de uma cativa, uma história de opressão, e junto da comunidade estabelecem relações territoriais que se estruturam a partir de seus saberes.

A matriarca quando chegou a Muricilândia (TO) em 1962, além de ensinar a seu modo como se deu a abolição da escravatura¹⁶ e ensinou a encená-la

¹⁴ Cidade onde Dona Juscelina nasceu em 24/10/1930 (OLIVEIRA, 2018).

¹⁵ Entrevista realizada em momento que antecede ao distanciamento social orientado pela Organização Mundial da Saúde em consequência da pandemia.

para rememorar aquele momento histórico, também trouxe consigo as cantigas para serem entoadas durante as festividades e que também são cantadas em outros grupos quilombolas (SANTOS, 2018, p. 118-119).

Em Ratts (2006, p. 59) “[...] quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o território [...]”.

Nascimento (1980, p. 32) reforça que:

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivências de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.

Desde que chegou a Muricilândia-TO, Dona Juscelina tem contribuído de forma significativa para o crescimento do quilombo, e conseqüentemente, da cidade. Uma vez que são fundadores da cidade, o quilombo permeia na interface entre o rural e o urbano uma vez que “vale considerar que a cidade de Muricilândia deve ser concebida como a maior expressão de territorialidade tanto quantitativamente e qualitativamente” (OLIVEIRA, 2018, p. 124). É na cidade que a comunidade manifesta suas crenças e memórias, construindo seus territórios e se fazendo presente neste espaço como afirma a matriarca:

Eu comecei o primeiro trabalho de minha comunidade, público, foi em 68 (1968) com cem pessoas e eu hoje tô contando quatro mil pessoas.

Até a igreja, a casa da santa eu comecei mais meu esposo do primeiro tijolo até o final, começemos até o final.

Ninguém diga assim: "eu tô isso, tô aquilo, não". Aqui a estrada hoje, maior que eu considero, a casa da padroeira e a estrada que nós sofria, quinze légua do rabo do diabo pra mim poder comprar um pedacinho de carne, tocando duas carguinhas de côco babaçu. Em Araguaína, só a praça Bandeira, era o lugar maior, eu ia certo lá pra poder comprar os 'trensinhos' pra mim trazer, num tinha outro e era cinco dia de viagem pra ir e voltar a "pé" (ênfase na sua voz) enfrentei tudo isso.

A gente tem que trabalhar e trabalhei toda vida por Muricilândia, da casa da padroeira e da estrada pra todo mundo entrar. O primeiro carro foi o Adilasio, ainda é vivo. Nós tava numa festa ali quando vinha roncando dentro da mata, aí o povo "vixe aculá vem um negócio roncando", eu digo: "vocês se preparem não vão morder a testa de cada um (ela sorrir), ali é um carro que vem entrando, inaugurando a estrada", era o jipe do Adilasio, ele ta vivo ainda morando bem aí no Pontão.

¹⁶ Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 03 de julho de 2020.

Então nesse caso, a Lucelina trabalha, eu trabalhei demais, tô satisfeita Senhor com o esforço que me deu e que hoje ainda está me dando (tom de orgulho na sua voz). (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020).

Entre uma narrativa e outra a matriarca vai relembando os acontecimentos com maestria e riqueza de detalhes. Frochtengarten (2005, p. 374) aponta que “contar o passado envolve alguma organização das ideias, a nomeação das vivências e sua integração a outras representações”.

O Festejo da Abolição teve seu início no ano de 1968 como mencionado anteriormente com um público de cem pessoas e assim, conforme a matriarca revela:

Mas quem trouxe esse trabalho foi a Lucelina, e eu trouxe do Maranhão dado por meu tio, que eu sou neta de uma cativa e meu tio trabalhou de graça ainda e comemorava o dia 13 de maio que foi aquela aculé (direciona seu olhar para o quadro que está na parede da sala) a Pincesa Isabel. Estou satisfeita do trabalho que ele me deu em 50 (1950) eu tinha 20 anos e tô contando meus 90. Nem toda vida inteiriço, quando morria um, nós somos ainda daqueles negro, eu sou ainda daquelas negra que tinha aquele sentimento quando morria um da família ficava com aquele sentimento e eu resguardava, se fosse o mês de abril eu não (...). Aqui eu já entreguei, quando uma irmã minha morreu eu entreguei pra fazer, mas ainda sou daquele tempo dos bestas e os bestas por os bestas passava, e hoje a sabedoria num têm, só tem ignorância, não todos, mas quero dizer que a partir da minha família, os que leu adiantado de mim a matéria, num sabe de nada, só sabe a ignorância. (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020).

Festejo da Abolição ou Festa 13 de Maio, acontece entre os dias 10 e 13 de maio. Dentro da Comunidade Dona Juscelina esta é uma festividade anual que movimenta toda a cidade, no entanto, existem ocasiões em que ela não ocorre como Dona Juscelina relata. Ocorreu em 2019 a sua 46^o edição e sendo também o VIII Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola tendo como tema: Protagonistas de sua História, toda a cidade que também é a comunidade se organiza para esses dias.

A Universidade Federal do Tocantins – campus Araguaína, a convite da comunidade, se faz presente no festejo em todos os dias de realização, estando em parceria na sua organização. Na edição do ano de 2019 o festejo teve seu início no dia 10 de maio no campus Araguaína-UFT com a presença de parte do Conselho de Griôs (figura 02) em um momento de abertura no meio acadêmico e um convite para

estar presente também na comunidade, promovendo uma interlocução entre saberes acadêmicos e científicos.

Na figura 02 observamos na composição da mesa, iniciando pelo lado esquerdo, a presença da griô Cícera Vieira de Almeida, seguida da matriarca e griô Lucelina Gomes dos Santos - Dona Juscelina, o griô Manoel Pereira Borges, griô Rosa Mírtes Pereira de Souza e Manoel Filho Borges.

Figura 02 – Conselho de Griôs na UFT - Campus Araguaína.



Fonte: Acervo do Neuza/UFT. (2019).

De acordo com Souza (2012, p. 83), *griô* são:

[...] os mais antigos ou entre aqueles que funcionam como guardiões da memória mais remota ou ancestral. Esses anciãos são os griôs que silenciam seus saberes e crenças ancestrais para salvaguardá-las da discriminação e da repressão a que historicamente são submetidos. Ao mesmo tempo, esses mesmos defensores da memória para fora compartilham com os destinados do grupo (aprendizes de griô) o seu conhecimento e a sua fé para que estes possam levar adiante os costumes e referenciais afro-brasileiros.

Dessa forma “os negros que para aqui vieram não trouxeram documentos nem passaportes, mas traziam consigo seus saberes, seus conhecimentos, sua fé, sua cultura” (TAVARES; ALMEIDA, 2013, p. 222), e construíram juntos suas particularidades.

O Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola conta com falas e apresentações acadêmicas com participação de professores da UFT, acadêmicos e quilombolas, uma construção do conhecimento que se realiza pela troca de saberes, debates e/ou conversas que trazem temáticas atreladas às questões afro-brasileiras. A matriarca numa sabedoria que lhe foi dada com o passar do tempo acolhe a todos que ali se fazem presentes, em suas falas e gestos agradece a todos pela companhia.

Ser protagonista de uma festividade que faz parte da territorialidade de uma comunidade, rito que possibilita a certificação desta, é sem nenhuma dúvida, uma responsabilidade e um orgulho muito grande. *“A Lucelina tá contando 90 anos, mas a mentalidade ainda tem e graças a Deus tô enxergada de Brasília a tudo, na hora que eu chego sou enxergada [...]”* (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020).

Uma tarefa, segundo suas palavras, dada por seu tio permite que *“essa pouca figura”* se torne conhecida em todo o território nacional. Uma figura (figura 03) de muito respeito e muita sabedoria.

Figura 03 – Matriarca Dona Juscelina na realização do 46º Festejo da Abolição.



Fonte: Acervo do Neuza/UFT. (2019).

Ele (se refere a Manoel filho) já foi trabalho meu que era pra mim ir até em São Luís, ele foi no meu lugar e assim vem vindo aí, por isso é que eu considero ele, quero que todo mundo considere, o que tiver que mandar pra mim, ou notícia ou pedido, fale para o Manoel Filho, que o Manoel Filho recebe e passa pra Matriarca e assim eles estão fazendo. Ele tem a cabeça branca assim num é de outra coisa não, é só de tanto estudar (ela sorrir), eu vi desse tamãezinho (acena o tamanho com a mão), taí a cabeça branca, a minha ta branca mais a dele (ela sorrir), a minha é porque é idade, ele é porque é maltrato da preocupação, preocupação de mais. Já disse que quem ofender o Manoel Filho não é meu amigo, pra mim é um grande inimigo. (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020).

Na figura 03, o homem do lado de Dona Juscelina é Manoel Filho Borges na realização do VIII Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola que integra o 46º Festejo da Abolição da comunidade quilombola no ano de 2019. O festejo é realizado nas ruas da cidade de Muricilândia-TO com a colocação de tendas em que são desenvolvidas as oficinas, o seminário, os debates e, o teatro a céu aberto no qual conta com a organização de todo um cenário a fim de encenar o momento de assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel.

O teatro a céu aberto é organizado na frente da casa da matriarca (figura 04). Santos (2018, p. 174) expõe que “o teatro a céu aberto é um ritual, pois, assim como em 1888 houve uma preparação, da mesma forma a encenação se faz”.

Figura 04 – Casa da matriarca Dona Juscelina em Muricilândia-TO.



Fonte: Acervo do Neuza/UFT. (2019).

Em uma de suas falas durante uma manhã de iniciação das atividades do seminário, a matriarca expõe fatos de sua trajetória enquanto neta, filha, esposa e parteira. Nos escritos de Oliveira (2018) e Santos (2018) encontramos relatos sobre essa atividade exercida pela mesma com a realização de 583 partos.

Dona Juscelina alega ter pegado grande parte das pessoas que ali estavam presentes (fala realizada durante o VIII Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola no ano de 2019), sendo que exerceu esta profissão por vinte e cinco anos. Barroso e Paiva (2019, p. 318) apontam que estas “são mulheres cuja formação se deu através da experiência, na prática do dia a dia, estimulada pelo desejo de servir, pela curiosidade ou pela necessidade de ajudar acudir outras mulheres”.

As condições de transporte para outra cidade, que no caso seria Araguaína-TO, como visto anteriormente no relato de Dona Juscelina na página 46, eram de extremas dificuldades. As estradas eram inexistentes ou de péssimas condições, a navegação poderia ser lenta nestas ocasiões se tornando inviável, e sem sombra de dúvidas, não existiam muitos automóveis na pequena cidade de Muricilândia-TO.

“A cultura de partejar é herdada principalmente de suas mães e avós, e assim mantém a tradição que é repassada às novas gerações” como aponta Barroso e Paiva (2019, p. 319-320), contudo, nos escritos obtidos sobre a comunidade até o presente momento e nas falas da matriarca, esta informação não pode ser confirmada. Dona Juscelina é protagonista em muitas das várias conquistas da comunidade, e este ato de partejar a enriquece ainda mais dos saberes tradicionais.

Suas figuras emergem como mulheres fortes, destemidas, independentes e valentes lutadoras, capazes de ultrapassar a chefia doméstica, onde são, na maioria dos casos, as principais provedoras da família. Assim, no cotidiano das parteiras, quando o assunto é trabalho não existe diferença entre os sexos” (PINTO, 2002, p.442).

A casa da matriarca também é a sede da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina - ACQDJ que fora criada aos 25 dias do mês de março de 2010 (OLIVEIRA, 2018). No mapa 02 observamos a localização da sede da associação da comunidade no perímetro urbano da cidade de Muricilândia-TO.

Mapa 02: Localização da sede da Associação da Com. Quilombola Dona Juscelina



LEGENDA

Rodovia

— TO-222

Hidrografia

— Rio Muricizal

Limites Municipais

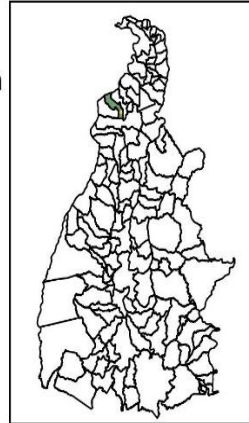
□ Estado do Tocantins

■ Muricilândia

■ Perimetro Urbano de Muricilândia

● Sede da Associação - ACQDJ

Escala 0 2 4 km



FONTE: SEFAZ-TO 2018

DATUM: SIRGAS 2000

IMAGM: Google Satélite

Elaboração Cartográfica: Pereira Neto, M. A. 09/2020

Fonte: SEFAZ/TO. Organização: Pereira Neto, M. A. (2020).

Nesse fragmento de texto exposto, identificamos inúmeras características da matriarca do Quilombo Dona Juscelina.

Então Muricilândia, era coitada, uma coitada. Mas a Lucelina chegou, nesse tempo era nova, eu enfrentava festa, eu fazia festa, tomava conta das enfrentantes do festejo, botava barraca [...]. Minha barraca era uma lindeza, tudo bem arrumadinho, aqui era cheinho de rapaz e moça. Então minha comunidade, tem o meu pessoal que me acompanha, que tem e pode me ver numa necessidade que tá me socorrendo [...]. (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020).

Dona Juscelina sempre foi uma mulher que ocupa um espaço de liderança e conta que: “[...] eu nunca tive cerimônia de pedir, eu tenho cerimônia Deus a livre e guarde de pegar o que é alheio, mas de pedir, viro uma cigana, e graças a Deus o som tá aí” (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020). Nesse trecho, ela faz referência a um aparelho de som que adquiriu para a comunidade no ano de 2010 e destaca que “o som não foi dado por comunidade não, eu pedi pra mim animar a minha comunidade”.

Dona Juscelina não é só protagonista de sua história. Ela é protagonista da história de toda uma comunidade, uma cidade. No ano de 2012 recebe da Câmara Municipal de Muricilândia¹⁷ a concessão do Título de Cidadã Muricilandense pelos relevantes serviços prestados de resgate e incentivo da cultura e direitos quilombolas (Dados adquiridos em campo). Em 2016, ganha o Prêmio de Boas Práticas Humanas – Categoria VIII – Igualdade Racial, por meio da Secretaria de Cidadania e Justiça (Seciju) do Estado do Tocantins¹⁸. Em 2021, a Universidade Federal do Tocantins concede o Título de Doutora Honoris Causa para Lucelina Gomes dos Santos – Dona Juscelina.¹⁹

Dos escritos anteriores constatamos que a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, tem uma diversidade cultural com características amplas e singulares e que, por meio desta diversidade se torna possível solicitar a certificação junto da Fundação Cultural Palmares, uma vez que estes são os procedimentos necessários:

¹⁷ Elevada à categoria de município com a denominação de Muricilândia, pela Lei Estadual nº 259, de 20-02-1991. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/muricilandia/historico>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

¹⁸ Secretaria de Cidadania e Justiça certifica 35 iniciativas de proteção aos direitos humanos. Disponível em: <https://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2016/12/10/secretaria-de-cidadania-e-justica-certifica-35-iniciativas-de-protecao-aos-direitos-humanos/>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

¹⁹ Título de Doutora Honoris Causa é aprovado à Lucelina Gomes dos Santos (Dona Juscelina do Quilombo). Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28927-honoris-causa-dona-juscelina>. Acesso em: 27 de março de 2021.

- I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
- II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
- III- Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais;
- IV - Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade);
- V - Solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2007²⁰).

A partir da realização dos procedimentos acima mencionados, a comunidade recebe sua certificação como remanescente de quilombo no ano de 2010. Na interface entre urbano e rural vão construindo sua cultura, lutando pelo seu território, compartilhando saberes, promovendo e formando conhecimentos.

Em face de toda trajetória pela qual a comunidade é fundada, compreendemos que este ocorre pelo meio da migração de pessoas de diferentes localidades, que quando se juntam, unem forças em prol de um bem comum como observamos na parceria criada entre Dona Juscelina e Seu João Paulino.

Na história e na geografia, temos uma mulher nordestina que chega até Muricilândia-TO com sua família a procura de um lugar que lhes permita a realização do Festejo da Abolição, festa essa herdada de seu tio e, temos um homem também nordestino que é um dos pioneiros na localidade. Nesse ponto, por meio de algumas características, história e geografia se entrelaçam.

Na identidade e no território, Dona Juscelina é negra, romeira e parteira, salientando que esta última permite que a mesma adentre por inúmeros territórios tendo sempre como pauta principal, a luta pelo seu território ancestral. Seu João Paulino também é romeiro e chega à localidade por meio do viés religioso e que, acompanhado de Dona Juscelina, buscam por melhorias para seu território junto das autoridades políticas.

Existência e resistência são compreendidas pelo papel que cada um desempenha e/ou desempenhou dentro da comunidade. Seu João Paulino deixa

²⁰ Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

para seus descendentes uma história de luta e re-existência, um exemplo para aqueles que ainda podem lutar. Dona Juscelina, apesar de todas as barreiras impostas socialmente segue lutando, é matriarca de sua comunidade e realiza dentro outras festividades, a Festa 13 de Maio como ato de grande manifestação cultural e territorial quilombola. Resistir para existir.

É na espacialização das atividades que o território se funda e se torna parte indispensável para uma comunidade. Por meio da oralidade as vivências são repassadas para os mais novos para que lutem junto daqueles que a fazem. Uma liderança feminina possibilita que muitas outras sigam seu caminho e, nessa perspectiva, muitas outras mulheres tendo Dona Juscelina como exemplo e apoio, ocupam espaços que permitem que sejam, também, protagonistas de suas histórias. Tópico que será abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II. DO ONTEM AO AMANHÃ: FEMINILIDADE QUILOMBOLA

A mulher negra e quilombola da Comunidade Dona Juscelina tem em seu passado a história da resistência como maneira de existir. As diferentes conjunturas que uma sociedade escravocrata e hegemônica impõe sobre os povos oprimidos permite a exclusão destes de vários espaços.

Em meio às inúmeras dificuldades enfrentadas e as diversas conquistas alcançadas, as mulheres têm construído suas próprias trajetórias dando possibilidade para a visibilidade enquanto mulheres e mulheres negras/quilombolas. Nesse processo da luta, estas trazem seus relatos que permeiam desde a formação da comunidade atrelando construção territorial e identitária como um processo longo e contínuo.

Nessa perspectiva, trazemos uma contextualização da luta pelo espaço da mulher, numa abordagem em contexto internacional, nacional e posteriormente, dentro da comunidade relacionando com as vivências de cada protagonista, no texto a seguir.

2.1 Geografias femininas e mulheres quilombolas

A construção de uma pessoa, de um grupo e/ou comunidade, de uma sociedade perpassa por vários momentos e está em constante transformação. O conhecimento que é adquirido por cada pessoa/sujeito permanece em constante evolução ao vivenciar em outra pessoa, realidades que diferem da construção inicial. Passado de uma geração a outra pelas mais variadas formas e de acordo com a necessidade de cada época e cada grupo, o conhecimento permite-se ser reconstruído e construído diversas vezes.

A veracidade dos fatos ora é comprovada cientificamente a partir de determinado grupo que o faz, ora não existe a necessidade desta de acordo com a sua produção dentro de uma comunidade. Ao longo dos anos, e da evolução da sociedade, uma série de questões são levantadas e passam a ser objeto de análise pelo mundo científico numa busca de compreender como se dão as relações da sociedade com o espaço geográfico. Salientando, que esta é uma análise que se faz

dentro da Ciência Geográfica que, por sua vez, tem o espaço geográfico como seu objeto de pesquisa.

Dentro dessa possibilidade de construção, as relações são analisadas de acordo com a intencionalidade e o conhecimento que forma cada sujeito pesquisador e o grupo do qual faz parte. Se a construção do conhecimento se faz diariamente, não seria equívoco dizer que, por muitas vezes, as análises trouxeram em seus resultados uma realidade que nem sempre compreendera todo o processo do acontecido, permitindo que uma parte da história não estivesse presente quando a mesma fosse contada.

Contudo, se faz necessário ressaltar que, estas análises se faziam/fazem suficientes de acordo com o que se pretende evidenciar. É preciso que não ocorram generalizações. Existe um caminho a ser trilhado e, também existe um caminho que está sendo trilhado. Ser e existir.

É difícil encontrar relatos da história de vida e da trajetória de uma mulher, mas não quer dizer que não exista, e dentro de algumas áreas da produção do conhecimento, é um caminho que não têm permitido muitos passos femininos. Dentro dessa possibilidade de construção atrelada com a geografia, ciência na qual esta pesquisa se perfaz, torna-se necessário e indispensável compreender o processo de construção de visibilidade atrelada a existência da mulher no contexto nacional, iniciado no internacional, e como este se coloca dentro da Geografia.

Trazendo algumas considerações sobre a história do movimento feminista no Brasil, que o aponta “como um movimento social que defende igualdade de direitos entre homens e mulheres em todos os campos” (ALVES e PITANGUY, 1991, p. 15), Andrade (2016) relata três momentos da institucionalização do movimento no nosso país:

Em meados da década de 1960, o Brasil, passava pela desmobilização pelo Golpe militar de 1964 e o feminismo tem presença marcante no contexto de oposição ao regime Militar, em especial num movimento específico - a luta pela anistia [...] (p. 67).

Na década de 1970, o feminismo ressurgiu no cenário brasileiro, num contexto marcado pela contestação ao Governo Militar que se deu desde seu Golpe em 1964 e vai ganhando visibilidade nas ruas. Na realidade, vários fatores contribuíram para uma eclosão do feminismo nessa época (p. 68).

A partir da década de 1980, o Movimento Feminista passou a repensar seus pressupostos teóricos e se organizou na forma de vários grupos e organizações. Novos objetivos e lutas foram sendo incorporados, entre eles o abandono da “guerra dos sexos” (homens X mulheres), para repensar as questões relativas às mulheres a partir de estudos de gênero (p. 68).

Dentro dessa formação “é importante ressaltar que, embora haja discordância dentro do próprio movimento feminista, os ganhos são maiores que as divergências” (ANDRADE, 2016, p. 69). O ato de divergir permite o levante de novos questionamentos e são estes que buscam e promovem mudanças. A mulher busca por um lugar no Brasil, constrói suas próprias trajetórias e a sua invisibilização chega a um ponto que não é mais aceita.

Trazer e fazer pesquisas relacionadas às mulheres na tentativa de compreender seu papel no decorrer dos anos, implica o enfrentamento de uma série de barreiras dentro do campo geográfico como aponta Silva (2009, p. 26) ao dizer que:

As existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas “adequadas” como objetos de estudos do campo da Geografia. [...] Existe uma Geografia branca, masculina e heterossexual, que nega a existência de outros grupos sociais e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades.

Deveras, a luta seria e é árdua para que tais pesquisas possam ser realizadas sobre a dinamicidade do contexto social com leituras a partir do gênero. Deste modo:

Na abordagem geográfica, a discussão do conceito de gênero emergiu quando alguns teóricos, em sua maioria mulheres, despertaram para a necessidade de incorporar nessa ciência o componente gênero, em uma perspectiva de evidenciar que a organização social e territorial envolve diferenças consideráveis entre homens e mulheres (SILVA, 2016, p. 38).

O uso da categoria gênero por meio da Geografia permite uma série de elucidções que perpassam questões apenas entre homens e mulheres (SANTOS, 2013). A emergência sobre uma nova abordagem conceitual que possibilitasse novas e complexas leituras sobre o mundo geográfico nos revelou que:

[...] a geografia que foi produzida até meados da década de 70, foi uma geografia exclusiva e de exclusões, as geografias que se configuram a partir da década de 80, abrem novas perspectivas, mas dessa vez estavam voltadas para uma reavaliação epistemológica de suas correntes de pensamentos e seus métodos (SANTOS, 2013, p. 45).

A busca por caminhos que permitam falar da trajetória da mulher nos mesmos instantes que o homem também se faz presente, está atrelada a necessidade de que “[...] é preciso convencer que a marginalização da mulher nos estudos históricos não implica que as mulheres tenham sido excluídas deste mesmo processo [...]” (TEDESCHI, 2012, p. 107). Elas foram invisibilizadas, silenciadas.

O papel que cada uma desempenha, seja na esfera pública e/ou privada, permite a construção de todo um cenário, uma sociedade. É ela que equilibra as armações que sustentam o processo de formação de sua família, do seu grupo/comunidade. Nesta concepção, “[...] o papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo [...]” (SANTANA; BENEVENTO, 2013, p. 01).

A mudança chega tanto para as mulheres quanto para a Geografia. Santos (2013, p. 51) destaca que:

Fica evidente que ao tratarmos do feminismo na Geografia, não queremos apenas incluir as condições em que as mulheres estão submetidas nas diversas partes do mundo. Ou apenas conceituar gênero a partir do espaço. Queremos que o feminismo nos ajude a buscar respostas sobre as diversas formas em que o espaço está organizado, sobretudo, entender porque alguns povos, grupos, pessoas estão sob a tutela (em alguns casos créis) de outros povos/grupos/pessoas.

Nessa busca pelo entendimento das várias contrariedades que estão presentes na sociedade que inferioriza mulheres na interpretação do gênero, temos classe e raça como posições que alargam esse distanciamento existente e que dificulta numa escala ainda maior, a inserção destes grupos/comunidades no meio social com circulação ampla e em todas as escalas e lugares.

Andrade (2016) ressalta que houve divergências dentro do pensamento feminista e neste sentido podemos apontar a questão racial e de classe como sendo parte deste cenário. Toda construção perpassa por modulações para que se chegue a um determinado nível, e durante a construção do feminismo se tornou imensamente necessário que se fizessem leituras que contemplassem estas questões que ditam os espaços que os grupos/comunidades ocupam na sociedade e quais papéis desempenham na mesma.

Sobre o feminismo negro, Silva (2016, p. 35) identifica que:

A base originária do feminismo negro emerge fundamentalmente no passado escravista nos Estados Unidos, expandido pelo Reino Unido e difundindo-se globalmente pautado na desconstrução do racismo e na visibilidade das mulheres negras, que sempre foram colocadas em posições periféricas, marginalizadas e subalternas, sendo, justamente essas questões, que as despertaram criticamente para enfrentar essas várias frentes diante da sociedade de classes.

Nessa (des)construção é preciso que o movimento contemple todas as mulheres com todas as diferenças existentes, e assim, Santos (2013, p. 54) destaca que “[...] o espaço geográfico pode ser um importante mediador das relações de igualdade e diferença, necessitando, portanto de serem analisados de acordo com as particularidades, mais especificamente, expressa nas escalas espaciais em que se encontram”.

O Brasil tem em sua história um passado em que determinado grupo exercia/exerce poder sobre outro grupo. O período escravocrata. Esse passado tem refletido arduamente no presente de pessoas que não fazem parte do grupo homogêneo que detém os poderes que governam esse país.

E nesse sentido, existem inúmeras questões que são analisadas, estudadas e questionadas, buscando por outros caminhos que possibilitem uma construção em que as marcas do passado deixem de refletir na forma como estes grupos são vistos/aceitos na sociedade em geral, uma vez que “é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações da realidade sócio espacial” (SILVA, 2009, p. 48).

Sendo a pesquisa aqui desenvolvida, que traz mulheres quilombolas como participantes, se faz necessário algumas indagações a respeito do lugar que estas ocupam no meio social como assinala Silva (2016, p. 35) que:

São os espaços do cotidiano – tão complexos – que a mulher negra e a quilombola presenciam e vivenciam os diferentes tipos e formas de opressão e de relações desiguais que são forjados pelas contradições de um sistema vigente intensificador e potencializador que permeia o universo em que estão inseridas.

Estando a Comunidade Quilombola Dona Juscelina inserida em um meio urbano, característica incomum, em uma cidade do norte do seu estado, uma vez que este também se encontra na região norte do país, na qual teve seu território apropriado por outras pessoas, temos uma leitura a partir destas informações do contexto que esta comunidade está inserida, permitindo o reconhecimento das

inúmeras barreiras que cada sujeito, principalmente as mulheres, enfrenta no seu cotidiano, uma vez que “o patriarcado permanece como uma base estruturante da exploração e a apropriação das mulheres” (CISNE, 2014, p. 45).

Nesta compreensão:

As desigualdades de gênero e de raça são desafios duplos rumo a uma democracia mais inclusiva que contemple as demandas da população feminina negra. A mulher negra, em particular a quilombola, na trilha dos direitos e cidadania esbarra em uma série de empecilhos que as colocam como sujeitos de uma segunda ordem. Ainda que se insiram no âmbito da produção dos espaços públicos, quer seja no urbano ou no rural, não conseguem ultrapassar as barreiras construídas socialmente que as colocam somente como sujeitos dos espaços privados. Desse modo, as desigualdades não estão somente materializadas nas questões de ser homem ou ser mulher, mas também em uma questão étnico-racial (SILVA, 2016, p. 46).

O uso do termo étnico-racial designa, de acordo com Silva (2016, p. 47) “[...] que não se trata somente de sujeitos com cor de pele diferenciada, mas também com um contexto cultural diferenciado, que se legitima por constituírem um grupo social alimentado pelos seus aspectos históricos, sociais, culturais e políticos”.

A comunidade que têm uma mulher como matriarca que organiza todo um povo/comunidade anualmente para a realização do Festejo da Abolição se configura dentro destas especificidades que Silva (2016) aborda anteriormente. O uso do gênero, classe, raça/etnia para uma completa compreensão do espaço que um povo/comunidade ocupa permite a interseccionalidade.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da inteiração entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Lutas que são travadas cotidianamente com o desejo por uma nova forma de leitura da realidade, e que estas possibilitem uma nova organização. Organização que tenha como fundamento principal o respeito pela diversidade de cada pessoa e/ou grupo, que compreendam que estas características dão significado a existência de cada um. Uma releitura que seja realizada a partir do entendimento de todas as estruturas que classifica cada povo/comunidade e cada mulher levando em

consideração que questões de gênero e étnico-raciais fazem parte de um mesmo processo de análise que permite uma interpretação da condição da mulher negra e quilombola na sociedade (SILVA, 2016).

Como apontado no item anterior do primeiro capítulo desta pesquisa “Da construção feminina à Comunidade Quilombola Dona Juscelina”, a história que a cidade de Muricilândia-TO carrega têm sua estrutura de formação por meio dos trabalhos e enfiamentos de uma mulher migrante e romeira de Padre Cícero. Um protagonismo que conduz toda uma comunidade, que se organiza e trava suas batalhas em todos os níveis da sociedade.

A luta da mulher negra/quilombola, como menciona Silva (2016), tem marcas pelo preconceito que é realizado pela sociedade sobre sua descendência, e esta luta é duplicada e/ou triplicada quando surge a necessidade que esta permeie pelos campos do latifúndio,

[...] essas encontram barreiras estruturais dentro da questão agrária brasileira que exclui do direito à propriedade de terras todas/os aquelas/es que não cabem no perfil socioeconômico e sociocultural (hegemônico) brasileiro, isto é, pobres, negros, migrantes e mulheres (SANTOS, 2013, p. 117).

Nesta perspectiva, a luta da mulher negra/quilombola da comunidade Dona Juscelina é enrijecida por estas características acima mencionadas, e as barreiras são grandes e os enfrentamentos diversos e diários. A reivindicação que essas mulheres e a comunidade como parte de um todo fazem paulatinamente, é uma reivindicação pelo direito à própria vida (RIBEIRO, 2017). Nesse seguimento, Silva (2016, p. 52) sustenta que “as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e da reprodução das situações de pobreza e exclusão social”.

Quando a mulher negra reivindica o direito a voz como garantia de sua existência, ela abre e busca espaço para que sua história seja contada, espaço para contar a sua história. Joffily (2010, p. 226) nos diz que:

Cada história de vida é uma história de um corpo e cada corpo tem um sexo que possui valor histórico, social e cultural. O conceito de **corpo** diz respeito aos significados e sentidos que podemos atribuir a qualquer interação que se estabelece (consigo mesmo, com os outros ou com objetos), ou seja, o corpo é o organismo atravessado por todas as experiências vividas, pela inteligência e pelo desejo.

O corpo negro durante anos de escravidão foi atravessado por um cotidiano que nenhum outro corpo foi. As vivências que este traz somam uma série de questões pelas quais anseia por mudança e, quando este corpo negro é o da mulher, o ato de contar/falar sua história engloba:

[...] a história de suas famílias, do seu cotidiano, de seu trabalho, de suas representações na literatura, na mídia. A visibilidade da mulher é a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreu ou que praticou, da sua loucura, de seus sentimentos (TEDESCHI, 2012, p. 124).

Inocência (2001, p. 192) quando fala da representação visual do corpo afro-descendente salienta que:

O corpo e seus acessos, o corpo e seus limites, o corpo fora e dentro de seu meio ambiente cultural, o corpo como mecanismo do recalque ou como forma libertária. Afinal, o que é o corpo afro-descendente para os vários seguimentos da sociedade brasileira? É preciso que olhemos para este corpo não apenas como um território que demarca bem a diferença racial, um termômetro que indica as tensões cotidianas resultantes das desigualdades geradas pelo racismo. Este corpo também se constitui em conjunto de signos. Cada um dos seus signos articula-se autônoma ou coletivamente dependendo das circunstâncias de abordagem.

As circunstâncias que estão inscritas nestas várias palavras que compõe esta pesquisa surgem com o interesse e a necessidade da voz feminina, da visibilidade da mulher negra/quilombola da comunidade Dona Juscelina e de suas histórias, no entanto, “[...] faltam debates sobre a história das mulheres. E poderíamos nos perguntar: para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples, para fazê-las existir, viver e ser [...]” (TEDESCHI, 2012, p. 126).

Nessa existência que o contar das histórias permitem, Ribeiro (2017, p. 43) acredita que “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração de mundo por outros olhares e geografias”. Por conseguinte:

Afinal, o que é um povo? *Um povo é o projeto de ser uma história.* Quando a história tecida coletivamente, como os pontos de uma tapeçaria onde os fios desenham figuras, às vezes aproximando-se e convergindo, às vezes distanciando-se e seguindo em direções opostas, é interceptada, interrompida pela força de uma intervenção externa, este sujeito coletivo pretende retomar os fios, fazer pequenos nós, suturar a memória e continuar. Nesse caso, deve ocorrer o que podemos chamar uma *devolução da história*, uma restituição da capacidade de tecer seu próprio caminho

histórico, retomando o tramado das figuras interrompidas, tecendo-as até o presente da urdidura, projetando-as em direção ao futuro (SEGATO, 2012, p. 112).

O tapete que continua incansavelmente sendo traçado pelas mulheres da comunidade supracitada, conta com uma diversidade de questões que lhes permite uma ampla e diversa forma de configuração do espaço no qual estão inseridas. As inúmeras características que o traçado do tapete desenha e/ou denunciam fala desses lugares/locais.

Uma hora ou outra, o ponto que deram em determinado lugar em detrimento das forças externas que lhes assombram, pode e deve ser um ponto seguido ou parágrafo que possibilite a continuação de suas histórias. Para esta continuação, às vezes, outra figura precise ser bordada neste mesmo tapete, e depois continuem juntos com uma diversidade de pontos que o caminho lhes proporciona. Cada percurso ou fio de linha que se constitui em um bordado é parte significativa para a formação social, cultural e territorialmente do povo de um grupo/comunidade.

Os vários lugares que a luta para que seus direitos adquiridos sejam exercidos e vivenciados têm levado as mulheres da Comunidade Quilombola Dona Juscelina a perpassarem por vários espaços, e quando estas adentram nestes locais são elas próprias que constroem suas histórias a partir de suas trajetórias.

A história que é escrita, desenhada, traçada, vivida por cada mulher perpassa pelo âmbito do privado e do público em mais de uma esfera. Essa esfera pode ser entendida como o de seus próprios lares, da comunidade, da cidade e assim por diante. As atividades desenvolvidas e realizadas em cada um desses espaços podem ter características diferentes e o grau de enfretamento também muda de acordo com cada realidade feminina.

Espaço privado e público é aqui mencionado como espaços que se configuram como sendo o das relações íntimas familiares e o do Estado, respectivamente (OKIN, 2008).

Nesta perspectiva, no texto seguinte, apresentar-se-ão essas mulheres negras e quilombolas da Comunidade Dona Juscelina, evidenciando o papel/cargo que cada uma desempenha dentro dos afazeres da comunidade.

2.2 Mulheres: protagonistas de suas histórias

O enfrentamento para que se pudesse falar das mulheres e de suas histórias na Geografia brasileira segue arduamente, uma vez que a construção deste espaço se deu por meio de tensionamentos e demanda de pesquisas realizadas que abordam as temáticas de gênero, classe e raça/etnia (RATTS, *et al*, 2016), provocando mudanças necessárias e indispensáveis para o campo da ciência geográfica.

Tendo o Brasil um passado escravocrata é de extrema importância que estas questões sejam levantadas e abordadas nesse campo de estudo com o intuito de evidenciar, de fato, o que aconteceu e acontece com esses povos, com essas mulheres. Giacomini (2013, p. 19) destaca que “se é certo que em todas as classes de nossa sociedade a mulher é oprimida, não se pode, no entanto, esquecer que a intensidade e, sobretudo, a natureza dessa opressão são diferenciadas”.

Contar história é rememorar o passado, trazer leituras particulares com detalhes singulares de quem viveu/vive em sua trajetória. Nesse sentido, a história de várias outras mulheres é contada trazendo o contexto de cada época numa escala de vários espaços geográficos dentro de uma interseccionalidade numa tentativa, imprescindível, de compreender como cada espaço está estruturado.

Antes de apresentar as mulheres participantes e protagonistas desta pesquisa, outras mulheres são apresentadas, demonstrando que a luta além de árdua e contínua, é necessária e secular.

Em escala global, a partir dos escritos de Djamila Ribeiro (2020) na sua obra intitulada “Lugar de fala”, a primeira mulher a ser mencionada aqui é Sojourner Truth²¹, abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. Em 1851, durante uma Convenção dos Direitos da Mulher em Ohio, nos EUA, Truth apresenta um discurso de improviso denominado “E eu não sou uma mulher?” (RIBEIRO, 2020).

Ainda, Ribeiro (2020) relata que o discurso foi registrado por Marcus Robinson, numa primeira versão do *The Anti-Slavery Bugle*, na edição de 21 de junho de 1851. Em uma tradução de Osmundo Pinho (2014), o mesmo diz:

²¹ “Nascida em um cativo em Swartekill, em Nova York, Isabella Baumfree decidiu adotar o nome de Sojourner Truth a partir de 1843” (RIBEIRO, 2020, p. 18).

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.

A data que esse discurso foi proferido é do século XIX. A pergunta é: mudou alguma coisa? O quê? A população negra, principalmente a feminina, continua ocupando as áreas periféricas das cidades, dos trabalhos e, por vezes, do conhecimento e seus filhos continuam sendo vítimas do Estado. Vale enfatizar que o conhecimento é diverso e todos são providos de algum e que, anteriormente, se faz referência ao acesso do conhecimento acadêmico científico.

Em nível nacional, trazemos nomes de feministas negras como Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Carla Akotirene, Joice Berth, Juliana Borges que desenvolvem estudos e pesquisas nas áreas de gênero, raça, classe, racismo, sexismo, interseccionalidade com atuações tanto em nível nacional quanto internacional, ocupando cargos públicos e/ou governamentais.

Como já mencionado, a Ciência Geográfica durante muito tempo não abordou questões de gênero e nem questões étnico-raciais em suas pesquisas e apresentou/apresenta resistência quanto a essa produção (SANTOS, 2013). Esses grupos existem e co-existem em diferentes ambientes com múltiplas realidades,

sejam homens e/ou mulheres negras, as disparidades de realidade em relação aos grupos hegemônicos é escancarada.

Como a pesquisa aqui é desenvolvida com mulheres negras e quilombolas, menciono aqui o nome de (outras) mulheres quilombolas em uma escrita de contexto nacional que participaram da obra intitulada “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas” organizada por Selma dos Santos Dealdina, sendo lançado no dia 24 de outubro de 2020 por plataformas digitais como o “Facebook e YouTube da Editora Jandaíra como podemos observar na figura 05.

Figura 05 – Cartaz de lançamento do livro “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas”



Fonte: Editora Jandaíra, 2020.

O livro tem o Selo Sueli Carneiro²² e, além de ser organizado por Selma Dealdina, traz em sua contracapa o texto de Djamila Ribeiro e Flávia Oliveira com escritos de orelha. A obra conta com escritos de dezoito autoras pesquisadoras acadêmicas, poetisas, ativistas de movimentos sociais e integrantes de instituições que atuam nas muitas causas pertinentes aos povos quilombolas (JANDAÍRA, 2020).

Ribeiro (2020, p. 21) enfatiza que,

²² “O objetivo do Selo Sueli Carneiro é potencializar a publicação de produções literárias negras brasileiras, bem como a tradução de produções estrangeiras, valorizando obras produzidas por mulheres, em especial negras, indígenas, LGBTQI+, latinas e caribenhas. Ver uma pauta tão urgente como a quilombola fazer parte desta coleção é um empreendimento inédito e pioneiro” (DEALDINA, 2020, p. 14).

[...] o que percebemos com o discurso de Truth e com as histórias de .negras, é que esse debate já vinha sendo feito; o problema, então, seria sua falta de visibilidade.

Toda mulher negra reexiste. Toda mulher negra e quilombola reexiste. Esse é um ato que faz parte de toda a sua construção como pessoa, desde sempre. Trazer o discurso de Truth do século XIX, trazer nomes de autoras feministas negras brasileiras, trazer o lançamento e as autoras (serão apresentadas em seguida) desta obra de mulheres quilombolas, tem como objetivo visibilizar cada mulher, evidenciar o quão grande são estas trajetórias de re-existências, e posteriormente, trazer o nome das mulheres protagonistas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Dealdina (2020, p. 14) assevera que:

É preciso expressar nossas narrativas múltiplas para que as pessoas saibam quem somos, o que pensamos, o que produzimos em nossos territórios, assim como nosso modelo de lidar com a terra, com o meio ambiente, com as ervas medicinais, com as sementes, com a devida salvaguarda dos nossos saberes e dos nossos conhecimentos ancestrais.

A mulher negra, em muitos dos espaços hegemônicos, ainda não consegue estar sempre nos “melhores lugares” parafraseando Sojourner Truth no seu discurso “E eu não sou uma mulher” em 1851 mencionado anteriormente na página 65, mas a mulher negra tem criado seu espaço e junto de suas companheiras, ela tem ocupado o melhor lugar e tem tido, como sempre, a mão de outra mulher para lhe ajudar a subir numa carruagem e/ou atravessar valas.

Nesse sentido, vozes que foram factualmente emudecidas encontram espaço para compartilharem saberes a partir de suas perspectivas quilombolas na obra organizada por Dealdina. Dezoito mulheres quilombolas participam dessa obra e cada uma será aqui agora apresentada, salientando que estas apresentações estão contidas na obra supracitada e aqui são apresentadas em uma sequência regional do sul para o norte.

- **Selma dos Santos Dealdina** – Mulher quilombola do Angelim III, Território do Sapê do Norte, em São Mateus, no Espírito Santo. Assistente social formada pela Universidade Anhanguera, graduanda em História (licenciatura) pela Universidade Estácio de Sá e em Gestão Financeira pela Unip. Foi gerente de política para as Mulheres do estado do Espírito Santo, vem atuando ao longo

dos anos em diversos coletivos e movimentos sociais, entre eles a assessoria da Coordenação Estadual das Comunidades quilombolas do Espírito Santo, “Zacimba Gaba”, o Coletivo de Mulheres da Conaq, Via Campesina, Núcleo da Marcha das Mulheres Negras do Espírito Santo, Comissão Espírito-santense de Folclore, Coletivo Auto-organização de Mulheres de São Mateus (Belas) e Coalizão Negra por Direitos. É conselheira da Anistia Internacional, Fundo Socioambiental Casa e membro do Instituto Elimu Professor Cleber Maciel (ES). Atualmente é secretária executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

- **Gessiane Nazário** – Mulher quilombola do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, no Rio de Janeiro. É doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense e graduada em Pedagogia pela mesma universidade. Representante de Assuntos Educacionais da Acquilerj (Associação das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro), também atua como professora da rede municipal.
- **Sandra Maria da Silva Andrade** – Mulher quilombola do Quilombo Carrapatos da Tabatinga, em Bom Despacho, Minas Gerais. Brincante do Moçambique, técnica de Contabilidade e cozinheira aposentada, é membro fundadora da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’ Golo) e coordenadora executiva da Conaq.
- **Rejane Maria de Oliveira** – Mulher quilombola do Quilombo Maria Joaquina, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Educadora ambiental e membro da Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. É coordenadora nacional da Conaq.
- **Nilce de Pontes Pereira dos Santos** – Mulher quilombola do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca, em Barra do Turvo, em São Paulo. É agricultora agroecológica.
- **Vercilene Francisco Dias** – Mulher quilombola do Vão do Moleque, Território Kalunga, em Cavalcante, Goiás. Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, é graduada em Estudo Internacional em Litígio Estratégico em Direito Indígena pela Pontifícia Universidade Católica do Peru. Atua como advogada popular na Conaq e na Terra de Direitos.

- **Dalila Reis Martins** – Mulher quilombola do Engenho II, Território Kalunga, em Cavalcante, Goiás. Graduada em Artes Visuais e Música na Universidade Federal do Tocantins, também é artesã, cantora e guia turística do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.
- **Givânia Maria da Silva** – Mulher quilombola de Conceição das Crioulas, no Salgueiro, em Pernambuco. É educadora quilombola, graduada em Letras e especialista em Programação de Ensino e Desenvolvimento Local Sustentável. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília, é doutoranda do curso de Sociologia da mesma universidade. Membro fundadora da Conaq, atuou como coordenadora de regularização fundiária dos territórios quilombolas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e foi secretária nacional de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal.
- **Maria Aparecida Mendes** – Mulher quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro, Pernambuco. É bacharela em Serviço Social pela Universidade de Guarulhos e mestre em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília. É ativista do movimento quilombola.
- **Valéria Pôrto dos Santos** – Mulher quilombola do Quilombo Pau D'arco e Parateca, em Malhada, Bahia. Graduada em Engenharia Agrônoma pela Universidade do Estado da Bahia e mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília.
- **Carlídia Pereira de Almeida** – Mulher quilombola do Quilombo Lagoa do Peixe, em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Engenheira Agrônoma formada pela Universidade do Estado da Bahia, Campos IX, pós-graduada em Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia pelo Instituto Federal Baiano, pós-graduada em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis pela Universidade Federal da Bahia e, atualmente, mestranda em Ensino e Relações-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia.
- **Mônica Moraes Borges** – Mulher quilombola do Território Étnico de Alcântara, no Maranhão. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do

Maranhão, atualmente exerce a função de assessora jurídica da Comissão de Territórios Tradicionais no Instituto de Colonização e Terras do Maranhão. É fundadora da Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara e membro consultiva da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil da seccional do Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil.

- **Andreia Nazareno dos Santos** – Mulher quilombola de Grossos, em Bom Jesus, no Rio Grande do Norte. Tecnóloga em Gestão de Cooperativas, integra a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio Grande do Norte e a Coordenação Nacional da Conaq.
- **Ana Cleide da Crus Vasconcelos** – Mulher quilombola do Quilombo Arapemã, em Santarém, estado do Pará. É coordenadora do Movimento de Mulheres Negras Quilombolas de Santarém Na Raça e na Cor. Além disso, é poeta, cantora e compositora, autora de 29 letras de músicas. Desde 2005 é ativista da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, movimento que integra doze quilombos, no planalto e na várzea da região.
- **Amária Campos de Sousa** – Mulher quilombola da comunidade Dona Juscelina, em Muricilândia, no Tocantins. Estuda História na Universidade Federal do Tocantins e é coordenadora administrativa na Coordenação Estadual das comunidades quilombolas do Tocantins.
- **Débora Gomes Lima** – Mulher quilombola da comunidade Pé do morro, em Aragominas, no Tocantins. Estudante de Química na Universidade Federal do Tocantins e secretária da Associação da Comunidade.
- **Maria Aparecida Ribeiro de Sousa** – Mulher quilombola do Prata, em São Félix, no Tocantins. Estuda Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins, é coordenadora Estadual da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins e coordenadora executiva da Conaq.
- **Ana Carolina Araújo Fernandes** – Antropóloga, mestre pela Universidade de Brasília, autora da dissertação *Do fogo e da justiça: Sandra Maria da Silva Andrade, movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola*. Aliada do movimento quilombola nacional, trabalhou como assessora da Conaq. Hoje é diretora do documentário *Dandarás: a força da mulher quilombola* (parceria com Amaralina Fernandes). Realizou algumas exposições fotográficas com a

temática das mulheres quilombolas e outros universos de (re) existência negra.

Vemos, compreendemos e afirmamos a existência de todas essas mulheres quilombolas mencionadas anteriormente. Uma existência que transpassa por entre os espaços público e privado. Espaço de seus quilombos e seus territórios, de secretarias e coordenações, universidades e institutos, graduações e pós-graduações. Uma escala local, municipal, estadual, regional, nacional e internacional.

A construção dessa obra “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas” percorre quatro das cinco regiões do nosso país, apresentando na região norte quatro autoras, região nordeste com seis, região centro-oeste com duas e, região sudeste com cinco autoras. São mencionados onze estados: Pará, Espírito Santo, Pernambuco, Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e São Paulo, evidenciando e nomeando a comunidade quilombola que cada autora pertence (quadro 01).

Quadro 01: Localização geográfica de cada autora da obra “Mulheres Quilombolas”.

Região	Estado/UF	Cidade/Município	Quilombo/Comunidade
Sudeste	ES	São Mateus	Quilombo Angelim III
Sudeste	RJ	Armação dos Búzios	Quilombo da Rasa
Sudeste	MG	Bom Despacho	Quilombo Carrapatos da Tabatinga
Sudeste	RJ	Cabo Frio	Quilombo Maria Joaquina
Sudeste	SP	Barra do Turvo	Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca
Centro-Oeste	GO	Cavalcante	Quilombo Vão do Moleque/Território Kalunga
Centro-Oeste	GO	Cavalcante	Quilombo Engenho II/Território Kalunga
Nordeste	PE	Salgueiro	Quilombo Conceição das Crioulas
Nordeste	PE	Salgueiro	Quilombo Conceição das Crioulas
Nordeste	BA	Malhada	Quilombo Pau D'arco e Parateca
Nordeste	BA	Bom Jesus da Lapa	Quilombo Lagoa do Peixe
Nordeste	MA	Alcântara	Território Étnico de Alcântara
Nordeste	RN	Bom Jesus	Quilombo Grossos
Norte	PA	Santarém	Quilombo Arapemã

Norte	TO	Muricilândia	Quilombo Dona Juscelina
Norte	TO	Aragominas	Quilombo Pé do Morro
Norte	TO	São Félix do Tocantins	Quilombo Prata

Fonte: SOUSA, E. 2020. (Dados organizados pela pesquisadora).

Esse quadro tem em suas entrelinhas a diversidade da localização, da luta, do enfrentamento, do conhecimento que compõem cada comunidade quilombola, não só as aqui mencionadas, mas todas as comunidades quilombolas. Nesse seguimento, “as histórias dos quilombos se completam. Mesmo em estados diferentes, em territórios e biomas diversos, a luta pela preservação e valorização da identidade quilombola é contínua e nos une” (DEALDINA, 2020, p. 16).

Destacamos a presença da autora Amária Campos de Sousa, mulher quilombola da comunidade Dona Juscelina e participante da pesquisa aqui desenvolvida, e de Débora Gomes Lima, mulher quilombola da comunidade do Pé do Morro, que se encontram localizadas nas cidades de Muricilândia-TO e Aragominas-TO, cidades vizinhas como foi abordado no capítulo anterior. Ana Carolina Araújo Fernandes, apresentada anteriormente não é mulher quilombola, no entanto compõe o livro, suas informações não estão inclusas no quadro anterior e assim, o quadro conta apenas com dezessete localizações geográficas.

Seguindo com as apresentações das mulheres quilombolas, neste trabalho apresentamos as participantes da pesquisa na Comunidade Quilombola Dona Juscelina e também informações acerca de suas atividades realizadas e/ou desenvolvidas dentro e fora da comunidade.

2.2.1 A luta contínua: mulheres da Comunidade Dona Juscelina

Um grupo, uma comunidade, uma associação é organizada e presidida por pessoas, por mulheres e homens que juntos fortalecem suas lutas na busca de direitos e benefícios para o seu povo e, na comunidade Dona Juscelina, além de todas as barreiras estruturais e institucionais existentes que requer um enfrentamento diário, a luta pela terra têm sido a maior e mais difícil delas.

Por conseguinte, apresento os nomes das mulheres e dos homens da comunidade e qual a função/cargo que ocupa e/ou desempenha, salientando que a pesquisa se faz com as mulheres, a partir de suas narrativas e trajetórias e que os homens estão presentes nesse meio e, junto das mulheres, estão presentes também nos espaços de lideranças, por esse motivo alguns são apresentados. O primeiro nome a ser apresentado é Lucelina Gomes dos Santos, cujo nome social é Dona Juscelina, nomeando também a comunidade da qual é matriarca. Esta mulher traz em seus relatos uma rica trajetória que antecede a formação do quilombo, e que, se intensifica quando chega à cidade de Muricilândia-To como foi possível apreciar no item 1.3 do capítulo anterior.

A matriarca compõe junto com outras mulheres e homens o Conselho de Griôs da comunidade sendo este composto por três mulheres e quatro homens que são, respectivamente: Cícera Vieira Almeida, Rosa Mírtes Pereira de Souza, Lucelina Gomes dos Santos, Geraldo Delmondes Ferreira, Manoel Pereira Borges, Conceição Viana da Silva e Carlindo Pereira da Silva. Vale ressaltar que nesta ocasião pretende-se evidenciar o papel apenas das mulheres na/da comunidade.

De acordo com Souza (2012) o conselho permite que as características que dão singularidade à comunidade e todos os seus saberes sejam guardados por eles, e que no momento certo estes são repassados para os mais novos com o intuito de que sejam também guardiões e que compreendam sua importância e o valor de cada luta, seja ela individual e/ou coletiva.

O Conselho de Griôs teve sua formação a partir do momento em que foi instituída a Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina – ACQDJ (OLIVEIRA, 2018). Nesta necessidade de preservação dos costumes, o momento de troca de saberes é realizado pelos espaços que integram a comunidade, em que os griôs compartilham seus conhecimentos com os jovens que fazem parte do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes.

Oliveira (2018) traz em seus escritos sobre a comunidade que no mês de abril de 2018 foi realizado o I Encontro de Griôs e Juventude. O Coletivo conta com uma comissão organizadora composta por: Amária Campos de Sousa, Mayra Chaves Borges, Silvânia Gomes Ferreira, Ludimila Carvalho dos Santos, Maria Idelvânia Ferreira Tupinambá e Monaliza Borges de Almeida.

Fundada no ano de 2010, a associação da comunidade tem em seu histórico mulheres ocupando o cargo de presidentas. A primeira mulher a ocupar o cargo foi a

matriarca Dona Juscelina, seguida de sua sobrinha Francisca Gomes dos Santos Silva, sua neta Lucilene Gomes Nascimento e, no momento em que esta pesquisa se faz/fez, Erisvelto Brito dos Santos é o primeiro homem a ocupar este cargo.

Nesta ocasião, a Diretoria Executiva do biênio 2019-2020 foi composto pelo **Presidente(a)**: Erisvelto Brito dos Santos; **Vice-presidente(a)**: Francisca Gomes dos Santos Silva; **Primeiro(a) Secretário(a)**: Ana Maria Ribeiro da Cruz; **Segundo(a) Secretário(a)**: Amária Campos de Sousa; **Primeiro(a) Tesoureiro(a)**: Paulo Pereira de Sousa; **Segundo(a) Tesoureiro(a)**: Sara Luiza. Os conselhos tiveram a seguinte composição: **Conselho Fiscal: Titular**: Luiz Carlos Ferreira dos Santos; **Titular**: Adão Dias dos Santos; **Titular**: Ariovaldo Gil da Silva; **Suplente**: Raimundo Inácio Privino Gomes; **Suplente**: Sueli Alves da Silva; **Suplente**: Cirlene de Sousa Batista da Silva; **Conselho Comunitário de Rádio Difusão: Titular**: Gledilson Pereira dos Santos; **Titular**: Félix Neto da Silva Ferreira; **Titular**: Expedito Francisco de Oliveira; **Suplente**: Manoel da Costa Nonato; **Suplente**: Lusivaldo Gomes da Silva; **Suplente**: Juraci Araújo dos Santos; **Conselho Cultural: Titular**: Sallomão Israel Chaves Borges; **Titular**: Marcos André Cruz Souza; **Titular**: Roberto Carlos Ferreira dos Santos; **Suplente**: Ana Lice Espíndola da Silva; **Suplente**: Sebastião Brito de Abreu; **Suplente**: Antônio Nascimento Alves da Silva.

O Festejo da Abolição que é realizado anualmente no mês de maio com a participação de instituições públicas e privadas pela Comunidade Dona Juscelina, conta com apresentações de dança do grupo Negras Mariamas, lideradas por Ana de Jesus Brito de Abreu e sendo um grupo formado apenas por mulheres, que trazem em seus passos o gingado do ser quilombola. Betânia Vieira da Silva é outra mulher que coordena a percussão da bateria durante o trajeto que é realizado na Alvorada, sendo que essa atividade é realizada dentro do Festejo no mesmo dia do Teatro da Abolição.

Ludimila Carvalho dos Santos é uma mulher jovem que coordena/coordenou as atividades do grupo Núcleo de Estudos Afro-Quilombolas – NEAQ constituído na Escola Estadual de Muricilândia-TO. Em suas trajetórias, Ludimila apresenta e representa a comunidade em espaços externos, tanto nos limites municipais, estaduais quanto nos nacionais. Nesse sentido, podemos observar melhor no quadro 02 a relação dos nomes das mulheres quilombolas e a sua atuação dentro da comunidade.

Quadro 02: Mulheres: protagonistas de suas histórias

PROTAGONISTA	CARGO/PAPEL/FUNÇÃO
Lucelina Gomes dos Santos	Matriarca
Lucelina Gomes dos Santos Cícera Vieira Almeida Rosa Mirtes Pereira de Souza	Conselho de Griôs
Amária Campos de Sousa Mayra Chaves Borges Silvânia Gomes Ferreira Ludimila Carvalho dos Santos Maria Idelvânia Ferreira Tupinambá Monaliza Borges de Almeida	Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes
Lucelina Gomes dos Santos Francisca Gomes dos Santos Silva Lucilene Gomes Nascimento	Presidentas da ACQDJ
Ana de Jesus Brito de Abreu	Negras Mariamas
Betânia Vieira da Silva	Coordenadora da Percussão/Bateria
Ludimila Carvalho dos Santos	Espaços Externos - NEAQ

Fonte: SOUSA, E. 2020. (Dados organizados pela pesquisadora).

A construção de uma narrativa na qual alguém se coloca como parte principal e/ou ocupa o papel principal requer esforço, dedicação e uma luta diária. Logo, o papel principal permite que esse alguém seja protagonista. Ser protagonista possibilita que desempenhe papéis de suma importância para que, no final de cada episódio, tudo ocorra bem como sendo parte de um todo. Assim, um lindo tapete foi/é/será bordado, na perspectiva das palavras de Segato (2012).

O executar da atividade de cada mulher que foi mencionada no início desse tópico “A luta contínua: mulheres da Comunidade Dona Juscelina” permite que, ao mesmo tempo em que lutam pelas questões referentes à Comunidade Quilombola Dona Juscelina, elas escrevam suas próprias histórias, desenhem suas trajetórias e protagonizem um conhecimento que será vivenciado por todas/os que fazem parte da comunidade. Mesmo quando estão sozinhas, todas estão com ela.

Nos itens seguintes desta pesquisa, as atividades e as contribuições destas tanto para a formação individual quanto para a coletiva serão abordadas, com o intuito de compreender como se dá o processo de formação da mulher

negra/quilombola da Comunidade Dona Juscelina na cidade de Muricilândia-TO, se iniciando no tópico seguinte com discussões acerca de identidade e memória.

2.3 Memória e identidade: re-construção

Memória. Todas/os têm uma. Todas/os constroem uma. Todas/os re-constroem uma. Todas as ações desempenhadas por cada pessoa se fazem carregadas de algo que elas já tenham, e criam uma nova perspectiva para algo que possam ter. A memória que é repassada de uma pessoa para a outra, é uma forma única de transmissão de costumes e características singulares de um povo/comunidade, construindo e reconstruindo, quando necessário, sua identidade.

Mas de qual memória estamos falando? Qual identidade foi construída? Qual está sendo construída e por quem está sendo construída? Nestes escritos, a memória e a identidade são femininas, negras e quilombolas. Em um país como o nosso, a memória também é de um passado escravocrata e “a história tem nos mostrado que a invisibilidade mata [...]” (RIBEIRO, 2020, p. 42).

Colocar esses grupos em um lugar/local de invisibilidade contribui para a manutenção das desigualdades que configuram a sociedade brasileira. Ribeiro (2020, p. 62) enfatiza que:

Não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções epistemológicas desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até em relação a quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir.

A obra que foi apresentada anteriormente “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas” é um exemplo a ser mencionado como uma ação contrária ao sistema imposto. Nela, a mulher negra e quilombola fala e escreve sobre si, para si e para as outras.

O artigo “Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” de Sueli Carneiro (2003) nos apresenta uma concepção sobre a mulher negra.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”.

Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde. Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas, como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”.

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articular o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, p. 50-51).

Observamos aqui, que além das barreiras do gênero, a raça se configura como mais uma. Não falar desses grupos, com esses grupos, a partir desses grupos é escrever apenas sobre um lado da sociedade. É invisibilizar, apagar, negar toda uma vivência, uma memória, uma identidade.

A mulher negra da comunidade Dona Juscelina tem escrito e vivido uma outra realidade, mas que tem a mesma luta como bandeira. Essa outra realidade não é diferente da dos tempos passados, ela é moderna, tem uma roupagem moderna, mas se configura com a mesma descrição.

Oliveira (2018) nos diz que quando o negro se tornou liberto, a terra se tornou cativa. Quando os romeiros de Padre Cícero chegaram ao então norte goiano, encontraram terras livre e em abundância, mas ela se tornou cativa. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina perde seu território físico, mas continua com o simbólico e por meio de sua memória a luta pelo território ancestral é re-vivida todos os dias, sejam pelas mulheres e/ou pelos homens da comunidade que vão, juntos, construindo suas identidades e territorialidades.

Para Silva (2009, p. 97) identidade “é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade está ligada a sistemas de representação”. Ainda corroborando nesta perspectiva, a identidade é algo formado ao longo do tempo, não se nasce com uma, ela é formada a partir das relações que são estabelecidas no/com o meio social, consciente ou inconscientemente (HALL, 2015).

Santos (2017, p. 3) considera que:

A identidade é marcada pela representação de símbolos e assim a representação atuaria simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações em seu interior. [...] Essas representações perpassam o sentimento de pertencimento ao território, tendo em vista que o sentimento a determinada terra é uma maneira de expressar a identidade, construída através da confrontação de grupos.

A comunidade tem seus sentimentos de pertencimento com o território do norte goiano, que hoje se configura dentro do município de Muricilândia-TO, que é expresso através de seus costumes e atividades culturais dentro do espaço urbano da cidade. De acordo com Hall (2016, p. 19):

Nos últimos anos, porém, em um contexto mais próximo das ciências sociais, a palavra “cultura” passou a ser utilizada para se referir a tudo o que seja característico sobre o “modo de vida” de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social – o que veio a ser conhecido como a definição “antropológica”.

A Festa 13 de Maio é um exemplo a ser mencionada aqui como uma característica do modo de vida da comunidade Dona Juscelina. “Além disso, a

cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento, bem como a conceitos e ideias” (HALL, 2016, p. 20).

Todas as atividades desenvolvidas no cotidiano da comunidade carregam consigo seus traços culturais, traços que lhes dão uma identidade e que são vividos em conjunto dentro e fora da comunidade, um saber que é repassado de geração para geração com intuito de manter sempre viva a história e a identidade dessa comunidade.

Narrar os acontecimentos requer toda uma re-construção desses fatos em sua memória, é relembrar tudo que se viveu para entender e compreender o contexto atual e seguir lutando contra as formas de discriminação que vivenciam, lutar por seus territórios, lugares e espaços.

Nesta perspectiva de narrativa e compreensão, Ratts (2018, p. 5) relata que:

Em Muricilândia, fui apresentado a uma biblioteca que é um nome, um corpo e um lugar: Quilombo Dona Juscelina Gomes. Estando ela preparada para me receber (por meio de várias cabeças-mãos atentas), necessitei ver, ouvir e, também, silenciar diante dessa pessoa-lugar, pessoa-saber/fazer/poder - gerada e geradora em outras pessoas-lugares, pessoas-saberes/fazer/poderes, a exemplo dos grãos e das lideranças. Foi diante de suas narrativas, benditos, explicações, gracejos e olhares, imagens de santo e papéis, caixas e bandeiras, algo para beber e comer, silêncios e movimentos que fui refazendo o mapa que liga o Norte desta parte do país, a que as elites deram os nomes de Goiás, Tocantins e Maranhão, uma antiga rota da capitania do Grão Pará com a África.

Compreendemos assim a importância da narrativa e da oralidade dos saberes de um povo tradicional, especificamente, da mulher negra quilombola e matriarca de um quilombo e, Ratts (2018, p. 5) reforça que:

A pessoa-biblioteca Juscelina Gomes fez eu me reorientar, olhar para o Oriente do cristianismo, do Islã, dos reinos africanos e me fez eu me nortear, saber que a partir do centro-norte brasileiro onde estamos, poucos que somos, negros, indígenas, quilombolas, mulheres e pessoas lgbt, possamos viver, norteados e orientados.

A identidade da mulher quilombola perpassa por inúmeras des-construções que são refeitas e readequadas de acordo com as estruturas sociais vigentes que ditam os ritmos e os caminhos que cada grupo e comunidade deve ocupar. Dentro desses locais e/ou espaços, a mulher negra vai contra o sistema. Ela sempre foi. Ela sempre lutou. Ela sempre foi parte da história. Ela sempre foi protagonista de sua história.

Se “a identidade é formada na “interação” entre o “eu” e a sociedade” (HALL, 2015, p. 11), a memória é construída entre o passado e o presente e passada de geração para geração como a riqueza de uma comunidade. Identidade é uma produção e memória é a história dessa.

A identidade e a memória de que estes escritos falam é o da mulher negra, quilombola, nortista/nordestina, romeira, parteira, escritora, raizeira, médica tradicional, etc. Estamos falando da mulher do quilombo Dona Juscelina, da matriarca, da liderança feminina, das protagonistas femininas que exercem suas funções tanto nos espaços internos quanto nos externos.

Estamos falando de mulheres que sempre lutaram por suas vidas, por sua comunidade, por seu território ancestral. Falamos da mulher negra e quilombola que preserva seus costumes, suas tradições, seus festejos e que constrói todos os dias, de acordo com Hall (2015) um pouco de sua identidade e também da sua comunidade. Nesse sentido, mesmo que não desfrutem de um território físico, desfrutam de uma identidade territorial. Santos (2017, p. 9) salienta que:

A trajetória dessas mulheres está em constante movimentação, formando novas identidades, desde os papéis desempenhados no espaço privado (em casa), no espaço público e no assumir-se como mulher negra, como mulher quilombola.

Assim, Ludimila Carvalho dos Santos, jovem quilombola e secundarista nascida em abril de 2003, que faz parte da comissão organizadora do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes e representa a comunidade em espaços externos relata sobre sua trajetória e o processo de construção de sua identidade e de outras/os quilombolas.

Na realidade, eu acho que essa trajetória da Ludimila, ela se inicia desde muito pequena sabe, quando ainda de colo eu ia pro Rebolado e não queria sair, e dançava, e brincava, e cantava e tinha essa experiência com o canto, com a dança, com o batuque e depois a Ludimila se torna baliza né, que é as dançarinas da linha de frente do cortejo do Festejo da Abolição e aí depois a Ludimila entra no ensino fundamental numa escola estadual daqui de Muricilândia e aí daí, surge a idéia na sexta série, imagine na sexta série no ensino fundamental de se criar um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Quilombo né, que foi uma idéia do Professor Manoel Filho e ele falou assim: "por que vocês não criam um grupo de estudo né pra tratar de assuntos relacionados a escola?". Eu falei: "não, esses relacionados a escola a gente trata por aqui mesmo, a gente precisa de um grupo de estudo que estude a realidade quilombola e afro-brasileira dos nossos alunos" e aí nasce o NEAQ - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Quilombola.

E já se abre um leque tremendo que é onde os alunos e as alunas quilombolas começam a se reconhecer, se auto identificar e assim falar: "não, eu sou do NEAQ".

Então começa a ter um processo de empoderamento bem forte dentro da escola, as alunas e os alunos quilombolas, principalmente as alunas, elas começam a si assumir, elas começam a voltar os cabelos naturais, elas começam a falar que é negra, preta e tem orgulho disso, então isso é muito importante pra construção identitária do quilombo e assim, eles começam a assumir esses locais de fala principalmente, porque falar que era do NEAQ era falar que sabia muito sobre a cultura afro-brasileira e quilombola. Então se sabia muito eles precisavam realmente entender, então é um espaço de estudo.

E aí o NEAQ abre esse espaço pra que eu, pra que outras integrantes saiam de dentro da escola com argumentos, com falas preparadas né, tanto para o contexto interno da comunidade quanto para o contexto externo né. E aí a gente começa a sair da comunidade e apresentar a comunidade fora e assim, como adolescente com 12 anos de idade. Aí imagina tá, vamos pra uma Universidade Federal e chega lá uma menina de 12 anos né. Então assim, e aí vem as vantagens e desvantagens porque uma mulher né, uma menina, negra, quilombola, de escola pública, pobre, que se diz feminista é muita coisa pra uma sociedade como a da gente e como a de alguns anos atrás. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

A trajetória descrita acima se inicia desde muito cedo dentro da comunidade e também do espaço escolar. Ludimila, desde muito jovem ocupa vários espaços e abre caminhos para que outros jovens também possam se levantar. A trajetória que aqui foi descrita assinala sobre as necessidades da comunidade, as necessidades de informação e conhecimento e enfatiza o quanto a criação do NEAQ foi e é de suma importância para a juventude negra e quilombola da comunidade.

Apresentar a comunidade em outros espaços, além de visibilizá-la, comprova que ali existem jovens que vivenciam a luta de seu povo e que falam por ela e em nome dela. Ludimila narra que com a criação do NEAQ, ocorreu um processo de empoderamento das alunas e dos alunos quilombolas. Sobre empoderamento, Berth (2020) aponta que é uma palavra de origem inglesa com elementos de latim e que ainda não é possível encontrar seu significado nos dicionários que usamos atualmente.

Auto definição e auto avaliação são processos resultantes do empoderamento, é quando a mulher negra se reconhece tal como é e sabe que espaço deve ocupar dentro da sociedade em uma luta contra as formas de opressão e discriminação que os grupos ditos marginalizados sempre ocuparam no decorrer da história da sociedade, como afirma Berth (2020, p. 25):

O prefixo "auto" cabe aqui como indicativo de que os processos de empoderamento, embora possam receber estímulos externos diversos da

academia, das artes, da política, da psicologia, das vivências cotidianas etc., são uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista.

Esta mesma autora reforça que:

Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate a banalização e ao esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social (BERTH, 2020, p. 23).

Quando as crianças/jovens dentro do ambiente escolar têm essa consciência e passam por todo um processo de reconstrução através do cabelo, por exemplo, vemos que eles formam uma coletividade empoderada (BERTH, 2020) e que juntos ocuparam e ocuparão outros espaços que ultrapassam os muros da escola e os limites da comunidade.

Uma coletividade empoderada é repleta de identidades, diversidades, tradições, memórias que perpetuam os saberes e fazeres de seus antepassados em um processo de continuidade de suas lutas e singularidades que são repassados de geração para geração por meio da oralidade. Santos (2018, p. 9) defende que “mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade, mesmo que queimem os símbolos, não queimam os significados, mesmo que queimem os corpos, não queimam a ancestralidade. Porque nossas imagens também são ancestrais”.

Nessa perspectiva, a trajetória, a identidade, a memória e a história de um povo e/ou comunidade sempre permanece viva. Contudo, na ótica de Ailton Krenak (1994, p. 4) “entre a história e a memória, eu quero ficar com a memória”.

Porque a memória e não a história? Mesmo que o processo de construção histórica de um lugar, de uma região, de um país tente apagar a existência e a luta de um povo, um grupo ou comunidade, a memória sempre fará com que exista, a memória sempre se lembrará daqueles que já foram, a memória desses povos sempre fará com que estes existam.

É nessa memória, nesse recontar da história de sua comunidade que as identidades do povo quilombola, especialmente da mulher quilombola, se faz e refaz diariamente. É com a memória e com vozes embargadas que relembrem de seus

territórios, que traçam suas lutas e definem seus passos. É com a memória que seguem construindo sua história.

Quando Ribeiro (2020) fala da perversidade da invisibilidade, notamos na fala de Monaliza Borges de Almeida, jovem quilombola nascida em julho de 1997 que faz parte da comissão organizadora do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes e acadêmica do curso de Psicologia de instituição de ensino superior privada Faculdade Católica Dom Orione, relatos sobre a invisibilidade quilombola e a raça/cor quando fala dos enfrentamentos de estar nesse espaço.

Assim, fora da comunidade eu sinto muito o desconhecimento, têm pessoas que é aí de Araguaína e não sabe o quê que é uma comunidade quilombola sendo que têm tantas ao entorno. Então assim, fora da comunidade o que eu sinto bastante é a questão do desconhecimento, as minhas questões que mais me impactam fora não são necessariamente por ser quilombola, são por ser negra, porque eu sou uma pessoa negra de pele clara, por se só o termo já tem uma bivalência, contraditório né e aí esse lugar que eu ocupo que seria o pardo, mas que pra mim tem todas as problemáticas de usar esse termo também, o pardo.

Então fora da comunidade as coisas que mais me impactam são mais relacionadas a minha raça/cor né, a cor mais do que propriamente o do ser quilombola, porque o quilombola é mais a questão do desconhecimento mesmo das pessoas. (Protagonista Monaliza, 23 anos, entrevista cedida em 23 de outubro de 2020).

A protagonista relata enfrentamentos que são vividos em espaços externos, em ambiente de ensino superior, espaço que desconhece sua identidade e sua cor. Estar nesse local, sem dúvida é um enfrentamento e uma necessidade, um ato de empoderamento e compreensão acerca de sua luta, da luta de seu povo, da sua comunidade.

A mulher negra da qual Carneiro (2003) se refere, ocupa hoje também os espaços de ensino superior, e, privado. A protagonista Ludimila, enquanto estudante do ensino médio relata sobre suas lutas e seus enfrentamentos acerca de suas atividades que são desenvolvidas tanto na escola e na comunidade quanto nos espaços externos.

Então ocupar esses espaços era sempre um desafio, além também da escola porque eu precisava estudar e algumas viagens duravam semanas, então conciliar uma coisa com a outra era muito difícil, continua sendo né porque eu continuo nessa jornada.

Então assim, eram muito diálogo com a escola, com os professores e eu sempre era muito questionada em relação a isso né, "como é que tu estuda e tu milita" principalmente.

Então assim sempre foi muito difícil conciliar uma coisa com a outra mas não impossível, a gente chegava a perder provas, entregava trabalhos, as

faltas a gente tentava diminuir ao máximo né o tanto que dava. Mas assim, é uma experiência muito gratificante, e principalmente a escola onde foi fundado o NEAQ, ela sempre teve um olhar muito interessado para as relações étnico-raciais sabe dentro da escola. Levar o nome da escola, levar o NEAQ pra fora era levar toda essa cultura né que existe no município e principalmente exaltar um núcleo de ensino fundamental, núcleo esses que existem em Universidades, é algo novo né.

No Tocantins não se tem ideia do tanto que eu já andei, Tocantins não se tem ideia de um núcleo desses de ensino fundamental e era uma escola somente de ensino fundamental e a gente tinha crianças do primário que participavam das nossas reuniões, participavam ativamente dos dias de estudo do NEAQ. Então assim, foi e tá sendo uma experiência bem legal e aí quando eu chego no nono ano que eu preciso me despedir da escola de ensino fundamental, e assim foi pra mim um baque porque a escola de ensino médio se chama Marechal Costa e Silva, então nós víamos de uma realidade bem diferente, era uma coisa bem mais singular com essa questão e eu já participava muito da realidade dessa outra escola né com o 20 de Novembro e tem o Seminário da Consciência Negra nessa escola né. Então eu sabia um pouco da realidade e eu sabia que o NEAQ não ia ser aceito dentro dos muros da escola, pelo menos do jeito que ele era né, então o quê que a gente pensou, a gente falou assim: "a gente continua sendo o NEAQ mas todos de longe", alguns dos grupos se dispersaram, a gente trocou de turmas então, assim, foi muito ruim, alguns mudaram de cidade. Mas assim, continuamos sendo o NEAQ né, quando nos encontramos não tem como não citar o NEAQ, não tem como não conversar. Porém, a militância da Ludimila permanece né, uma que coisa que não tem como ser apagada até o nono ano com a existência do NEAQ, depois da existência efetiva das reuniões do NEAQ quando eu entro na primeira série do ensino médio e continuo viajando, continuo levando o nome da comunidade, continuo palestrando, falando abertamente da história, da luta, da resistência e principalmente da influência feminina dentro desse contexto, eu começo a incomodar né e é o que sempre ocorreu. Então assim, começo incomodar mais latentemente dentro do território né, porque primeiro, nós temos escolas dentro de um território quilombola que não são escolas quilombolas, nós não temos uma educação voltada pra os alunos e alunas quilombolas, mesmo com a questão da 10.639, mesmo com a questão da obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira a gente sabe que é muito, como eles dizem, interdisciplinar e esse interdisciplinar ele não acontece do modo que precisava acontecer, não tem formação para os professores, tá lá no PPP lindo porém na prática é uma precariedade tremenda. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

Quando a mulher negra quilombola se movimenta toda a comunidade se movimenta com ela. Quando ela fala, ela fala pelos homens e mulheres, pelos adultos e crianças, pelos grãos e jovens. Quando ela fala, ela quer ser e é escutada, ouvida, compreendida, entendida e respeitada. A voz feminina do quilombo Dona Juscelina percorre toda uma múltipla trajetória e ancestralidade de diversos povos e grupos, em Muricilânida-TO essa voz se unifica e fala por todas/os e para todas/os.

Nesta perspectiva, a partir das falas de autoras e autores e dos relatos das protagonistas, compreendemos como ocorreu e ocorre o processo de construção da

identidade da mulher quilombola da comunidade Dona Juscelina, percebemos seus enfrentamentos nas mais variadas esferas da sociedade.

Por conseguinte, no próximo capítulo, a abordagem que se pretende, faz referências em compreender o processo de construção da identidade das protagonistas da comunidade enquanto o que significa ser mulher, ser mulher negra, ser mulher negra e quilombola. Essa construção está atrelada a trajetória de luta pelo seu território.

Nesta amplitude, pretendem-se caracterizar e espacializar as atividades das mulheres da comunidade supracitada no intuito de compreender e visibilizar o lugar de cada uma nesse cenário, elucidando sua relação e suas responsabilidades com a comunidade e com a matriarca Dona Juscelina, construindo assim uma faixa geracional e estabelecendo a relação de parentesco com a matriarca.

CAPÍTULO III. O MOVIMENTO FEMININO QUILOMBOLA E SUAS TERRITORIALIDADES

Movimentar-se permitiu e permite uma série de mudanças em inúmeros e incontáveis locais, cada ato ou cada passo tem uma explicação, um desejo, uma necessidade. Movimentar-se pode estar associado com o ato de deslocar-se ou não, pode ser entendido e compreendido de acordo com as intencionalidades de cada sujeito, cada grupo, cada comunidade.

O movimento migratório, primeiro pelo viés religioso dos romeiros de padre Cícero e posteriormente pelo econômico, que chega a região norte do Goiás na década de 1950 e 1960 provoca mudanças significativas em todo país. Um movimento, em seu primeiro viés conduzido por uma mulher.

Este capítulo, neste sentido, tem por objetivo a compreensão de como ocorreu/ocorre à construção das territorialidades femininas a partir de suas trajetórias dentro da comunidade e das funções que desempenham na mesma, permeando os espaços públicos e privados e também a luta pela terra e construção/manutenção do território.

3.1 Trajetórias e territorialidades das protagonistas femininas do/no Quilombo Dona Juscelina

No primeiro capítulo que contempla esta pesquisa são mencionadas as formas de povoamento do norte goiano, hoje Tocantins e quais os vieses de cada povo/grupo que nele chegou, as intenções e razões que cada um tinha/têm. Todas essas mudanças acarretaram transformações significativas.

São trajetórias espaciais que perpassam por longas e necessárias reconstruções, que se refazem ao longo de cada dia, cada passo, cada individualidade e coletividade. Neste sentido, se faz necessário compreender o que se entende por trajetória espacial.

Santos e Ratts (2015, p. 646-647) comentam que:

Por trajetória espacial (ou socioespacial) entendemos os deslocamentos de um indivíduo ou coletividade entre locais distintos entre espaços – de

residência, estudo, trabalho ou lazer, entre bairros, cidades, regiões, países – que fazem a diferença na sua situação social, pois não se resumem a um deslocamento geométrico.

Os romeiros de Padre Cícero que dão origem as cidades de Aragominas-TO e Muricilândia-TO e, a comunidade Quilombola Dona Juscelina, se configura dentro dessa trajetória. Furtado (2011, p. 82) assinala que as trajetórias sócio espaciais:

Podem ser apresentadas no conteúdo dos cursos de vida, numa perspectiva que ultrapassa o limite da biografia, chegando a contemplar lugares, e experiências nos quais os sujeitos constroem suas vidas.

A comunidade quilombola construiu e continua construindo toda uma trajetória de vida no lugar em que se encontra, mesmo tendo muitas dificuldades e inúmeros enfrentamentos que são encontrados paulatinamente.

O Festejo da Abolição que é realizado no mês de maio pode ser compreendido como sendo um conteúdo que ultrapassa a biografia da própria comunidade. O festejo é herança familiar de Dona Juscelina, como apontado anteriormente, uma festa que era realizada por seu tio no estado do Maranhão. Nesta perspectiva, o mesmo perpassa por uma dimensão espaço-temporal aonde os sujeitos vão construindo suas vidas.

A trajetória de Dona Juscelina do Maranhão para o Tocantins se faz carregada de heranças culturais e quando esta chega ao lugar que é hoje a cidade de Muricilândia-TO, ela encontra um bom local para dar continuidade à festa na qual foi encarregada pelo seu tio.

De acordo com Cirqueira (2008, p. 21):

Entendemos, assim, que as trajetórias possuem uma dimensão espaço-temporal, pois pressupõem que os indivíduos perpassam por um repertório de lugares no decorrer de suas vidas, os quais, como dito anteriormente, são experienciados, significados, interpretados e construídos.

O autor prossegue:

Em linhas gerais, trajetória socioespacial envolve a história de vida dos indivíduos, suas experiências dentro de uma temporalidade e uma espacialidade que não possuem uma constituição linear e contínua. A importância da espacialidade se dá na medida em que as experiências não se dão no nada e, muitas vezes, os lugares, como “nós” demarcam momentos e limites dessas trajetórias, firmando-se como referência simbólica e experimental para o indivíduo (CIRQUEIRA, 2008, p. 21-22).

Assim, a construção e a vivência da trajetória da comunidade Dona Juscelina se constrói e se fortalece a partir do conhecimento de cada pessoa que a compõe, a partir de cada memória e cada história.

Aqui trazemos, Betânia Vieira da Silva que é quilombola e coordenadora da percussão da bateria da Comunidade Dona Juscelina, nasceu em outubro de 1976 em Muricilândia-TO e trás em seus relatos as vivências que constroem a comunidade ao dizer que:

Dona Juscelina pra mim é assim uma pessoa muito importante porque sempre fui vizinha dela né, inclusive ela não é a minha mãe de pegação né, ela não é a minha mãe mas dos meus irmãos, eu tenho oito irmãos e aí dos mais velhos só tem desses oito quatro dos meus irmãos que foi ela que pegou, que antigamente ela também era parteira.

Então ela era nossa vizinha e eu fui crescendo e vendo Dona Juscelina, vendo ela pegando aquelas crianças, vendo ela com essa festa que ela faz que é uma festa de homenagem aos negros né. Inclusive ela contava quando a gente era criança, a gente gostava de ir pra casa dela ouvir as histórias que ela contava, e ela contava muito sobre a história dela, do tio dela, de quando o tio dela entregou essa festa pra ela lá no Maranhão, daí ela trouxe a festa para o Tocantins. Aí ela contando essas histórias pra mim né, e um dia tava faltando né uma pessoa na bateria daí eu fui bater, e assim, e gostei, e continuei batendo.

Mas aí né, esse gostar por a bateria vem do meu pai também que meu pai é um griô da Comunidade Dona Juscelina, um quilombola seu Conceição Viana da Silva, têm também a tia Cícera que também é uma griô, ela é bastante conhecida aí na UFT, ela já teve aí dando palestras né. Então é assim, a nossa família aqui é muito ligada com a família de Dona Juscelina né porque meus pais conhecem ela desde assim, acho que da década de 60[1960] né, é muito tempo né.

Quando a Dona Juscelina veio pra cá, depois que ela chegou aqui a minha vó chegou também, porque a minha vó era romeira também, então elas vieram tudo lá do Maranhão pra cá. Então primeiro veio um pessoal, acho que segundo veio o pessoal de Dona Juscelina e minha vó já veio acho que na terceira turma. Então minha vó chegou aqui e ficou, e sendo assim vizinha de Dona Juscelina a gente foi criando aquele vínculo né de amizade, e aí meu pai, minha mãe, todos são filhos daqui de Muricilândia né. (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

Na fala da quilombola, percebemos como são feitas as trocas de conhecimento e como um grupo se alia e fortalece o outro. A romaria sempre uniu famílias no antigo norte goiano, e os laços construídos perduram até os dias atuais. Betânia fala da sua proximidade e da proximidade de sua família com a matriarca, fala da importância que a mesma tem para si e para a construção da comunidade, para a realização da Festa 13 de Maio.

A oralidade sempre esteve presente na comunidade e, antigamente, era muito comum que as crianças e os jovens ficassem junto aos mais velhos para escutar

suas histórias e seus ensinamentos, é nesse costume que a tradição é repassada e experienciada por cada um/a.

Betânia ressalta que seu pai é griô da comunidade e que herdou dele o gosto pela bateria e continua falando sobre ao narrar que:

Daí o meu pai era baterista também nas festas de Dona Juscelina, ele batia com o instrumento pandeiro, ele usava muito o pandeiro né na década de 70[1970] 80[1980] por aí, e daí eu não sabia que ele gostava e fazia parte da percussão de Dona Juscelina antigamente né, quando eu descobri depois né, eu com aquela vontade de estar próximo da bateria, de tá batendo aí ele foi e me falou: "minha filha, você têm essa vontade assim mas é puxando pra mim, eu que fazia parte da percussão da Dona Juscelina", daí eu fiquei assim assustada né, e até mesmo assim, eu fiquei bastante alegre né, porque assim, eu percebi que veio assim dele né, veio dele assim né essa vontade de bater eu puxei pra ele, porque até hoje às vezes ele pega um pandeiro né. (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

Compreendemos que, assim como Dona Juscelina herda a festa do seu tio, Betânia herda o gosto pela percussão de seu pai. É com entusiasmo e orgulho que ela narra toda essa trajetória e construção.

Daí eu na época que eu comecei a participar da percussão de Dona Juscelina né, devido o marido dela sentar na porta e aí ele pegava o tambor e colocava lá na porta, e aí eu ainda jovem e ele: "bate aqui Beta pra ver se você aprende", aí eu "me dá aí seu Cristino", peguei, fui começando a bater, a bater até que eu fui me identificando né aí peguei o gosto pela bateria de Dona Juscelina e hoje, assim esse ano não teve a festa né mas ano passado eu participei ainda né, eu era coordenadora da percussão e eu vi que quando eu comecei a participar dessa percussão só era eu de mulher, não tinha mulheres, as mulheres não queriam, e aí só era mais era homem né. Daí eu gosto mesmo é daquele bumbo grande mesmo, do grande, eu gosto é do grande e eu percebi que o ano passado muitas meninas me procuraram, muitas meninas quilombolas, as jovens né quilombola do Quilombo Dona Juscelina me procuraram querendo fazer parte dessa percussão né, diz que achava muito bonito o jeito né que eu participava, que eu batia aí eu: "que bom, que maravilha né que de uma forma ou de outra eu despertei né aquela curiosidade né e aquela vontade assim delas estar próxima ao quilombo, próxima a percussão". (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

Observar e entender o papel que Dona Juscelina desempenha dentro da comunidade, fez com que o desejo de participar ativamente das atividades desenvolvidas na comunidade colocasse Betânia dentro da bateria e com que ela se tornasse coordenadora da mesma, e isso deu possibilidade para que outras mulheres encontrasse nela uma resistência para estar e permanecer nesse lugar, um lugar que tinha em sua maioria homens. Vemos aqui, claramente, um relato do

seu empoderamento que permite que outras mulheres, jovens, adentrem nesse espaço.

Não é só sobre ocupar um espaço. É sobre ocupar e permanecer nele. É sobre abrir a porta para que outras mulheres possam entrar e possam crescer numa coletividade com um processo de fortalecimento na qual uma ajuda/ampara/levanta a outra quando necessário.

A griô Cícera Vieira de Almeida, nascida em janeiro de 1951 na cidade de Guardalupe-Piauí, relata que quando chegou a Muricilândia-TO com sua família tinha meses de vida e que logo sua mãe veio a falecer. Dona Cícera carrega em sua memória detalhes de quando e como iniciou o Festejo da Abolição em Muricilândia-TO, segundo ela:

Quando a Dona Lucelina chegou aqui pra Muricilândia eu tinha mais ou menos meus 12 anos e aí ela chegou com essa comemoração aqui, foi uma novidade, eu já tava lendo, eu conhecia assim um pouquinho só pelo livro, mas quando ela que chegou que começou a conversar e fazer a festa, a comemoração aí eu comecei entender o negócio direito sabe, e depois você sabe né que quando eu fui pro convento eu tava com 17 anos, quando a Dona Lucelina chegou aqui eu tinha 13 anos e aí a gente, era meu pai, era minha mãe, nós todo mundo porque tinha pouca coisa gente né, então a gente era de dentro da festa, da comemoração, a minha irmã ainda foi ser uma princesa ainda, e aí naquela época aí arrumava a princesa em casa, aí vinha aqueles pessoal, aí trazia uma mesa, forrava aquela mesa, aí a gente fazia um leque de papel, e aí fazia aqueles enfeite, aquelas coisa no cabelo e a princesa se abanava sabe, era uma princesa mesmo (ênfase em sua voz), aí vinha aquela multidão buscar a princesa, aí pegava a princesa e botava em cima da mesa aí um pessoal carregava sabe, aquele vestido branco, todo enfeitado, foi muito bonito.

As festas da Dona Lucelina toda vida, quando ela começou que nós participava foi na humildade, que nós não tinha recurso de nada, nada. Pra enfeitar a roupa da princesa e fazer as faixa, fazer a coroa era com aqueles papel de fumo, aquelas carteira de cigarro que dentro tem uns papel brilhoso, pois era aquilo alí que a gente fazia as faixa, fazia a coroa, fazia o leque, enfeitava o vestido com aqueles papel de balinha, era uns papel de balinha assim vermelho, a gente fazia aqueles lacim, enfeitava, era muito bonito, eu achava lindo!

Aí a Dona Lucelina ave Maria, eu considero a Dona Lucelina como uma mãe, uma pessoa importante pra nós aqui, ela foi uma pessoa muito batalhadora, ela chegou aqui não tinha nada nem a estrada daqui pra Araguaína, era só a picadinha, e ela ajudou o fundador, que quando o meu pai chegou ela tava com três mês que ele tinha chegado, e aí ele começou a mexer com política e ela era quem ficava com as moça, ela era que dirigia, que ensinava a fazer aquelas música pra dançar no comício, tocava de sanfona, aqueles tambor feito de coro de viado, era tudo simples mas era muito bom. Ela fazia aquelas música mais a moça e era animado, animado mesmo e aí ela ajudou seu João Paulino a fazer a picada, ajuntou os homens e roçaram, aí depois pediram o carro, aquelas máquina e aí limpavam, foi um processo muito grande, muito trabalhoso, foi muito importante e ela fazia parto, e ela orientava as pessoas.

Toda vida ela foi assim uma pessoa dedicada, prendada assim com o povo e hoje ela já ta velhinha, eu também já tô idosa, magrinha e ela também,

mas ela é aquela pessoa maravilhosa. (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

Além de griô da comunidade, Dona Cícera também é médica tradicional. Ela tem em seu quintal uma diversidade de ervas medicinais que atendem a uma série de doenças e sintomas, como podemos observar na obra de Oliveira (2018, p. 91).

No relato anterior, Dona Cícera descreve como ocorria a ornamentação e confecção da roupa da rainha para a realização da Festejo da Abolição. No capítulo II, mencionamos que o mesmo é realizado na frente da casa da matriarca, na figura 06 compreendemos melhor como se dá essa organização.

Figura 06 – Teatro a céu aberto.



Fonte: Acervo do Neuza/UFT. (2019).

Observamos no canto inferior esquerdo uma mesa e algumas cadeiras onde estará presente a família real, no canto inferior direito temos as/os negras/os que participam da encenação, seguidos do grupo de percussão coordenado por Betânia, depois o grupo de dança Negras Mariamas, vestidas de blusas verdes e saias longas que será apresentado posteriormente, depois temos a encenação de um pé de coco babaçu e ao seu lado esquerdo temos o tronco que consta a data de chegada de Dona Juscelina em Muricilândia-TO (que pode ser melhor observada na figura 04 do primeiro capítulo desta dissertação).

Todo esse cenário, conta com a presença de vários telespectadores que têm o espaço delimitado por meio de uma fita que delimita o espaço de atuação do teatro. No centro da imagem, no espaço do teatro temos a presença de adereços e pertences quilombolas como o pilão, por exemplo.

Sendo este um ritual que encena o acontecimento de assinatura da Lei Áurea em 1888, compreendemos na foto a presença de símbolos que constroem a identidade da comunidade como podemos observar em Santos (2017), uma identidade que é construída através da referência e conquista por um território tanto simbólico quanto concreto (HAESBAERT, 1999).

A quilombola Monaliza foi princesa e esteve presente neste Teatro a céu aberto por mais de uma vez. Em sua narrativa, a jovem quilombola fala de suas experiências e aprendizados ao exercer esse papel.

Apesar da gente entender que, igual a Dona Juscelina tem a visão dela, tem os fatos, que a gente inclusive aprendeu muito desse processo da abolição da escravidão com ela, tem essa característica que a gente aprendeu muito sobre isso com ela. E aí a Princesa Isabel, apesar de ter todas as questões históricas que a gente entende, é de certa forma gratificante porque ela vai escolher.

Pra ela a princesa tem essa imagem muito positiva de bem feitora e tal, então é ela que vai escolher a princesa, ela tinha o cuidado assim de quem ela ia escolher, então acaba que pra quem é escolhida chega a ser uma honra a Dona Juscelina ir convidar você pra ser a Princesa. Ela dá o tratamento todo, é um dia de princesa real.

Não lembro se foi a primeira ou a segunda vez que eu fui que acabou que até a Dona Juscelina ficou zangada comigo porque tem uma questão que o vestido tem que ser branco, porque ele tem que representar toda a pureza, quando ela vai escolher ela escolhe moças virgens, não sei se hoje ainda tá assim, acho que não mas ela escolhia moças que eram virgens, que não eram casadas. E aí uma vez que ela me escolheu eu fui procurar o vestido, é vestido de festa alugado e não achei um vestido branco que me agradasse, que desse, que ficasse bom e ecabei escolhendo um vestido que ele era um begezinho, um begezinho, nudizinho sabe, delicado, eu achei a coisa mais linda e minha tia foi rainha nesse tempo, nesse mesmo dia e ela escolheu um vestido vermelho pra rainha porque geralmente é branco pra princesa e um tonzinho de amarelo pra rainha, aí tava lá eu com esse vestido nude e a tia com o vestido vermelho. Quando a Dona Juscelina viu, ela quase morre do coração, ela: "meu Deus, a princesa não tá de branco e a cor do vestido da rainha". Foi muito engraçado, mais foi, o teatro aconteceu, foi ótimo, ela não brigou assim comigo diretamente né. E aí da outra vez que eu fui, eu já fui com o vestido totalmente branco. (Protagonista Monaliza, 23 anos, entrevista cedida em 23 de outubro de 2020).

Desse modo, entendemos como ocorre o processo de escolha da rainha, no qual o mesmo é realizado pela matriarca da comunidade. Na figura 07 podemos constatar o relato da protagonista.

Figura 07 – Família Real durante o Teatro a céu aberto – 46° Festejo.



Fonte: Acervo do Neuza/UFT. (2019).

Contudo, no dia 15 de fevereiro de 2020 o Sr. Erisvelto, o então presidente da associação da comunidade, promoveu um desfile para a escolha da rainha da comunidade e que a mesma seria a princesa Isabel na festa que se realizaria no mês de maio. No cartaz (figura 08) é anunciado que haverá torneio de futebol e posteriormente, o desfile em frente à casa de Dona Juscelina com a participação de shows e portaria liberada.

Nas ocasiões anteriores sempre foi Dona Juscelina que escolheu a princesa a partir de suas próprias características e requisitos. A promoção de um desfile para a escolha da mesma tende, a princípio, ocasionar a quebra de uma tradição e provoca contrariedade à matriarca, que pôde ser observada e constatada a partir de seus gestos e falas pela pesquisadora durante a realização do evento.

O evento seria realizado no mês de maio de 2020 em que a princesa participaria do teatro que ocorre no dia 13 de maio. No entanto, devido à pandemia da Covid-19 não houve a realização do Festejo da Abolição ou Festa 13 de maio, como também é chamada.

Figura 08 – Evento para a escolha da rainha da CQDJ.



Fonte: SOUSA, E. 2021 (Acervo da pesquisa).

O grupo de dança Negras Mariamas mencionado anteriormente é um grupo composto somente por mulheres que realiza apresentações nas festividades da comunidade. A quilombola Lucilene Gomes do Nascimento, de 34 anos fala sobre o a origem do grupo:

Olha as Mariamas, a gente surgiu, o Manoel Filho surgiu com essa música e até então a gente formou o grupo e eu mais a minha irmã tomemos de conta, dançava, rodava a baiana, era muito bom, até hoje eu tenho saudade. Nós sempre fala que quando nós tiver lá não tem o porque a gente não entrar, que a gente entra mesmo dançando, pulando. as Mariamas é formado sempre por pessoas mais de idade não tem adolescente, agora que entrou umas adolescentes, mas mais era pessoas da raíz.

Então as Mariamas chegou na hora certa dentro da comunidade, hoje quem dirige ele é a minha tia Ana, e até hoje estão lá fazendo apresentações de comunidade, em cidade. (Protagonista Lucilene, 34 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

Ter um grupo de dança formado apenas por mulheres numa comunidade quilombola nortista que tem uma mulher como a maior liderança nos permite compreender e dizer que, apesar de todas as desigualdades e barreiras impostas

pelo sistema patriarcal racista que permeia pelos limites territoriais e sociais desse país as mulheres têm construído seus espaços e lutam por eles todos os dias.

Por inúmeras vezes durante a construção dessa pesquisa e escrita desse trabalho foi mencionado que esta se trata de uma pesquisa em que apenas as mulheres da comunidade quilombola Dona Juscelina são participantes, no entanto, se faz de extrema necessidade evidenciar a contribuição de Manoel Filho Borges para com a mesma.

No primeiro capítulo destes escritos, na figura 02, Manoel Filho compõe junto do Conselho de Griôs a mesa de abertura do 46º Festejo da Abolição que foi realizado na UFT – Campus Araguaína. Na figura 03 o mesmo está ao lado da matriarca Dona Juscelina, agora na comunidade durante o Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola que integra o Festejo. Na fala da matriarca após a figura 03, constatamos que a mesma tem por Manoel Filho muita consideração e confiança.

Nessa perspectiva, compreendemos e entendemos que a luta é coletiva, que ela é um compromisso de todas e todos. A construção da comunidade, do território e da territorialidade que é identidade acontece ao mesmo tempo, numa sintonia que é conduzida pelos saberes tradicionais e que vem sendo repassada através dos séculos e dos continentes.

A jovem quilombola Ludimila, que começou a participar de eventos em instituições federais aos 12 anos, fala um pouco sobre sua trajetória e sua história em face da militância:

É uma história que vem de muito antes, ela vem da África, chega ao cativo, sai do cativo e continua resistindo né, então assim agora com os 17 anos, eu precisei remodelar os modos, não ter o contato com as pessoas tá sendo muito difícil, porém tenho realizado lives a convite de algumas pessoas, de alguns movimentos, de alguns grupos e nesse espaço é interessante que relações de confiança tem sido sustentadas né, porque tive o prazer de lutar do lado de companheiros do MST, do MAB, de movimentos nacionais do movimento estudantil, tanto secundarista como universitário. Então assim são oportunidades que a luta quilombola tem espaço, tem também os movimentos quilombolas que tem a CONAQ que é nacional, tem a COEQTO, tem a Fundação Cultura Palmares que é uma instituição governamental. São lugares que a gente conseguiu alcançar né e quando eu falo "a gente" é porque o Quilombo Dona Juscelina chegou até aí. Eu acho que um espaço assim marcado é a Marcha Lula Livre que aconteceu e que eu tive a oportunidade de estar junto e levar o Quilombo Dona Juscelina, porque a Marcha Lula Livre pedia a soltura de Lula preso e principalmente defendia a democracia que até hoje continua muito, muito, muito frágil né, uma democracia tão jovem porém tão fragilizada pelas forças superiores. Mas assim, são espaços nacionais e aí nesses espaços a gente conseguiu levar o nome da comunidade, o NEAQ, a luta e resistência

desse povo aqui do interior do Tocantins pra o "Brasil de Fato" que é uma rede de notícias, e assim que tem uma relevância bem grande nos movimentos, então assim, sempre foram conquistas e assim participar de encontros, de mesas sempre é excelente, é ótimo.

A luta da Ludimila, ela continua e não tem prazo de validade, é só perpetuar e passar pra outras pessoas e o interessante é que essa luta vai agregando várias pessoas né, a gente vai construindo diálogos, outros jovens se levantam, outras vozes começam a falar, elas começam a revoltar com as condições e assim, a gente luta pra isso e nós precisamos que as nossas crianças deem continuidade, e assim como os nossos mais velhos, os nossos grãos, eles querem e eles entendem que a juventude ocupem seus espaços, a juventude se ocupa de ter o cuidado com as nossas crianças porque precisam ser crianças que cresçam nessa construção de identidade principalmente. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

Vemos nessas palavras um percurso e uma trajetória construída desde muito cedo e o quanto a mesma é importante para a protagonista e também para aquelas e aqueles que vêm depois dela. Ter exemplos e se tornar exemplo de luta, de resistência, ser militante enquanto mulher e mulher quilombola revela na protagonista uma grande liderança.

Como mencionado devido à pandemia da Covid-19 não foi possível realizar o Festejo da Abolição no mês de maio de 2020. No entanto, a comunidade por meio de plataformas digitais e em parceria com instituições e grupos de pesquisa realizou uma *live* no dia 13 de maio (figura 09).

Figura 09 – *Live* realizada pela matriarca no dia 13 de maio de 2020.

O CONSELHO DE GRÃOS CONVIDA A TODOS PARA A LIVE

13 DE MAIO: NOVAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

PALESTRANTE: DONA JUSCELINA

NA PÁGINA DO INSTAGRAM @AFRIKANIDADE

13 DE MAIO DE 2020 | ÀS 19H

COLEGIADO DE HISTÓRIA/ PPGCULT/ NEUZA-UFT

MEDIADORES:

DERNIVAL LUDIMILA

Fonte: SOUSA, E. 2021 (Acervo da pesquisa).

Intitulada “13 de maio: novas estratégias de resistência” com mediação do prof. Dernival²³ e da jovem quilombola Ludimila, a matriarca Dona Juscelina realizou um *live* que teve início às 19 horas da noite pela plataforma digital *instagram* na página @afrikanidade²⁴, contando também com a participação do Conselho de Griôs.

Nesta mesma perspectiva, Ludimila realizou e realiza *lives* por meio de plataformas digitais. Na figura 10, entrevemos dois momentos de fala da quilombola. O primeiro diz respeito ao dia 26 de junho de 2020 com o título “É tempo de nos Aquilombar” realizado pela plataforma *instagram* por meio da página @afrikanidade. A segunda fala se faz acompanhada de outras mulheres quilombolas e foi realizada pela plataforma *YouTube* no dia 17 de julho de 2020, pela página “Ajunta Preta”²⁵ tendo como título “Resistências Ancestrais e Desafios Contemporâneos das Mulheres Quilombolas”.

Figura 10 – *Lives* realizadas pela jovem quilombola Ludimila Carvalho dos Santos.

The figure consists of two promotional posters for live events. The left poster is for an Instagram live event on June 26, 2020, at 20h. The title is "É TEMPO DE NOS AQUILOMBAR" and it features Ludimila Carvalho dos Santos. The Instagram handle is @afrikanidade. The right poster is for a YouTube live event on July 17, 2020, at 19:30. The title is "Resistências Ancestrais e Desafios Contemporâneos das Mulheres Quilombolas". It features Ludimila Carvalho and other women: Maria Aparecida Sousa, Débora Gomes, and Celenita Gualberlo. The YouTube channel is Ajunta Preta.

Fonte: SOUSA, E. 2021 (Acervo da pesquisa).

²³ Dernival Venâncio Ramos Júnior – professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins, atuando na graduação em História, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e Neuz-UF/Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas .

²⁴ Endereço da página: <https://instagram.com/afrikanidade?igshid=u8goqbg0s92t>.

²⁵ Endereço da página: <https://www.youtube.com/channel/UClm-mlumfJT8fKo8fUJKrdg>.

Na *live* do dia 17 de julho de 2020, também participou a quilombola Débora Gomes que faz parte da Comunidade Quilombola Pé do Morro localizada na cidade de Aragominas-TO, a mesma é acadêmica do curso de Química-Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins-Campus Araguaína. Débora é militante e similarmente participa de vários movimentos ligados à questão quilombola e a luta pela terra.

Dona Cícera é conhecida e reconhecida por desenvolver remédios medicinais e no dia 14 de setembro de 2020 realizou uma *live* (figura 11) com mediação da jovem quilombola Ludimila, pela página @afrikanidade da plataforma digital *instagram*. Na ocasião, a griô relatou sobre seus conhecimentos e ervas medicinais e o contexto da saúde quando a mesma chegou em Muricilândia-TO. O evento contou com a colaboração de instituições públicas e privadas e teve como título “Vozes negras do Tocantins”.

Figura 11 – *Live* realizado pela griô Dona Cícera no dia 14 de setembro de 2020.

Live 14/09/2020 às 19h
Canal @afrikanidade

Evento:
Vozes negras do Tocantins
#saúdementaldaopopulaçãonegraimportante!

II Novembro Negro

Convidada:
Cicera Vieira Almeida
69 anos, Griô da comunidade Quilombola dona Juscelina, conhecida e reconhecida por desenvolver remédios medicinais.

Mediadora:
Ludimila Carvalho dos Santos
Secundarista e liderança jovem do Quilombo Dona Juscelina

Reinstituição: UNIVINEP, INSTITUTO FEDERAL TOCANTINS, UFT, SANTA CRUZ, Apoio: CRP-23 Conselho Regional de Psicologia do Tocantins 23ª Região

Fonte: SOUSA, E. 2021 (Acervo da pesquisa).

A necessidade de comunicação, de estar e falar com alguém foi e têm sido supridas pelo acesso e uso de plataformas digitais. A pandemia distanciou forçadamente muitas pessoas e impediu que gestos simples como o aperto de mão e o aconchego de um abraço fossem realizados.

Contudo, novos caminhos foram encontrados e utilizados. As *lives* que foram anteriormente citadas são alguns dos vários e necessários caminhos. A luta da comunidade Dona Juscelina e das mulheres não pararam e não param. Participar e/ou realizar uma *live* é um exemplo e um ato de resistência, contar com a participação das mais velhas e mais novas nestas plataformas é demonstração de união e compreensão pelo conhecimento de cada um. É reconhecer o valor de cada povo, de cada comunidade, de cada pessoa, de cada mulher.

O Festejo da Abolição que conta com a realização do Teatro a céu aberto ocorridos no mês de maio de cada ano são exemplos imensuráveis de territorialidades da comunidade, de construção de identidade. Nesse seguimento, podemos dizer que organizar e realizar *lives* também são exemplos. Existe toda uma preparação e organização da comunidade para que, por exemplo, a matriarca e o Conselho de Griôs realizassem uma *live* contando com a participação de todas/os, cada um em seus lares respeitando as medidas de segurança.

A voz da mulher negra e quilombola chega agora, por meio da tecnologia, a vários lugares e perpassa por inúmeras significações e construções, não que não chegasse antes. Além da sua voz, também sua imagem como sinônimo de resistência.

São as trajetórias de cada uma que fortalece todas do grupo e/ou da comunidade, são os exemplos que fazem com que cada uma lute por toda uma coletividade e em benefício de uma conquista mais ampla.

As conquistas e os direitos de cada uma têm sido freados quanto ao uso da terra. Ter acesso e uso de seu próprio território foi um direito retirado de todas/os da comunidade há algum tempo. Contudo, existe uma luta perante o Estado para que o território ancestral seja devolvido para a comunidade. Nessa perspectiva, observaremos e compreenderemos o papel das protagonistas femininas do Quilombo Dona Juscelina na luta pela terra no item que se segue.

3.2 Território ancestral e a luta feminina

Dandara de Palmares, Anastácia, Aqualtune, Zeferina, Acotirene, Tereza de Benguela, Maria Aranha, Zacimba Gaba (DEALDINA, 2020) e tantas outras são exemplos de mulheres que lutaram por si, por suas companheiras, por seu povo, por

sua comunidade. Essas e tantas outras que já se foram deram suas vidas em luta pelo direito a vida, à vida com respeito e dignidade.

A luta pela terra, desde sempre, no território brasileiro foi acompanhada de violência, violação e mortes. Com o passar dos anos, essa luta vem passando por remodelações e o cenário dos grupos minoritários e marginalizados continua o mesmo, em alguns casos têm se agravado mais ainda.

A história dos Quilombos no Brasil é referenciada pelo viver em partilha, compartilhando os saberes e o território, promovendo assim um uso coletivo da terra (DEALDINA, 2020). E foi isso que aconteceu no quilombo Dona Juscelina até que chegassem de outras localidades fazendeiros munidos de documentações duvidosas que puseram fim, por este momento, à coletividade existente. Então, outra coletividade foi criada: a luta pelo território ancestral.

Dealdina (2020, p. 27) aponta que:

Os territórios quilombolas vêm resistindo ao longo dos anos a um quadro de total abandono no que diz respeito a políticas públicas, sem acesso a saneamento básico, direito de moradia adequada, políticas de educação escolar quilombola ou saúde.

A luta pelo território agrava ainda mais esse cenário. De acordo com o Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003), o Instituto Nacional de Colonização para Reforma Agrária (Incra) é o órgão encarregado por outorgar titularidade aos territórios quilombolas. O processo se inicia quando a comunidade já está munida da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescente de Comunidades de Quilombos emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), e encaminha para a Superintendência do INCRA do seu estado uma solicitação de abertura de processo para que tenha seu território regularizado.

O INCRA então, efetuará um estudo dando início a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território, depois o mesmo será divulgado e a comunidade poderá fazer suas observações e contatar o órgão e, posteriormente, depois de atendidas as eventuais solicitações publicará uma portaria de reconhecimento que delimita o território quilombola publicamente.

Existe no Brasil mais de 6 mil quilombos, alguns certificados pela FCP, outros titulados e muitos outros com processos abertos no Incra aguardando os passos que regularizam seus territórios. Percebemos que este é um processo de extrema importância para as comunidades quilombolas em geral, ele é necessário e

exaustivo. Dealdina (2020, p. 29) enfatiza que “no papel, é um processo impecável; na prática, é uma burocracia sem fim”.

Já se tem uma década que o Quilombo Dona Juscelina recebeu a certificação pela FCP e logo iniciou o processo de aquisição do seu território ancestral junto ao INCRA. O mesmo ainda não tem seu território instituído, mas vem passando pelo processo de identificação, delimitação e demarcação (OLIVEIRA, 2018).

As mulheres sempre têm estado presentes nestas ocasiões uma vez que:

Nós, mulheres quilombolas, temos um papel de extrema importância nas lutas de resistência, pela manutenção e regularização dos nossos territórios. No quilombo ou na cidade, temos sido as guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, das filhas e filhos, das e dos grãos, da roça, das sementes, da preservação de recursos naturais fundamentais para a garantia de direitos.

Nos quilombos, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos às e aos mais jovens pela oralidade. A mulher quilombola tem um papel fundamental na transmissão e na preservação das tradições locais; na manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, na culinária e nas festas. São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiências (DEALDINA, 2020, p. 37).

Sem nenhuma dúvida, as festas da comunidade Dona Juscelina têm em sua liderança uma mulher que carrega saberes que ultrapassam cidades, estados e continentes. A fala da jovem quilombola Ludimila corrobora com essa afirmativa.

Realmente as mulheres estão em todos os espaços, é bem visível no Festejo né, porque às vezes a gente não fica ali e tal, lá em cima do palco, aquela coisa, mas se você precisa de uma informação é uma mulher que vai te dar e se você procura um homem ele vai chamar uma mulher pra te informar. Então é sempre assim, são as mulheres que alimentam, são as mulheres que organizam a questão da ornamentação, tudo tem a participação feminina, não tem como desvencilhar uma coisa da outra. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras (Conaq) foi criada em 12 de maio de 1996 no Quilombo de Rios das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia (DEALDINA, 2020). A sua existência tem permitido que várias vozes fossem escutadas nos mais diversos e necessários lugares.

Durante uma audiência realizada no dia 10 de julho de 2019 na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no Maranhão, referente ao território quilombola de Alcântara, a coordenadora executiva da Conaq Célia Cristina Pinto, exteriorizou sua indignação:

[...] nós existimos porque nós resistimos. E essa resistência que nós trazemos conosco é de nossa ancestralidade, é dos nossos territórios, é de lá que nós tiramos resistência, por isso não vão dizer que eu, morando em uma agrovila, estou mais feliz do que no meu território (DEALDINA, 2020, p. 35).

O território é parte indispensável para a comunidade. Desde o fim do período escravocrata no país, a população negra vem lutando pelo direito de posse e uso do mesmo. Desde os griôs aos mais jovens, passando de geração para geração, a luta continua e nessa luta as mulheres têm se colocado cada vez mais em posições de destaque lutando pela comunidade.

Nessa amplitude, os relatos a seguir narram um pouco de como ocorreu e ocorre todo esse processo na comunidade, destacando a participação das mulheres a cerca dessa construção.

Aqui, graças a Deus a Dona Lucelina, o Manoel faz reunião e a gente tem lutado, mas tá assim tão devagar. Nós tem ali, tão fazendo uma sede pros quilombolas, o Velto [Erisvelto, atual presidente da ACQDJ] mas as terra nós nunca conseguiu, porque é difícil né pra gente conseguir essas terras, é muita democracia né, mas a gente tá na luta, a gente num perde a fé não. Nós já temos recebido muita visita, veio pessoal que mexe com as terra. Veio um rapaz, ele já veio aqui na minha casa umas duas vez, aí ele veio gravou eu falando negócio das terra aí é onde o Manoel, nós sempre fazendo as reunião, ele falou nas reunião, mas tá difícil, ta devagar. (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

Dona Cícera assinala que tanto a matriarca Dona Juscelina quanto o quilombola Manoel Filho realizaram/realizam reuniões com a comunidade a respeito das etapas do processo que é realizado pelo INCRA.

Eu acho que as mulheres são as que mais participam porque é um território aonde a gente ta correndo atrás e na nossa comunidade tem muitas mulheres assim guerreira, que querem trabalhar com hortas né, então elas têm projetos muito bom assim pra ser desenvolvido né, todas né através das hortas.

Então as mulheres, tem algumas que já estavam já sonhando né e correndo atrás, inclusive teve umas que procuraram até o Manoel Filho né porque elas falaram assim que tava demorando bastante né, que viu que com esse presidente novo as coisas não estavam caminhando né e aí elas procuraram o professor assim pra perguntar o motivo dessa demora né, só que ele falou: "não, mas com essa pandemia né, com essa pandemia tudo ficou mais difícil então é aguardar, é esperar né".

Mas assim eu vejo que as mulheres, quando elas querem e correm atrás sim, inclusive pra mexer com horta né. (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

Fica evidente nesse relato da quilombola Betânia que o processo demora bastante e que durante todo esse tempo planos são traçados para que possam ser executados posteriormente.

Quando eu era presidente, o Hebert foi lá pra medir a terra, a gente viu o mapa todinho da comunidade mas chega certo ponto que alguns fazendeiros sei que não vão medir esforço pra não ter que dá essa terra pra comunidade, a área quilombola é bem grande, bem grande e eu acho que da maneira que for possível, se as mulheres, o quilombola enfrentar isso de cara a cara, botar a cara pra sofrer, vamos sim, mas é com muita luta. É muita coisa, o mapa todo, é muito pedacinho de terra de muitos fazendeiros, agricultores e muitos ali não vão querer ceder os que eles têm entendeu, a não ser que o INCRA chegue a conversar, negociar um negócio bem resolvido, mas pra isso precisa a comunidade erguer a cabeça sabe e enfrentar, mas poucos, assim na comunidade é poucos que falam "eu sou quilombola e vou lutar por isso", outros tem medo né, aí nisso enfraquece a comunidade. (Protagonista Lucilene, 34 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

A neta da matriarca, Lucilene, esteve na presidência da ACQDJ durante os anos 2017 a 2018. Observamos que a comunidade têm dúvidas sobre a efetivação da titulação por parte do INCRA, e que o medo também faz parte da comunidade mas a luta continua e muitas mulheres, principalmente, têm levantado essa bandeira.

As pessoas que correm mais atrás são mulheres, querendo ou não, é a gente que tá lá na frente. Dona Juscelina, com aquela idade, vai, busca e tem uma força que ela têm assim no coração dela mesmo de ter o que foi tomado da gente de volta. Então são mais as mulheres que buscam isso, eu acho que colocando cada dez pessoas que buscam, nove são mulheres, porque homens são muito pouco mesmo nosso presidente hoje sendo homem. (Protagonista Maria Idelvânia, 18 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

A jovem quilombola e acadêmica do curso de Biologia da UFT-Campus Araguaína, Maria Idelvânia Ferreira Tupinambá, faz parte da comissão organizadora do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes, nascida em abril de 2020. Percebemos em sua fala a admiração que a jovem tem pela matriarca, relata que a idade não impede que Dona Juscelina lute pelo seu território e reafirma que as mulheres têm grande contribuição nessa luta que é de todas e todos.

Na realidade, eu acho que as mulheres sempre estiveram presente nessa luta pelo território, enquanto tudo acontece é elas que estão ali mesmo no silenciamento, no apagamento que ocorrem mas elas sempre estão aí. E aí essa luta se inicia lá na expropriação das terras na década de 60[1960] porque as mulheres eram quebradeiras de côco, elas conheciam o babaçu

como fonte de sustento né. Então as mulheres eram lavadeiras, as mulheres colocavam roças e assim, se desvencilhar dessa terra foi um processo sofrido, e eu tenho certeza que elas resistiram porque elas nos contam isso.

Então assim, desde lá elas tem resistido à não venda, à não obrigação da venda pra os grileiros e fazendeiros, a resistência na questão de eles chegaram aqui com documentos dizendo que as terras pertenciam a eles.

As mulheres sempre estiveram presentes e também agora no processo de demarcação territorial que a gente está desde 2010 e assim, que vem bem antes dessa luta que foi e que é e que tá sendo travada pelas mulheres no Quilombo Dona Juscelina.

São as mulheres as principais responsáveis por falar: " não pera aí, em tal lugar a gente quebrava babaçu em grupo", "pera aí, em tal lugar a gente passava pra ir a Araguaína. A casa de fulano era aqui. A cumade, ela colocou roça em tal lugar". Então as mulheres tem esse papel efetivo na construção da cartografia social, e no reconhecimento de onde elas pisaram, de onde tem esse vestígio, se morou um quilombola ali, de onde era a terra da comadre, do cumpadre.

Nós tivemos diversas pessoas aqui que contribuíram muito pra isso, principalmente as parteiras né, porque as parteiras elas percorreram esse território de "cabo a rabo" fazendo os partos de nossas mulheres e trazendo as nossas crianças ao mundo.

Então assim, Dona Juscelina nos seus 583 partos, ela percorreu todo o território principalmente. Então ela sabe onde era a casa de cada pessoa, onde ela ia e passava semanas, meses. Então assim, é lembrar que essas mulheres, elas tem história.

Às vezes, é tão tanto que a gente se diverte sempre nesses espaços de Encontros de Gríôs onde tem o reconhecimento, fala: "pera aí, então vamos fazer uma mapa aqui onde era a casa de fulano de tal, como era a igreja", as mulheres dão em riqueza de detalhes essas informações.

Então é sempre muito gratificante elas falar onde tinha roça, onde pilava o arroz, até onde a vazão do rio chegava, até onde não chegava e elas dão datas, elas dão dias e horas precisamente e assim, as vezes os homens ficam chateados porque eles querem porque querem ter toda razão, mas não é assim que acontece e elas comprovam, falam: "pera aí, tem um pé de manga ali e lá naquele pé de manga sei que morou tal pessoa porque foi lá que eu tirei uma entrecasca do pé de manga pra fazer uma garrafada". A gente vai lá e ainda tem marcas que aquele pé de manga foi utilizado por aquela mulher. Então assim, elas comprovam e elas tem certeza do que dizem.

Na construção da cartografia, os jovens e as jovens tem ocupado esses espaços junto aos mais velhos e as mais velhas e assim as mulheres têm tido presença efetiva nesses espaços, mesmo aquelas que relutam em falar por medo de não serem ouvidas, elas têm se empoderado bastante pra falar, o que é muito gratificante.

Enquanto os jovens estão lá fingindo que desenham bem, desenhando os morros, desenhando o rio, desenhando as ruas, desenhando os "trieiros", desenhando os babaçuais, elas principalmente que nos dão norte, nos guiam por esse território que a gente sonha e principalmente luta em ocupá-lo novamente. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

A riqueza de detalhes que as mulheres são capazes de apresentar e a forma que Ludimila fala deles e sobre eles, revela que é muito mais que ser quilombola e desejar seu território ancestral novamente.

A mulher quilombola nesse momento é detentora de um saber e uma vivência que nem mesmo o tempo consegue apagar. Ele está circunscrito na casca do pé de manga, no coco babaçu que foi quebrado, na criança que nasceu, no peixe que pescou.

A magnificência do relato que a jovem quilombola Ludimila apresenta vem de encontro com a fala de Dealdina (2020) quando ela ressalta o papel da mulher quilombola dentro da comunidade e também em outros espaços. Nessa perspectiva:

As mulheres quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão registradas as estratégias de luta e resistência nos quilombos, os conhecimentos guardados e repassados de geração em geração. São diferentes formas de produção do conhecimento, através de uma diversidade de saberes, incluindo conhecimentos tradicionais e científicos. Dentre os papéis que desempenham está o de guardiãs da pluralidade de conhecimentos que emergem e são praticados nos territórios quilombolas (SILVA, 2020, p. 54).

As mulheres quilombolas não só são guardiãs da memória coletiva, elas são também memórias coletivas. Por onde passam carregam consigo uma trama de observações, indagações e conhecimentos.

Cada uma exerce um papel fundamental no contexto da comunidade e encontram dificuldades particulares que em conjunto vão sendo ultrapassados. No tópico seguinte, encontraremos alguns relatos sobre suas dificuldades, seus enfrentamentos a respeito do papel que exercem no quilombo, como também relacionados aos contextos sociais e raciais nas esferas públicas e privadas.

3.3 Existência e resistência: re-existências

Toda ação desempenhada que visa à existência e permanência de povos tradicionais em seus territórios e em suas terras no Brasil é acompanhada de muitos enfrentamentos, é uma luta árdua e nunca foi arrefecida em detrimento daqueles ou daquelas que compunham a linha de frente.

Mulheres, idosos/idosas e crianças por muitas vezes já estiveram e por muitas outras estão na linha de frente ou linha de fogo durante confrontos que querem lhes tirar o pouco que ainda têm. Destarte, “em uma sociedade capitalista alicerçada no sistema patriarcal, os negros, as mulheres e as crianças são as

maiores vítimas dos desdobramentos das desigualdades sociais” (MENDES, 2020, p. 62).

Apesar de estarem no ativismo lutando pelo direito de estar ali e também pela manutenção dos direitos da comunidade, muitas vezes essas mulheres se cansam, se frustram e precisam de um novo fôlego para se colocarem novamente na luta (MENDES, 2020).

Mesmo quando estão ausentes elas estão presentes. O ativismo da mulher quilombola é construído em uma rede que se inicia no seu espaço interno, estende dentro da comunidade e algumas alcançam os espaços estaduais e nacionais. Para se colocarem em cada um destes, elas enfrentam desafios das mais diversas amplitudes como enfatiza Mendes (2020, p. 60):

[...] as mulheres quilombolas assumem a postura de grandes protagonistas em defesa dos direitos coletivos constantemente violados, sendo aguerridas nesse propósito. Em muitos casos, essas mulheres têm de enfrentar violências interpessoais, sejam em espaços domésticos ou públicos.

A protagonista Lucilene Gomes que esteve na presidência da ACQDJ durante os anos 2017 a 2018 relata um pouco sobre as suas dificuldades enfrentadas:

Assim que eu entrei, minha vó sempre incentivando pra mim entrar como presidente, até então entrei. Achei muito bom sabe, você se senti assim empoderada de tudo sabe, uma pessoa que sabe mas a gente enfrenta alguns desafios que leva você a desistir sabia, assim, preconceitos porque a gente é mulher, principalmente de certos homens né, não aceita você tá ali comandando em alguma coisa. [...] Mas eu achei muito bom, uma época muito boa, mas a gente às vezes quer fazer algo mais né. (Protagonista Lucilene, 34 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

É evidente que apesar das dificuldades encontradas no âmbito privado da sua comunidade, a mulher se sente motivada a continuar na luta sempre buscando por melhorias. Já Betânia traz em seu relato enquanto mulher coordenadora da percussão da comunidade uma inteligente estratégia de resistência ao dizer que:

*Eu não encontrei assim nenhuma dificuldade, porque assim **eu não me importava**, o pessoal ficava assim assustado "aí mas por que uma mulher né, uma mulher ficar na frente" e eu ficava era na frente mesmo né, era no bumbo aquele maior e aí assim, eu me identifiquei, gostei e falei: "eu quero bater é esse aqui" e fui me aperfeiçoando e aprendendo né e assim então pra mim, eu num achei nenhuma dificuldade não entendeu, eu encarei mesmo viu.*

Assim, eu queria ajudar o Quilombo né, eles não estavam encontrando e aí eu por ser uma quilombola eu pensei: "por que não né, eu num arriscar" e fui, e gostei, e fiquei. (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020, grifo nosso).

Existe uma luta maior, cada mulher quilombola tem uma luta individual e a enfrenta arduamente porque existe uma luta que é bem maior e a união e perseverança de cada uma fortalece todo o grupo, toda a comunidade. *"Quilombo é união, é todo mundo se unir"* (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

A protagonista Monaliza afirma que tanto a presidência feminina quanto as lideranças femininas sempre foram muito presentes na comunidade, mas ressalta que atualmente na sua visão:

As mulheres têm perdido um pouco, tem tido que lutar pelo o espaço delas, uma coisa que antes elas poderiam se dedicar bem mais a luta pela terra, apenas as outras demandas e agora a gente tá tendo que lutar pelo o espaço nosso dentro da própria comunidade. (Protagonista Monaliza, 23 anos, entrevista cedida em 23 de outubro de 2020).

Os relatos apresentados que colocam em pauta o papel de coordenadora de percussão de uma mulher, que deslegitima a autoridade que o cargo de presidência lhes atribui e, que faz com que a mulher tenha que lutar por um espaço que é seu dentro da sua própria comunidade evidencia várias tentativas de invisibilização de suas trajetórias. Nesse seguimento:

Ao assumirmos posições de liderança, nos tornamos uma vez mais alvos do machismo, expostas a mais cobranças, críticas e ameaças. Contudo, apesar do papel que exercemos e dos riscos que corremos, nossa invisibilidade é gritante. Quando se fala em quilombo, pouco é dito sobre as mulheres quilombolas, apesar de a maior parte dos quilombos ser liderada por elas. Essa invisibilidade da presença feminina no quilombo se transpõe para os outros espaços que frequentamos, por exemplo as universidades, lugar em que as mulheres quilombolas enfrentam diversas dificuldades (SOUSA; LIMA; SOUSA, 2020, p. 91).

Mesmo com todas essas dificuldades as mulheres quilombolas seguem resistindo, conquistando e ocupando seus espaços. Elas encontram naquelas que vieram antes delas uma força para se manter de pé como afirma a jovem Ludimila ao dizer que *"[...] a gente continua a resistir e a gente continua a sustentar e principalmente tomar as rédeas da comunidade que de uma forma ou de outra, a*

partir de Dona Juscelina e da liderança dela, que nasce, que revigora as lideranças puras” (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

A griô Dona Cícera fala de sua dificuldade em falar em público. A quilombola se refere a Festa 13 de maio na qual é convidada a fazer uso da palavra e narra acontecimentos inconvenientes de algumas pessoas em detrimento ao seu jeito simples de falar. Em sua narrativa diz que “[...] no dia da Festa não deixa de não ter aquelas pessoas que fica rindo, aí fala: “óia como é que ela fala, óia gente”, mas eu não me intimidei com isso [...]” (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

Contudo, Dona Cícera entende e compreende o valor de sua fala e sabedoria, repassa aos jovens esses valores e os incentivam a ocuparem esses espaços e lutarem por seus direitos. Além de ser mulher negra e quilombola, Dona Cícera também é griô e destaca que: “eu recebi esse cargo muito contente, porque uma coisa é que eu gosto muito de conversar, de falar e outra eu vivi muitas coisas, e por onde eu andei eu tenho muitas histórias” (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

Os saberes da comunidade são repassados pela oralidade de geração para geração e Dona Cícera como griô, é guardiã desses saberes que em momentos oportunos são repassados aos mais jovens. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas ela diz que:

O lado bom é que eu não abaixei a cabeça. A Dona Lucelina no dia da festa dela ela sempre gosta de me chamar pra falar junto com ela, aí a primeira vez que eu subi eu fui mesmo bem pra perto, que eu gosto de falar é perto do povo, oiando pro povo e aí eu, tava o prefeito, tava o pessoal importante da cidade né e o Manoel escolheu nós, aí eu falei eu tenho que mostrar a minha sabedoria pro povo, eu subi pro palanque e falei, falei mesmo, aí quando eu terminei de falar dessa vez eu não vi ninguém cochichando. Eu falei mesmo foi com muita vontade, mostrar pro povo que o que eu tava falando num era mentira, que eu tenho muita experiência de vida e aí quando eu terminei de falar a Dona Lucelina me abraçou, o prefeito falou assim: “Dona Ciça, a senhora falou muito bem”, o Manoel falou: “Ciça, tu ta pior que os político, tu falou ótimo!”, eu falei: “num posso fazer vergonha pro nosso povo de Muricilândia, nós somos umas pessoas humilde, nós tem que mostrar o nosso saber, a nossa experiência, tudo é coisa boa, importante pra vida”. (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

A preocupação em transmitir os verdadeiros valores de sua comunidade são claramente identificadas na fala da griô, assim como o desejo pelo respeito daqueles que fazem parte da comunidade e participam dos eventos que são por ela

organizados. Nesse seguimento de transmissão de saberes e fazeres, a griô que detém conhecimentos de ervas medicinais ressalta que:

O meu pai era benzedor, ele benzia de arca caída, ele benzia de dor de cabeça, ele benzia sabe, e ele ensinava os chá e eu ficava observando, eu sempre gostei de ficar perto dos idosos. Eu ficava perto dos idosos observando e aí eu fui aprendendo. (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

Percebemos assim a trajetória do conhecimento sobre as ervas medicinais de Dona Cícera, assim como a trajetória do gosto pelo grupo de percussão de Betânia que é herdada de seu pai.

Os relatos enunciam e denunciam diversas barreiras que são levantadas quando a mulher se coloca em papel de destaque. Temos uma relação de interseccionalidade que enrijece ainda mais o caminho da mulher, negra, quilombola, nortista que exerce função participativa seja nas questões políticas ou não de sua comunidade.

Na maioria das vezes, o cenário patriarcal e racista que configura essa nação, apaga, invisibiliza e silencia grande parte dessas mulheres. São acontecimentos que permeiam dentro de seus lares, de suas comunidades, de seus estados. O nosso país perpetua uma série de “maus costumes” e uma delas é o fato de tomar para si uma conquista alheia.

As mulheres quilombolas são guerreiras. Elas fundam e organizam comunidades, lutam por suas terras e territórios e, na maioria das vezes, são matriarcas de suas comunidades. Em muitos dos casos, elas são tidas como incompreensíveis quando se trata de assuntos específicos e são colocadas como ineficientes em algumas construções. Contudo:

No movimento quilombola, **as mulheres ainda ocupam um lugar de minoria em relação ao reconhecimento público e ao destaque dado ao seu engajamento**. O movimento quilombola, embora apresente suas particularidades, não deixa de ser um local de atuação política inserido numa sociedade em que o protagonismo de mulheres em ambientes de poder não é comum. As mulheres que se destacam em nossa sociedade ainda são minoria num universo povoado por homens (ANDRADE; FERNANDES, 2020, p. 119, grifo nosso).

O processo de luta pela terra da comunidade Dona Juscelina, como foi apresentado nos relatos anteriormente, revelam e destacam que as mulheres são “peças” importantíssimas para a construção e manutenção dessa luta, pois elas são

detentoras de uma riqueza de detalhes que promovem veracidades a cerca de suas falas e conhecimentos.

Nesse sentido, Valéria Pôrto dos Santos que é mulher quilombola do Quilombo Pau D'arco e Parateca, em Malhada, Bahia defende que:

Muitas vezes, a formação política de base, aplicada no dia a dia de tantas comunidades, não evidencia o protagonismo das mulheres. Por isso, nas nossas escritas afirmamos e reafirmamos que existimos. O grito ecoa de todas as partes, lembrando que o quilombo existe, que o Brasil também é quilombola e que nossa voz é negra. Uma voz ressoada por mulheres negras e quilombolas (SANTOS, 2020, p. 130).

Nessa perspectiva, a voz que ressoa do Quilombo Dona Juscelina é feminina, negra, quilombola e vem de uma trajetória que perpassa do cativeiro para uma herança cultural de festejo do dia da assinatura da Lei Áurea carregada de saberes e fazeres construídos a partir de uma liderança feminina que permite o afloramento de muitas outras.

O espaço que o corpo feminino habita é um território de disputa assim como a luta por sua terra e seus territórios ancestrais. A permanência do corpo em um espaço por ser feminino, negro e quilombola triplica a luta de cada protagonista dessa pesquisa e de muitas outras mulheres. Além de lutarem por suas terras, essas mulheres lutam primeiro pelo território de sua existência.

Com ou sem território físico instituído, as quilombolas do quilombo mencionado diversas vezes, criam seus próprios territórios e suas próprias territorialidades. Reconstroem, resistem e reinventam-se dentro de cada necessidade.

Atentas as mudanças de cada tempo, as mulheres quilombolas não se calam e quando são silenciadas, o silêncio de suas vozes ecoa por outros meios de comunicação em que outras escutarão e lhes serão solidárias. Um exemplo desse ecoar por outros meios são as *lives* realizadas pela comunidade ou com representantes da comunidade nesse tempo de isolamento e distanciamento social.

Toda essa construção para estar, ocupar e permanecer tanto na esfera pública quanto na privada, permite a reconstrução e a reafirmação da identidade dessas mulheres. Permite que elas tenham, apesar de todas as mazelas, um lugar e um território no qual possam se reconstruir e se afirmarem enquanto mulheres quilombolas.

Nessa amplitude, os relatos seguintes das protagonistas expressam os sentimentos, as compreensões e as angústias no que diz respeito “ser” quilombola.

A griô Dona Cícera afirma que: “*ser quilombola, pra mim é um orgulho, é uma honra [...]*” (Griô Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020). Nessa mesma compreensão, a protagonista Betânia relata que:

Pra mim é uma honra ser quilombola, amo, defendo a minha cor mesmo, a minha raça e participar do Quilombo Dona Juscelina é tudo de bom [...]. Eu fui crescendo ouvindo as histórias dela, vendo as histórias dela, participando das histórias dela porque eu sou vizinha [...]. Ela foi uma das primeiras moradoras que chegou aqui então ela já ajudou muito né, então pra mim agora é uma honra poder estar contribuindo com ela, ajudando ela nesse momento que ela mais precisa porque no passado eu vi que ela ajudou muito, muito, muito, muito mesmo as pessoas, ela não tinha horário dela levantar e sair de madrugada com a lanterninha, uma vela, uma lamparina, antigamente era lamparina, com chuva e aí ela ia nas casas, fazia os partos, da minha mãe mesmo. Então pra mim, ser uma quilombola de Muricilândia é com muito orgulho né e fico mais orgulhosa ainda de ter contribuído bastante né com o Quilombo, de ter ajudado, fazer parte dessa bateria dela, dessa percussão. Então pra mim, isso é uma honra viu. (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

Nesse relato, a quilombola fala sobre o papel que a matriarca exerceu e exerce na comunidade com muita admiração e respeito, reconhece que participar ativamente das atividades que são desenvolvidas na mesma é uma forma de dar seguimento a toda a trajetória de Dona Juscelina, assim como podemos constatar no relato seguinte:

Ser quilombola pra mim é preservar a raiz né, a família, todo sofrimento que constantemente já passamos na vida né. Minha vó mesmo, o tio da minha vó, minha família já foi escravo. Então minha vó sempre fala que quando ela morrer ela quer entregar pra uma das filhas que ela criou ou qualquer uma da família, porque ela nunca quer deixar essa raiz morrer né. Então pra mim é isso, preservar, lutar e nunca desistir de ser quilombola. (Protagonista Lucilene, 34 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

É evidente que existe uma preocupação por parte da matriarca em relação à continuação do festejo que ela herdou de seu tio. A matriarca deseja que, quando ela se tornar ausente fisicamente, outra pessoa da comunidade que tenha tido um vínculo mais próximo da mesma se torne responsável pela sua realização. O Festejo da Abolição é uma característica singular presente na formação identitária da comunidade.

Nesse sentido de prosseguir com as tradições da comunidade, a protagonista Monaliza reforça que:

Ser quilombola pra mim é ser uma pessoa que reconhece toda a luta e toda a grandeza dos seus antepassados, dos antepassados diaspóricos, dos antepassados na África.

Ser uma pessoa que reconhece e que assume essa mesma grandeza, essa mesma luta. Pra mim ser quilombola é isso. (Protagonista Monaliza, 23 anos, entrevista cedida em 23 de outubro de 2020).

A jovem protagonista Maria Idelvânia ao falar sobre o que é ser quilombola relata algumas situações do seu cotidiano em que sua identidade é questionada e sua luta deslegitimada.

Eu já não sei o que não é ser quilombola, então pra mim, é ser o que eu sou hoje, de chegar nos espaço e às vezes sentir uma opressão por causa de tom de pele, de ser sempre a esquerdista, de ser sempre a militante, até pra família mesmo, (minha família paterna não é do quilombo, a minha materna é), então pra minha família paterna eu sou a esquerdista, a militante, a da bagaceira, a que corre atrás de protesto, tumulto, essas coisas.

Então ser quilombola pra mim é poder buscar igualdade mesmo. Eu sair, eu chegar no encontro de família com a minha camiseta enorme e querer fazer meu "joãozinho" ninguém pensar que eu sou a doida da família.

Ser quilombola pra mim é ser normal eu chegar num lugar tranquilamente com meu saião, com meu cabelo que, querendo ou não a gente mesmo sendo de uma comunidade pequena a gente sofre muito preconceito por parte de quem não é quilombola e às vezes é e não se aceita, não aceita o próximo.

Ser quilombola pra mim é se reunir, eu, minha vizinha, minha mãe, tia Ciça pra conversar aquela conversa boa, aquele se sentir em casa, se sentir entre os seus.

Ser quilombola pra mim é isso, porque eu não sei o que não é ser quilombola pra colocar assim na ponta do lápis, ou então saber explicar o que não é ser. Então pra mim, é ser o que eu sou. (Protagonista Maria Idelvânia, 18 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

Existem vários momentos desafiadores que tentam enfraquecer a construção da identidade da comunidade dentro e fora dos espaços do quilombo. Contudo, estar junto das pessoas que ocupam cargos de lideranças, aprendendo com seus saberes e compartilhando suas angústias possibilita a resistência e a reexistência.

Ser quilombola pra mim é principalmente ter essa base, lembrar da ancestralidade, é viver o presente principalmente aconselhado e embasado pelo passado que nos rege, que nos mantém de pé e assim de olho pro futuro que são nossas crianças. E assim, ser quilombola do Quilombo Dona Juscelina, dessa comunidade que trás o nome de uma mulher forte, de uma liderança política, religiosa, e principalmente que lidera vidas, essas 236 famílias e essas mais de 800 pessoas quilombolas e a influência que ela exerce no município de mais de 3 mil habitantes, no Estado, e em toda

nossa região é assim, falar: "pera aí, nós somos mulheres quilombolas e precisamos ocupar os espaços que nos cabem e os que não cabem também e nós existimos, principalmente".

Então ser quilombola pra mim é principalmente isso, é não jamais esquecer das nossas raízes e permanecer, perseverar e exercer tudo que a gente aprendeu com os conhecimentos, os saberes e fazeres dos nosso grãos, dos nossos avós, das nossas mães, dos nossos pais é o mais importante. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

Na fala acima, a jovem quilombola ressalta novamente a importância de ter uma continuidade das lutas, dos saberes e das trajetórias de seus antepassados. A juventude e, principalmente as mulheres que compõem as narrativas anteriores, compreendem a necessidade e o valor que sua comunidade detém. Essas mulheres sabem e ressaltam sempre que possível e necessário que os seus saberes são coletivos, que são uma comunidade.

Suas vozes transpassam as paredes de suas casas, os espaços de suas comunidades, os limites de suas cidades, municípios e estados. As vozes das lideranças do quilombo Dona Juscelina são femininas e negras, marcadas pelo embate diário físico e emocional/sentimental. As lutas são cansativas e demandam tempo e engajamento, participação em vários eventos, reuniões, congressos, seminários etc.

Nesse sentido:

Os povos tradicionais têm insistido e resistido. Na sua luta pela terra têm preservado suas culturas, seus direitos e seus territórios. Ao mesmo tempo que o conhecimento tradicional aspira à simplicidade e à generalidade, há nele uma sabedoria profunda atenta ao detalhe e à singularidade de cada experiência. São esses povos que têm dado exemplos contundentes de como permanecer existindo e resistindo. Uma lição extremamente valiosa em tempos de retrocesso, quando os efeitos de uma sociedade excludente se revelam de forma tão exacerbada. Onde há vidas, há um povo de saber único que quer viver e reviver! (ALMEIDA, 2020, p. 154).

Cada atividade que o quilombo realiza, cada símbolo presente na comunidade, cada trajetória que construiu e constrói a comunidade Dona Juscelina são exemplos de resistência, de ressignificações, de novas leituras e lutas travadas. Nessa comunidade que tem uma matriarca, o conhecimento tem sido repassado para outras mulheres e muitas outras, como já mencionado, também são líderes dentro de seus respectivos espaços.

A figura 12 permite uma leitura de como ocorre à organização das mulheres dentro da comunidade a partir dos direcionamentos da matriarca Dona Juscelina.

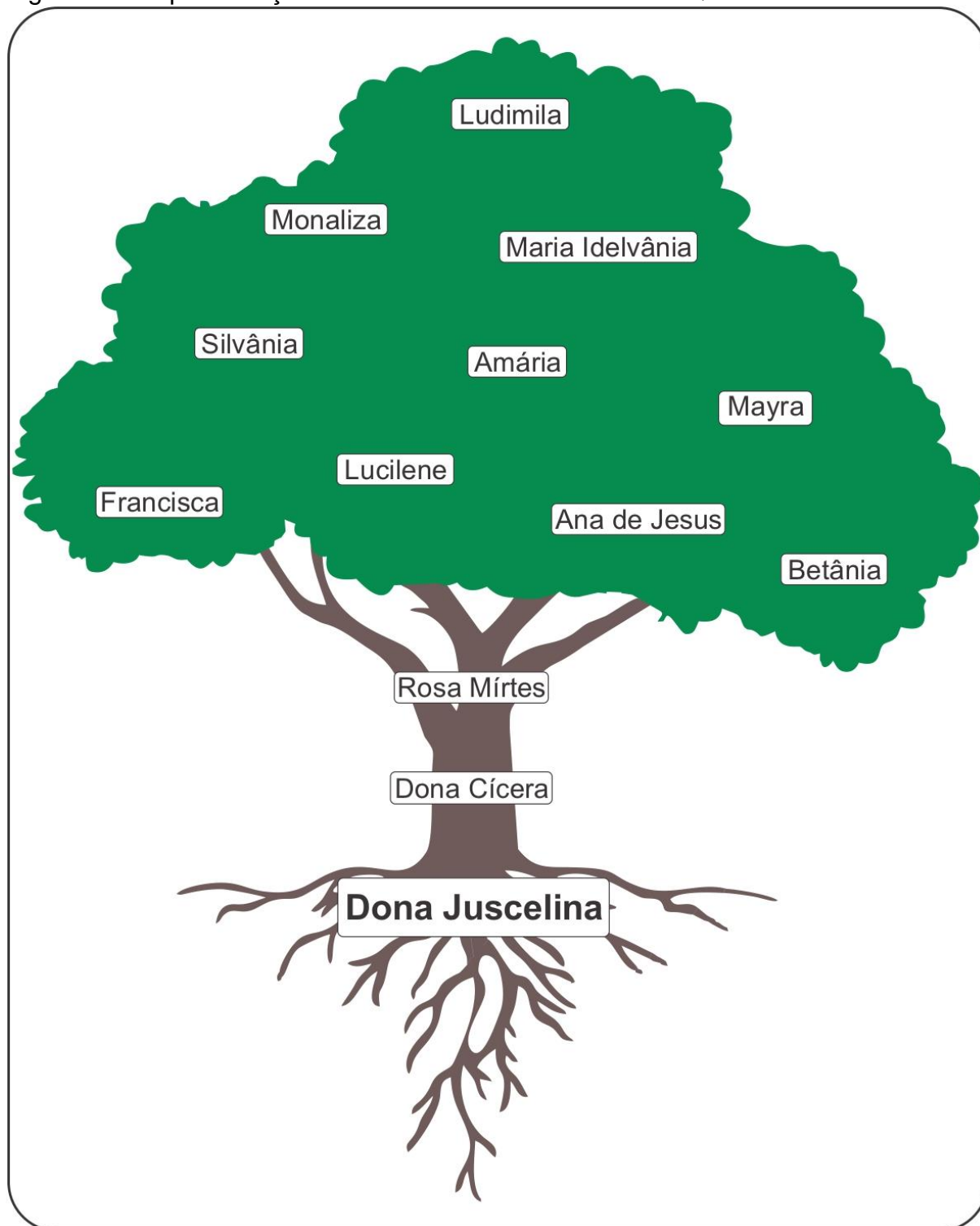
Essa organização é construída a partir de uma árvore. Faz referência a uma mangueira localizada em um espaço que será construída a sede do quilombo, em que a mesma é apresentada como uma árvore sexagenária²⁶ e um dos mais importantes símbolos locais para a comunidade e que, no dia 24 de julho de 2021 sofreu a tentativa de derrubada por parte das lideranças da associação do quilombo, como sendo uma tentativa de destruição do patrimônio ancestral da comunidade e um ataque direcionado a matriarca Lucelina Gomes dos Santos.

A espacialização a partir da árvore é pensada e organizada a partir das narrativas das protagonistas desta pesquisa. Nela contém os nomes daquelas que foram entrevistadas e também daquelas que não foram. O intuito de apresentar essa espacialização em uma árvore parte da premissa de que a Comunidade Quilombola Dona Juscelina é construída de acordo com os ensinamentos e direcionamentos de sua matriarca, Dona Juscelina.

Assim como a árvore é composta por sua raiz, caule e folhagens, a comunidade é também composta por mulheres que trazem em suas memórias a raiz formativa de sua comunidade, sustentando as outras que estão aprendendo e colaborando com a comunidade, e juntas preparam as mais jovens para ocuparem também seus espaços. Nesta perspectiva, as mais jovens ocupam a parte superior da copa da árvore e também é possível estabelecer uma hierarquização por idade de cada mulher. Vale salientar que estas estão interligadas por outras formando uma grande rede.

²⁶ “No último dia vinte e quatro (24) de julho véspera do dia Nacional de Tereza de Benguela e dia Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha, ocorreu no quilombo a tentativa de derrubada de uma árvore sexagenária, uma mangueira, que é um dos mais importantes símbolos locais assim como o muricizeiro, árvore que deu-se o nome do município [...]” Disponível em: <https://www.brasilpopular.com/deixem-a-mangueira-em-pe-quilombolas-defendem-seus-territorios-simbolicos-no-norte-do-tocantins/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

Figura 12 - Espacialização das atividades femininas do/no Quilombo Dona Juscelina.



Fonte: SOUSA, E. 2021. (Dados organizados pela autora). Elaboração: PEREIRA NETO, M. A.

A matriarca como sendo a maior de todas as lideranças da comunidade, em uma de suas visitas à Fundação Cultural Palmares em Brasília, em conversa, segundo as suas narrativas, com o presidente da fundação acerca das dificuldades e enfrentamentos de sua comunidade, explicando e esclarecendo eventuais

descompassos, o escuta dizer: *“olha, aqui está seu rastro não tem quem passa na frente, **você é a raiz!**”* (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020, grifo nosso).

Dona Juscelina sempre foi e é a maior de todas as lideranças, todos que são da comunidade e também aqueles que não são, sabem o devido respeito e consideração que é por ela exigida. Em suas falas ela sempre afirma que tudo que acontece em sua comunidade precisa à ela ser comunicado. Em razão disso, reafirmo que o primeiro passo e a primeira visita realizada na comunidade foi ir em sua residência para apresentar o projeto de pesquisa e pedir sua autorização, e também com ela tomar um bom café. Todas as vezes que estive em sua companhia foram momentos de muita conversa regada a sua grande hospitalidade.

Pelo que foi exposto no esquema apresentado, a matriarca como a maior das lideranças aparece como sendo a raiz da comunidade e como também é griô, Dona Cícera e Rosa Mirtes aparece seguida da matriarca. Essas mulheres são guardadoras dos saberes ancestrais da comunidade, são detentoras de conhecimentos que foram passados de geração em geração. Juntas com a matriarca dão estrutura para toda a comunidade e permanência de suas tradições.

Nesse sentido, a partir dos ensinamentos das mais velhas, temos as ex-presidentes da ACQDJ Francisca e Lucilene, sobrinha e neta da matriarca, que ocuparam esse cargo e atenderam por um período de tempo os interesses da matriarca e da comunidade. Lucilene afirma que sempre exerceu sua função de acordo com os ensinamentos de sua vó e que sempre buscou atender aos seus anseios.

Ana de Jesus e Betânia são mulheres que contribuem sempre com as festividades da comunidade. Conduzem seus grupos e dão embalo e movimento durante as apresentações, compreendem a importância e a necessidade de sempre manter vivos os costumes locais.

A comissão organizadora do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes, é apresentada na parte superior da copa da mangueira, são jovens que reconhecem a importância de suas lutas, de se reconhecerem enquanto quilombolas e darem prosseguimento as lutas de suas/seus mais velhas/os. Dentre as diversas atividades que essas mulheres desenvolvem e exercem, a mais importante delas é respeitar os conhecimentos que vieram antes delas, é obedecer às vozes experientes de suas

griôs e sua matriarca, é saber que toda decisão deve ser comunicada à matriarca antes de ser tomada.

Monaliza enfatiza que a matriarca sempre tem que aprovar, por exemplo, as roupas da rainha e da princesa que serão usadas durante o teatro da abolição. Percebemos que são atos de reverência pela matriarca em respeito pela pessoa e liderança que é dentro do quilombo.

Ludimila Carvalho dos Santos é a mais jovem dentre as lideranças do Quilombo Dona Juscelina e desde muito cedo iniciou sua vida na militância. Uma jovem de imensa sabedoria que sempre carrega consigo os saberes e experiência dos mais velhos como sinal de respeito, reconhecimento e continuação da luta secular de seu povo. Em agosto de 2018, a jovem participa da “Marcha Lula Livre”²⁷ e junto de outros povos afirma e reafirma sua luta e sua identidade de várias formas, e uma delas é a fotografia.

Em novembro de 2019, a jovem surpreendeu a todos durante o sarau das Olimpíadas de Língua Portuguesa ao recitar o poema “Chaves (s)em elos”²⁸ de sua autoria. Ludimila e outras colegas juntamente com a sua professora da Escola Estadual Marechal Costa e Silva da cidade de Muricilândia-TO, conquistam medalha de prata na Olimpíada de Língua Portuguesa²⁹ ao participarem na categoria documentário trazendo a história do Quilombo Dona Juscelina.

A jovem tocantinense e quilombola *Mayra Chaves Borges*, visitadora do Programa Criança Feliz (PCF)³⁰ no município de Muricilândia-TO e também integrante da comissão organizadora do Coletivo de Juventude Griôs Aprendizes, foi premiada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e *Bernard Van Leer Foundation* por boas e adequadas práticas de visitação em tempos de pandemia.

²⁷ Ludimila Carvalho: “Fotografia me inseriu na militância”. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/08/14/ludimila-carvalho-fotografia-me-inseriu-na-militancia/?utm_campaign=bdf&utm_medium=referral&utm_campaign=whatsapp_share. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

²⁸ Ludimila Carvalho dos Santos: “Chaves (s)em elos”. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/blog/blog-documentario-2019/ludimila-carvalho-dos-santos-chaves-sem-elos/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

²⁹ Estudantes conquistam medalha de prata na Olimpíada de Língua Portuguesa ao contar a história de Muricilândia. Disponível em: <https://seduc.to.gov.br/noticia/2019/11/14/estudantes-conquistam-medalha-de-prata-na-olimpiada-de-lingua-portuguesa-ao-contar-a-historia-de-muricilandia/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

³⁰ Jovem tocantinense se destaca nacionalmente por boas práticas de visitação na pandemia. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/vida-sociedade/jovem-tocantinense-se-destaca-nacionalmente-por-boas-praticas-de-visitacao-na-pandemia>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

Com essas exposições compreendemos e afirmamos que as mulheres da comunidade estão sempre em movimento, ocupam seus espaços e desenvolvem atividades nas esferas públicas e privadas, relacionadas ou não com a sua comunidade e sempre buscam pela preservação de suas tradições e respeito àquelas que vieram antes delas.

O conhecimento é adquirido diariamente e quando se tem a possibilidade de adentrar outros espaços, esse campo é ampliado. É um processo contínuo de construir e reconstruir. Todo conhecimento adquirido pelas mulheres participantes desta pesquisa implica em suas existências e é uma forma de resistir enquanto mulheres que desempenham grandes e necessários papéis dentro e fora da comunidade.

Faz-se necessário mencionar que todas as lideranças apresentadas, dentre aquelas que nos foi possível estabelecer comunicação, comentam não terem ligações através de laços sanguíneos com a matriarca. Para algumas, quando Dona Juscelina chegou, elas já residiam em Muricilândia-TO. Para outras, suas famílias chegaram após a família de Dona Juscelina.

Naquela época, as dificuldades e os desejos e necessidades de melhorias uniram essas famílias. Em conjunto se organizaram e construíram seus espaços, seus territórios e suas identidades. E continuam reconstruindo. Tanto as pessoas que já moravam na localidade quanto as que chegaram depois reconheceram em Dona Juscelina uma grande liderança.

Nesse sentido, afirmamos e reafirmamos que as mulheres da Comunidade Quilombola Dona Juscelina são construtoras de suas próprias histórias e trajetórias. Perante inúmeras barreiras e lutando sempre por sua comunidade, elas são detentoras de conhecimentos e vivências riquíssimas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser responsável pela continuação de uma tradição, recebê-la e passá-la para outras pessoas, para outras gerações é sem dúvida ser guardião de uma grande sabedoria e ter também uma grande responsabilidade. As gerações passadas construíram caminhos para as atuais e, as futuras devem o encontrar ou dar seguimento a partir das gerações atuais.

As resistências e os enfrentamentos, as perdas e as vitórias, os saberes e os fazeres, dão a cada povo, grupo e comunidade características únicas, identidades e territorialidades. É no viver e sobreviver de todos os dias que as estratégias de suas existências se fazem e refazem.

Compreendemos que o processo de construção identitária e as territorialidades das protagonistas femininas do Quilombo Dona Juscelina em Muricilândia-TO, acontecem nos mais diversos espaços, das mais variadas formas. Ter uma mulher como matriarca da comunidade, sem dúvidas, permite que muitas outras se coloquem em posições de liderança.

Sem dúvidas, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina tem direito a terra e tem lutado pelo seu território ancestral. Sabemos que é um processo lento e necessário, também sabemos que a comunidade tem se reorganizado e enfrentado diversas conflitos dentro e fora do seu espaço. Diante de todos esses enfrentamentos, a mulher quilombola tem sido uma peça fundamental de união, conhecimento e contribuições para seu povo.

Nas oportunidades de estar presente na comunidade durante a realização de eventos ou não, percebemos e compreendemos como é feita a organização do quilombo. Encontramos em Lucelina Gomes dos Santos, matriarca, uma sabedoria inimaginável, acolhimento em seus gestos e palavras, aprendemos em todas as oportunidades a importância de suas falas, do seu conhecimento, e o quão é importante e necessário seguir perpetuando de geração para geração as suas culturas e tradições.

Desde que chegou a Muricilândia-TO, a matriarca se mobiliza e organiza festas e movimenta o local, se desloca por caminhos difíceis e demorados em busca de melhorias para si e para seu povo, e quando a mesma narra esses acontecimentos, reconhecemos a grande liderança que é, nas suas palavras a sabedoria que vem do cativo e que festeja o 13 de maio.

Quando chegou no ano de 1962, as terras eram devolutas e a coletividade, assim como hoje, perpetuava como tradição e costume pelos que ali já estavam. Já existiam outras famílias quando Dona Juscelina chegou. Quando chegou, enfrentou todas as dificuldades junto dos que já estavam ali e também promoveram mudanças significativas.

O Festejo da Abolição que é considerado a tradição de maior contribuição para obterem a certificação de comunidade remanescente de quilombo junto a Fundação Cultural Palmares, é uma herança de Dona Juscelina recebida de seu tio. Um saber passado para outra geração pela oralidade, onde a matriarca com seus 91 anos se preocupa com o prosseguimento da festa.

Tanto a realização das atividades, quanto a luta pelo território ancestral, contam com contribuição significativa e visível das mulheres da comunidade. Em suas falas percebemos que suas atividades muitas vezes são invisibilizadas e que a luta para permanecer em posições de lideranças são diárias, sofrendo ataques dentro e fora de sua comunidade.

O sistema patriarcal instaurado na sociedade dificulta e em muitas ocasiões não permite que as mulheres estejam à frente em alguns cargos, trabalhos e/ou organizações. Com o histórico escravista do Brasil, o racismo é outro agente que dificulta que determinados grupos acessem outros espaços.

Quando falamos de mulheres negras e quilombolas que são nortistas e que lutam pelo seu espaço e pelo seu território ancestral, assimilamos quantas barreiras que já estão estruturadas mesmo antes de suas existências elas têm de enfrentar e se colocarem como voz, corpo e cor que existe.

É uma luta cansativa e descansar não é um sinal de fraqueza como nos afirma Dealdina (2020), quando uma mulher quilombola descansa, outras seguem lutando porque sua luta é coletiva. Grande maioria dos quilombos no Brasil partilham da luta pelo acesso a terra e pelo território ancestral e, infelizmente nos últimos anos, têm acompanhado aos desmontes das políticas e órgãos responsáveis por tais ações.

A comunidade Quilombola Dona Juscelina não tem território físico titulado onde possam exercer seus costumes e conhecimentos. No entanto, não deixa de compartilhar seus saberes, produzir seus conhecimentos, plantar suas ervas, colher seus frutos. Cada família constrói em seu espaço urbano o seu local, a sua territorialidade e ressignifica as suas vivências e aprendizados.

Durantes os momentos de conversas com as protagonistas femininas da comunidade, as quais fazem parte dessa pesquisa, compreendemos que a matriarca Dona Juscelina como principal liderança da comunidade exerceu e exerce influencia no processo de construção de outras mulheres enquanto líderes em seus espaços respectivos.

A griô dona Cícera diz que quando Dona Juscelina chegou em Muricilândia ela e sua família já haviam chegado, descreve a matriarca como um mulher que sempre estava trabalhando, realizando partos e sempre teve simpatia com o público e que esse comportamento contribuiu para que ela se tornasse uma mulher de muitos saberes e que os compartilha com os mais jovens.

A ex presidenta da ACQDJ, Lucilene Gomes, agradece por tudo que aprendeu com a matriarca e por tudo que ela ensinou, seja no plantar e colher como também durante o tempo que esteve na presidência da associação. São conhecimentos que transformaram sua vida e a ajudaram enfrentar, por exemplo, o machismo em detrimento da sua posição e do cargo ocupado.

A protagonista Monaliza Borges, que realizou o papel de Princesa Isabel durante o teatro a céu aberto que integra a Festa 13 de maio, menciona que a matriarca como também seu avô Manoel Pereira Borges, que também é griô e seu tio Manoel Filho como pessoas que sempre contribuíram para a sua permanência e engajamento nas lutas e atividades da comunidade, aponta os conhecimentos adquiridos durante sua formação na graduação como um despertar para sua construção e reconstrução como mulher negra e quilombola.

Nesta perspectiva, asseguramos e reforçamos o quanto a união dos conhecimentos e as trocas de saberes são agentes transformadores de realidade e promovem novas e justas leituras de si, para si e para os outros. Um processo que é construído no seu próprio tempo de acordo com as necessidades, as dores, as vivências e as lutas de cada mulher.

A jovem Maria Idelvânia afirma que a matriarca a influenciou e a influencia. Reconhece na matriarca uma fonte de inspiração para os enfrentamentos diários e seculares, e de muita perseverança diante das inúmeras dificuldades e desigualdades.

Durante as muitas narrações e relatos que foram apresentados durante a construção e escrita dessa pesquisa, asseguramos que a matriarca Dona Juscelina exerce muita influência dentro da sua comunidade, ela incentiva e ensina outras

mulheres a terem seus próprios posicionamentos, a colocarem mais uma vez, seus corpos e também suas falas nos ambientes de disputas. Essas mulheres disputam e lutam por suas terras e também pelos seus direitos de ocuparem e permanecerem em espaços de lideranças.

Dona Juscelina, além de contribuir para a existência e crescimento da sua comunidade, é também uma grande liderança municipal, estadual e nacional. É reconhecida em várias esferas por toda sabedoria e contribuição dada a sua comunidade e a cidade de Muricilândia-TO, e a luta quilombola.

Nesta perspectiva, as identidades e territorialidades que são construídas a partir dos cargos ocupados são resultados de um processo que foi realizado ao longo do tempo dentro da comunidade e que, agora permite que estas mulheres se coloquem nesses espaços.

Nesse sentido, os escritos que compõem essa pesquisa não tem a intenção de apresentar resultados definitivos. Assim como o processo de construção das identidades e territorialidades são construídos durante um longo espaço de tempo, a compreensão destes ocorre de maneira lenta e requer muita observação e participação na comunidade. Um exemplo dessa continuação e construção que pode ser aqui mencionada é o retorno em fevereiro de 2021 de Dona Juscelina – a matriarca – à presidência da ACQDJ, tendo Manoel Filho Borges como vice-presidente.

Os resultados aqui apresentados são partes significativas e permitem leituras diversas das realidades de cada protagonista. Compreendemos suas lutas e vários dos seus enfrentamentos, mas muitas outras questões podem ser observadas ampliando essas compreensões e constatações que foram aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3^o ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda. **Dilemas Territoriais e Identitários em Sítios Patrimonializados**: Os Kalunga de Goiás. Publicado em “Cerrados – perspectivas e olhares” de Marcia Pelá e Denis Castilho. Goiânia, 2010, p. 11-29.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ALMEIDA, Carlídia Pereira de. Sementes crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.
- ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ANDRADE, Antônia Lenilma Meneses de. **Mulheres Quilombolas – movimento, lideranças e identidade**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura. Cametá/PA: UFPA, 2016.
- ANDRADE, Sandra Maria da Silva; FERNANDES, Ana Carolina Araújo. “Eu sempre fui atrevida”: alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.
- BARROSO, Iraci de Carvalho; PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. Parteiras tradicionais da Amazônia amapaense: capacitação, incorporação de saber e resistência cultural. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 50, n. 1, mar/jun, 2019, p. 313-361.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, vol. II, 2002. pp. 279-304.
- BONNEMAISON, Joël. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Lei nº 3.273, 1^o de outubro de 1957. Fixa a data de mudança da Capital Federal, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3273.htm. Acesso em: 15 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 3.974, 25 de outubro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado à complementação das obras de implantação, construção e pavimentação da rodovia Belém-Brasília, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3974.htm. Acesso em: 02 de julho de 2020.

BRASIL. Art. 13 (ADCT), 5 de outubro de 1988. É criado o estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_08.09.2016/art_13_.asp. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 03 de julho de 2020.

BRASIL. Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=78048>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocaninense**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Goiânia, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. [Coleção valores e atitudes, série Valores; n. 1. Não discriminação]

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **Geo Textos**. Vol. 6, n. 2, dez., p. 139-162, 2010.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Trajatória sócio-espacial de estudantes negras/os da Universidade Federal de Goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Geografia. Goiânia, IESA/UFG, 2008.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v. 7, n. 12, p. 171-188, 2002.

DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**. vol. 19, n. 55, São Paulo, Sept./Dec. 2005, p. 367-376.

FURTADO, George da Cunha. **Trajetórias Socioespaciais de Estudantes Quilombolas de Cedro e Buracão: desafios e perspectivas educacionais em Quilombos no sudoeste goiano**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, Goiânia, 2011.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas. SP: Alínea, 2001.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In. ROSENDHAL, Z e CORRÊA, R. (Orgs). **Manifestações da Cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: Editoria da UFF, 1997.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

INOCÊNCIO, Nelson Odé. Representação visual do corpo afro-descendente. In: PANTOJA, Selma (Org.) *et al.* **Entre Áfricas e Brasil**. Brasília: Paralelo 15 – São Paulo, Marco Zero, 2001.

JANDAÍRA, Editora. Convite de lançamento do livro **“Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas”**. Organização [de] Selma dos Santos Dealdina. São Paulo, 2020.

JOFFILY, Oliva Rangel. O corpo como campo de batalha. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 225-245.

KOSMINSKY, E. - Pesquisas Qualitativas: A Utilização da Técnica de Histórias de Vida e de Depoimentos Pessoais em Sociologia. **Ciência e Cultura** 38(1):30-36, 1986.

KRENAK, Aílton. Antes o mundo não existia. *In*: NOVAES, Adauto (Org.) **Tempo e História**. São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura/Companhia das Letras, 1994, p. 201-204.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES, Maria Aparecida. “Saindo do quarto escuro”: violência doméstica e a luta comunitária da mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Ed. 17ª, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, mai./ago. 2008.

OLIVEIRA, Izarete da Silva de. **Território e Territorialidade nos Limites do Rural e Urbano na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – TO**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

PINHO, Osmundo. **E não sou uma mulher? – Sojourner Truth**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Vivências cotidianas de parteiras e ‘esperientes’ do Tocantins. **Estudos Feministas**. Pontifícia Universidade de São Paulo. Ano 10. 2º semestre, 2002.

RATTS, Alex. Corpos-espacos e diferenças no Centro-Norte brasileiro. Comunicação proferida no III Simpósio e I Seminário Internacional – Programa de Pós-Graduação

em Estudos de Cultura e Território / Universidade Federal do Tocantins, realizado em Araguaína, de 10 a 12 de setembro de 2018.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P.; COSTA, Benhur Pinós da; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Susana Maria Veleda. Geografia e Diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n.18, p. 223-238, especial GT Anpege, 2016.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SADER, M. Regina C. de Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. Tese (doutorado), FFLCH - Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**./Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. – 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SANTANA, Vagner Caminhas; BENEVENTO, Claudia Toffano. O conceito de gênero e suas representações sociais. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 17, n, 176, janeiro. 2013.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **Piseagrama**. Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Geilza da Silva. **Mulheres Quilombolas**: Território, pertencimento e identidade na Comunidade Negra Senhor do Bonfim - Areia-PB. XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Ficção e Poder: oralidade, imagem e escrita. Fortaleza-CE, 2017.

SANTOS, Gleys lally Ramos dos. **Mulheres em Movimento**: os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA. Goiânia/GO: UFG, 2013.

SANTOS, Katiane da Silva. **DO PASSADO AO PRESENTE**: A Festa da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

SANTOS, Mariza Fernandes dos; RATTS, Alex. Trajetórias negras e discentes no espaço acadêmico: o quadro da Universidade Federal de Goiás diante das Ações Afirmativas. **Revista Educere et Educare**, vol. 10, n. 20, jul./dez., 2015.

SANTOS, Valéria Pôrto dos. Quilombo Pau D'arco e Parateca: quando as vozes se (re)envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 (2001).

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**[Online], 18, dezembro, 2012.

SILVA, Givânia Maria. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

SILVA, Joseli Maria. (Org.) **Geografias Subversivas**. Discurso sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009, 313 p.

SILVA, Raimunda Patrícia Gemaque da. **O Lado Feminino do Quilombo: o território quilombola sobre o enfoque de gênero nas comunidades de Boa Vista e Moura, em Oriximiná-PA**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Velho/RO: UNIR, 2016.

SILVA, Tomas Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUSA, Amária Campos de; LIMA, Débora Gomes; SOUSA, Maria Aparecida Ribeiro de. Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

STANISK, Adelita; FLORIANI, Nicolas; SILVA, Adenilson de Almeida. A Metodologia da História Oral e seu Uso em Pesquisa Etnológicas. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 119-134, jan/jun. 2015.

TAVARES, Maria Eunete Guimarães; ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras Étnico-Raciais – o negro na formação da cultura tocantinense. In: SANTOS, Roberto

de Souza; *et al.* (Org.). **Território e diversidade territorial no cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Kelps, 2013.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados: UFGD, 2012.

TUAM, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À Procura das Bandeiras Verdes**: viagem, missão e romaria - Movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2001.

WEIL, Simone. (1943a) O enraizamento. Em **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Antologia organizada por Ecléa Bosi. 2. ed. ver. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 411-412.

WEIL, Simone. (1943) O desenraizamento operário. Em **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Antologia organizada por Ecléa Bosi. 2. ed. ver. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 413-440.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista realizada na Comunidade Dona Juscelina.



**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/PROPESQ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/PPGG
ESTUDOS GEO-TERRITORIAIS**

Data ___/___/___

Nome da entrevistada: _____

I. Dados pessoais e escolaridade

1. Posição na família: () Mãe () Irmã () Tia () Filha () Avó ()
Outros _____
2. Estado civil: () Solteira () Casada () Divorciada () Viúva ()
Outros _____
3. Idade: _____
4. Estudou? () Sim () Não
5. Se sim até que fase?
1ª fase do ensino fundamental: () Completa () Incompleta
2º fase do ensino fundamental: () Completa () Incompleta
Ensino médio: () Completo () Incompleto
Ensino superior: () Completo () Incompleto
Qual? _____
Outros: _____
6. Está estudando: () Sim () Não

II. Dados sobre trabalho e participação na comunidade

7. Faz parte de algum grupo? () Sim () Não
() Religioso () Cultural () Artesanato () Produtivo () Mulheres ()
Outros _____
8. Ocupa algum cargo de liderança dentro da comunidade? Qual? Há quanto tempo? _____
9. Quais as principais dificuldades enfrentadas no exercício do cargo?

10. Como liderança, participou do processo de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo? Como ocorreu esse processo e como se encontra? _____
11. Quais as principais necessidades das mulheres da comunidade hoje?

12. Em sua opinião, as condições de vida das mulheres da comunidade vão melhorar com a titulação quilombola? _____
13. O que é ser quilombola para você? _____
14. Qual a influência da matriarca na sua trajetória? _____

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Eu, Elaine da Silva Sousa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), convido o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada **“Protagonistas de sua História: Territorialidades Femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO”**. Trata-se de uma pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado sob a orientação da Prof. Dra. Marcileia Oliveira Bispo, da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Câmpus Porto Nacional, a qual pretende compreender o processo de construção identitária e as territorialidades das protagonistas femininas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de observação participante durante visitas e eventos dentro da comunidade quilombola, uso de plataformas digitais como o “Google Meet” e/ou “WhatsApp” para realização de conversas que serão previamente agendadas com cada participante devido ao novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, para evitar desconforto aos participantes e ao pesquisador quanto às medidas de distanciamento social previstas em leis pertinentes à pandemia do coronavírus.

Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a realização de uma pesquisa que busca entender a relação das mulheres dentro da comunidade e também com o território.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são, uma vez que as participantes se sintam desconfortáveis ao relatarem suas vivências e/ou se incomodem com a presença de recursos de gravação de áudios. Caso isso ocorra, poderá ser interrompido imediatamente e de acordo com a vontade da participante, será marcada uma nova data para o depoimento pessoal ou poderá ser substituído para uma forma escrita. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Estima-se que a presente pesquisa contribuirá para o entendimento de como ocorre o processo de construção da identidade quilombola feminina atrelada ao território. O resultado final da pesquisa poderá visibilizar as lutas e conquistas das protagonistas femininas da comunidade no intuito de serem recompensadas de eventuais riscos no processo de realização e quando necessário, oferecer assistência médica e acompanhamento.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em

qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço rua 04, S/N, Jardim dos Ipês, Porto Nacional-TO, CEP. 77500-000, ou pelo telefone (63) 99107 6046, elainesousa94@uft.edu.br. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: cep_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almojarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas.

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
 () Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós.

Eu, _____
 , destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador (a) responsável sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

_____, _____, de _____ de _____

 Assinatura do (a) participante da pesquisa

 Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Apêndice C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TCLE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGG

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TALE

Eu, Elaine da Silva Sousa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), convido o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada **“Protagonistas de sua História: Territorialidades Femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO”**. Trata-se de uma pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado sob a orientação da Prof. Dra. Marcileia Oliveira Bispo, da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Câmpus Porto Nacional, a qual pretende compreender o processo de construção identitária e as territorialidades das protagonistas femininas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de observação participante durante visitas e eventos dentro da comunidade quilombola, uso de plataformas digitais como o “Google Meet” e/ou “WhatsApp” para realização de conversas que serão previamente agendadas com cada participante devido ao novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, para evitar desconforto aos participantes e ao pesquisador quanto às medidas de distanciamento social previstas em leis pertinentes à pandemia do coronavírus.

Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a realização de uma pesquisa que busca entender a relação das mulheres dentro da comunidade e também com o território.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são, uma vez que as participantes se sintam desconfortáveis ao relatarem suas vivências e/ou se incomodem com a presença de recursos de gravação de áudios. Caso isso ocorra, poderá ser interrompido imediatamente e de acordo com a vontade da participante, será marcada uma nova data para o depoimento pessoal ou poderá ser substituído para uma forma escrita. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Estima-se que a presente pesquisa contribuirá para o entendimento de como ocorre o processo de construção da identidade quilombola feminina atrelada ao território. O resultado final da pesquisa poderá visibilizar as lutas e conquistas das protagonistas femininas da comunidade no intuito de serem recompensadas de eventuais riscos no processo de realização e quando necessário, oferecer assistência médica e acompanhamento.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em

qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço rua 04, S/N, Jardim dos Ipês, Porto Nacional-TO, CEP. 77500-000, ou pelo telefone (63) 99107 6046, elainesousa94@uft.edu.br. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: cep_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almojarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas.

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
 () Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós.

Eu, _____
 , destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador (a) responsável sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

_____, _____, de _____ de _____

 Assinatura do (a) participante da pesquisa

 Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

ANEXO

Anexo A – Parecer Consubstanciado do CEP.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DA EMENDA**

Título da Pesquisa: PROTAGONISTAS DE SUA HISTÓRIA: TERRITORIALIDADES FEMININAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO

Pesquisador: ELAINE DA SILVA SOUSA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 30625220.8.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.580.347

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma emenda a um projeto aprovado anteriormente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o processo de construção identitária e as territorialidades das protagonistas femininas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em

Muricilândia-TO.

Objetivo Secundário:

Identificar as protagonistas femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina; Conhecer as territorialidades e identidades construídas pelas

protagonistas femininas no Quilombo Dona Juscelina; Refletir sobre o processo de construção da identidade da mulher quilombola e suas

territorialidades; Caracterizar e espacializar as atividades das protagonistas femininas do Quilombo Dona Juscelina.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são, uma vez que as

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.580.347

participantes se sintam desconfortáveis ao relatarem suas vivências e/ou se incomodem com a presença de recursos de gravação de áudios. Caso isso ocorra, poderá ser interrompido imediatamente e de acordo com a vontade da participante, será marcada uma nova data para o depoimento pessoal ou poderá ser substituído para uma forma escrita. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Estima-se que a presente pesquisa contribuirá para o entendimento de como ocorre o processo de construção da identidade quilombola feminina atrelada ao território. O resultado final da pesquisa poderá visibilizar as lutas e conquistas das protagonistas femininas da comunidade no intuito de serem recompensadas de eventuais riscos no processo de realização e quando necessário, oferecer assistência médica e acompanhamento

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta emenda tem como objetivo alterações para a realização das atividades pré-campo e atividades de campo, podendo ser realizados por meio de plataformas digitais como o "Google Meet" e/ou WattsApp" para a realização de conversas que serão previamente agendadas com cada participante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão contemplados e apresentaram as alterações solicitadas pela emenda.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_167922_2_E1.pdf	10/12/2020 22:05:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	10/12/2020 21:57:11	ELAINE DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	Emenda.pdf	10/12/2020 21:55:32	ELAINE DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	TALE.pdf	10/12/2020 21:54:19	ELAINE DA SILVA SOUSA	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.580.347

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/12/2020 21:53:55	ELAINE DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_COMITE_DE_ETI CA.pdf	16/07/2020 21:53:23	ELAINE DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_Presidente_ACQD J.pdf	09/03/2020 20:29:21	ELAINE DA SILVA SOUSA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_Matriarca_CQDJ.p df	09/03/2020 20:28:41	ELAINE DA SILVA SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	09/03/2020 19:27:35	ELAINE DA SILVA SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 09 de Março de 2021

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br